



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 90002/2026, DE 15 DE JANEIRO DE 2026

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90002/2026

PREÂMBULO

O Tribunal Regional Eleitoral da Bahia - TRE-BA, por meio de seu Pregoeiro/de sua Pregoeira, designado ou designada pela [Portaria nº 829, de 24 de outubro de 2022](#), torna público que realizará licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, visando à contratação de empresa de Engenharia e/ou Arquitetura, com inscrição no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) da região a que estiver vinculada, para prestação de serviços auxiliares de apoio técnico nas áreas de Engenharia ou Arquitetura, mediante alocação de postos de trabalho com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento dos softwares necessários à execução das atividades, que envolvem serviços de natureza exclusivamente auxiliar e complementar às equipes técnicas permanentes do Tribunal, destinando-se a apoiar as atividades desenvolvidas pelas unidades da SGS, em especial pela Seção de Projetos e Obras (SEPROB) e pela Seção de Manutenção do Interior (SEMAI).

Esta licitação, autorizada no Sistema Eletrônico de (SEI) n.º 0011292-20.2025.6.05.8000, regida pela Lei nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006, pelo Decreto nº 8.538/2015, pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, pela Instrução Normativa/MPOG nº 03/2018, pela Resolução/TSE nº 23.702/2022, pela Resolução CNJ nº 651//2025, pelas condições constantes neste Edital e demais legislação aplicável, e, ainda, subsidiariamente, pela Instrução Normativa/MPOG/SLTI nº 05/2017, no que couber.

SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO

Dia: 02.02.2026

Hora: 9h (horário de Brasília/DF)

Pregoeiro: Gilson Soares da Conceição

E-mail: gsconceicao@tre-ba.jus.br. **Telefone:** (71) 3373-2143

Processo SEI n.º: 0011292-20.2025.6.05.8000

Endereço Eletrônico: www.gov.br/compras (Portal de Compras do Governo Federal)

Código UASG: 70013

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: menor preço global.

MODO DE DISPUTA: aberto e fechado.

EXCLUSIVIDADE DE PARTICIPAÇÃO PARA ME/EPP: não há.

OBSERVAÇÃO: Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização desta licitação na data previamente fixada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de prévia comunicação pelo Pregoeiro/pela Pregoeira.

NOTAS IMPORTANTES

As Licitantes deverão prestar especial atenção às seguintes disposições do Edital:

- 1. Cláusula Sétima, da minuta do contrato (Anexo IV, deste Edital).** Trata da conta-depósito vinculada, nos termos da Resolução CNJ nº 651, de 29 de setembro de 2025 ([Anexo V, deste Edital](#)), que dispõe sobre a retenção de provisões para encargos trabalhistas, previdenciários e demais garantias em contratações administrativas com dedicação exclusiva de mão de obra no âmbito do Poder Judiciário, de acordo com a Lei 14.133/2021.
- 2. Seção XVII, do Edital, e Cláusula Décima Primeira, da minuta do Contrato.** Tratam das penalidades a serem aplicadas às licitantes que cometerem atos ilícitos na Licitação ou durante a execução do Contrato. Conforme Acórdão 754/2015, do Tribunal de Contas da União, o gestor público poderá ser responsabilizado, penal e administrativamente, pela omissão na aplicação de sanções às licitantes que pratiquem atos ilícitos na licitação ou na execução do contrato, tais como não manter a proposta, não encaminhar documento de habilitação ou encaminhar documentação falsa etc.

Despesa e recursos orçamentários

A despesa total com a execução do objeto desta licitação é estimada em **R\$ 6.577.058,60** (seis milhões, quinhentos e setenta e sete mil cinquenta e oito reais e sessenta centavos), conforme orçamento estimativo e valor(es) máximo(s) admitido(s) para contratação, constantes do Anexo II deste Edital.

A despesa correrá à conta de recursos consignados ao TRE-BA no Orçamento Geral da União, Programa de Trabalho: **02.122.0033.20GP.0029** - "Julgamento de Causas e Gestão Administrativa da Justiça Eleitoral - no Estado da Bahia". Natureza da Despesa: 3.3.3.90.37.01 - Locação de Mão de Obra - Serviços de Apoio Administrativo, Técnico e Operacional.

Anexos

I - Termo de Referência

II - Orçamento Estimativo/Valor Máximo Admitido para Contratação

III - Modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços

IV - Minuta do Contrato

V - Resolução CNJ nº 651, de 29 de setembro de 2025

VI - Acordo Judicial

VII - Modelo de Declaração de Enquadramento Sindical

SEÇÃO I - DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa, com inscrição no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) da região a que estiver vinculada, para prestação de serviços auxiliares de apoio técnico nas áreas de Engenharia ou Arquitetura, mediante alocação de postos de trabalho com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento dos softwares necessários à execução das atividades, que envolvem serviços de natureza exclusivamente auxiliar e complementar às equipes técnicas permanentes do Tribunal, destinando-se a apoiar as atividades desenvolvidas pelas unidades da SGS, em especial pela Seção de Projetos e Obras (SEPROB) e pela Seção de Manutenção do Interior (SEMAI), conforme as especificações e condições estabelecidas no Anexo I do Edital - Termo de Referência.

1.2. Havendo divergência entre as descrições do CATSER e as constantes neste Edital (Anexo I), prevalecerão as últimas.

SEÇÃO II - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1. A sessão deste pregão será pública e realizada em conformidade com as condições estabelecidas neste Edital, na data, no horário e no endereço eletrônico indicados no preâmbulo.

2.2. Poderão participar deste pregão eletrônico as **licitantes** que atendam às condições deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação, e estejam devidamente credenciadas no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras) e no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF.

2.3. Para participar do pregão eletrônico, a **licitante** deverá manifestar o pleno conhecimento e o atendimento às exigências do presente Edital, na forma prevista na **condição 4.3 deste Instrumento Convocatório**.

2.4. Não poderão participar desta licitação:

a) empresário e sociedade empresária ou simples, na seguinte situação:

- a.1)** suspensos de participar de licitação e impedidos de contratar com o TRE-BA, durante o prazo da sanção aplicada;
- a.2)** declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;
- a.3)** impedidos de licitar e contratar com a União, durante o prazo da sanção aplicada;
- a.4)** proibidos de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no art. 72, § 8º, V, da Lei nº 9.605/98;
- a.5)** proibidos de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92;

b) direta ou indiretamente, agente público do órgão licitante ou, na fase de execução do contrato, agente público do órgão contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria;

b.1) as vedações de que tratam a alínea "b" acima estendem-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

c) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na

fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

- d)** sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;
- e)** pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- f)** sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;
- g)** empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- h)** os demais interessados enquadrados nas vedações previstas no art. 14 da Lei nº 14.133/2021;
- i)** consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição;
- j)** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - Oscips;
- k)** cooperativas de mão de obra, nos termos do Acordo Judicial entre MPT e AGU constante do Anexo VI deste Edital.

2.4.1. O impedimento de licitar em decorrência de sanção que foi imposta à pessoa jurídica será também aplicado à licitante que atue em substituição à empresa apenada, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.5. Os documentos apresentados nesta licitação deverão:

- a)** estar em nome da licitante, com um único número de CNPJ;
- b)** estar no prazo de validade estabelecido pelo órgão expedidor.

SEÇÃO III - DO CREDENCIAMENTO

3.1. A **licitante** deverá credenciar-se no sistema “Pregão Eletrônico”, no sítio www.gov.br/compras (Portal de Compras do Governo Federal), observado o seguinte:

- a)** o credenciamento far-se-á mediante atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico;
- b)** a perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso;
- c)** o credenciamento da licitante ou de seu representante perante o provedor do sistema implicará responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

3.2. O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade da licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.3. A **licitante** responsabilizar-se-á por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

SEÇÃO IV - DA PROPOSTA ELETRÔNICA DE PREÇOS

4.1. A **licitante** deverá cadastrar sua proposta eletrônica exclusivamente por meio do preenchimento do(s) campo(s) próprio(s) do sistema, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.1.1. A etapa de que trata a condição acima será encerrada automaticamente com a abertura da sessão pública.

4.1.2. As licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente cadastrada no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.2. A **licitante** deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico, **O VALOR TOTAL PARA A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO CONSIDERANDO OS 2 (DOIS) ANOS DA CONTRATAÇÃO**, já inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto.

4.3 No cadastramento da proposta inicial, a licitante declarará, **assinalando campo próprio do sistema**, que:

- a)** está ciente do inteiro teor do ato convocatório e dos seus Anexos e atende aos requisitos de habilitação neles estabelecido, concordando com suas condições, e que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1988, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da

proposta;

- b)** não possui em seu quadro de pessoal empregado menor de 18 (dezoito) anos de idade, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos de idade, em qualquer trabalho, salvo, quanto a este, na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (Lei nº 9.854/99);
 - c)** não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
 - d)** cumpre as exigências de reservas de cargos para pessoas com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas na Lei nº 8.213/1991 e em outras normas específicas, quando cabíveis, conforme inciso IV do art. 63 da Lei nº 14.133/2021;
- e) cumpre as exigências de reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, quando cabível.

4.3.1. Para usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, o fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da referida Lei Complementar, bem como de que não possui, no ano-calendário da realização da licitação, contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte.

4.3.1.1. Em relação à declaração prevista na condição acima, segundo funcionalidade do Sistema de Compras do Governo Federal, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de a licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte.

4.3.1.2. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, conforme § 4º do art. 3º da referida lei, a microempresa ou empresa de pequeno porte:

- a)** de cujo capital participe outra pessoa jurídica;
- b)** que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- c)** de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei
- d)** cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- e)** cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- f)** constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- g)** que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- h)** que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- i)** resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- j)** constituída sob a forma de sociedade por ações;
- k)** cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.3.2. A falsidade da declaração relativa ao cumprimento dos requisitos do instrumento convocatório, à conformidade da proposta, bem como ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, sujeitará a licitante às sanções previstas na Lei 14.133/2021 e neste Edital.

4.4. Nessa etapa não haverá ordem de classificação das propostas, o que ocorrerá somente após a fase de lances.

4.4.1. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, a licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta, observando as seguintes regras:

- a)** a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- b)** os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo e o intervalo de que trata alínea acima;

- c) o valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema;

4.4.1.1. *O valor final mínimo parametrizado possuirá caráter sigiloso para as demais licitantes e para o órgão licitante, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.*

4.5. As propostas terão **validade de 60 (sessenta) dias**, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital.

4.6. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, a licitante fica liberada dos compromissos assumidos.

4.7. A celebração do contrato depois de vencido o prazo estabelecido na **condição 4.5** importa em prorrogação da validade da proposta.

SEÇÃO V - DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

5.1. No dia e hora indicados no preâmbulo deste Edital, a sessão pública será aberta **automaticamente** pelo sistema www.gov.br/compras (Portal de Compras do Governo Federal).

5.2. A comunicação entre o **Pregoeiro/a Pregoeira** e as **licitantes** ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico, vedada outra forma de comunicação.

5.3. A **licitante** deverá acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

SEÇÃO VI - DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

6.1. Somente na fase de envio de lances haverá ordem de classificação das propostas.

6.2. A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento, de que trata a **Seção XI** deste Edital, em relação à proposta mais bem classificada. Somente como **medida excepcional** poderá a proposta ser excluída na fase de disputa, conforme previsão constante das **condições 7.4 e 7.4.1** deste Edital.

6.3. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

SEÇÃO VII - DA FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. Aberta a etapa competitiva, as **licitantes** poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do recebimento do lance e do valor consignado no registro.

7.2. Na formulação de lances, deverão ser observados os seguintes aspectos:

- a) as **licitantes** poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital;
- b) a **licitante** somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema, **observada a diferença mínima de R\$ 0,02 (dois centavos) entre os lances**, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;
- c) Observada a **alínea “b” acima**, a licitante poderá, **uma única vez**, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável, nos termos da **condição 11.3 deste Edital**.

7.3. Durante a sessão pública deste pregão, as **licitantes** serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu detentor.

7.4. Nesta fase de disputa, o **Pregoeiro/a Pregoeira** poderá, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema.

7.4.1. **A eventual exclusão de proposta da licitante, de que trata a condição acima, implica a retirada do licitante do certame, sem prejuízo do direito de defesa.**

7.5. Na hipótese de o sistema eletrônico se desconectar no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

7.6. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão deste pregão eletrônico será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação expressa do fato aos participantes no sítio www.gov.br/compras (Portal de Compras do Governo Federal).

SUBSEÇÃO I - MODO DE DISPUTA DE LANCES: ABERTO E FECHADO

7.7. Será adotado para envio de lances, nesta licitação, o modo de disputa “aberto e fechado”, no qual as licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com possibilidade de lance final e fechado.

7.8. A etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de quinze minutos, sem prorrogação. Encerrado esse prazo, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

7.9. Encerrado o prazo aleatório acima previsto, o sistema selecionará:

- a)** O autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até dez por cento superiores àquela, para que possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento desse prazo, podendo optar em manter seu último lance da etapa aberta.
- b)** Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições acima, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo, podendo optar por manter seu último lance da etapa aberta.

7.10. Encerrados os prazos estabelecidos nas **alíneas a e b acima**, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de valores.

7.11. Não havendo licitante classificada na etapa de lance fechado que atenda às exigências do edital, o Pregoeiro/a Pregoeira reiniciará a etapa fechada para as licitantes que ainda não foram convocadas, seguindo o disposto na **alínea “b” da condição 7.9 deste Edital**.

7.11.1. Na hipótese da **condição 7.11 acima**, o pregoeiro/a pregoeira deverá avisar as licitantes, via *chat* e no campo aviso do sistema, **com antecedência mínima de 24 horas**, o reinício da etapa fechada.

SEÇÃO VIII - DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

8.1. Finalizada a etapa competitiva, ocorrendo a hipótese do empate ficto prevista nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 e na **condição 8.5 deste Edital**, será assegurada a preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, caso faça jus à obtenção desse benefício nos termos do § 2º do art. 4º da Lei 14.133/2021, e tenha assinalado o campo “sim” da declaração prevista na **condição 4.3.1 deste Edital**.

8.2. Havendo empate e não sendo a hipótese de preferência para ME/EPP, será utilizado o critério de desempate previsto no inciso I do art. 60 da Lei 14.133/2021 (**disputa final**), no qual as licitantes empatadas poderão apresentar um novo lance fechado, em até 5 (cinco) minutos.

8.3. Após a disputa final descrita acima, persistindo o empate, serão utilizados, **na ordem em que se encontram enumerados** os critérios previstos nos demais incisos e no § 1º do art. 60, da Lei 14.133/2021, adotando-se, até que haja regulamentação específica e/ou Ato da Secretaria de Gestão do MGI, os procedimentos parametrizados de desempate, realizados de forma automática no sistema Compras.gov.br, que atualmente são os abaixo apontados, na seguinte ordem:

- a)** desenvolvimento de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme Decreto nº 11.430/2023, alertando-se para veracidade da informação, que **deverá ser comprovada, no caso de efetivado desempate com base nesse critério, sob pena de sofrer as penalidades previstas neste Edital**;
- b)** desenvolvimento de programa de integridade, desde que a licitante tenha selecionado o campo de declaração respectiva no momento de cadastro de sua proposta. e que atenda aos requisitos do Decreto nº 12.304/2024, alertando-se para veracidade da informação, que **deverá ser comprovada, no caso de efetivado desempate com base nesse critério, sob pena de sofrer as penalidades previstas neste Edital**;
- c)** preferência prevista no inciso I do § 1º do art. 60 da Lei 14.133/2021 (**não se aplica a este órgão, uma vez que integra a esfera federal, conforme adaptação do sistema ocorrida em 10 de julho de 2025, noticiada no Comunicado nº 28/25 da SEGES/MGI**);
- d)** sorteio pelo sistema eletrônico da proposta vencedora, a ser realizado em ato público, para o qual todas as licitantes serão convocadas, conforme § 2º do art. 28 da IN SEGES/ME nº 73/2022.

8.4. Os critérios de desempate previstos nas **condições 8.1 a 8.3 acima** também serão aplicados caso as propostas iniciais estejam empatadas e não haja envio de lances na fase competitiva.

SUBSEÇÃO I - DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

8.5. Quando houver participação, nesta licitação, de microempresas e/ou empresas de pequeno porte, considerar-se-á empatada a proposta dessas empresas que for igual ou até 5% superior à proposta classificada em primeiro lugar. Nesse caso, e desde que a proposta classificada em primeiro lugar não tenha sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, o sistema eletrônico procederá da seguinte forma:

- a)** classificação das propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se enquadrem na situação prevista na **condição 8.5**. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta na forma da **alínea “b”** abaixo;
- b)** convocação da microempresa ou empresa de pequeno porte que apresentou a menor proposta dentre as classificadas na forma na **condição 8.5, “a”**, para que, no prazo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão, apresente uma última oferta, obrigatoriamente inferior à da primeira

colocada, para o desempate, situação em que será classificada em primeiro lugar;

- c) não sendo apresentada proposta pela microempresa ou empresa de pequeno porte, na situação da **condição 8.5, "b"**, ou não ocorrendo a regularização fiscal e trabalhista conforme o disposto na **condição 12.13**, ou, ainda, não ocorrendo a contratação, serão convocadas, na ordem e no mesmo prazo, as propostas remanescentes, classificadas na forma da **condição 8.5, "a"**, para o exercício do mesmo direito.

8.6. Caso não ocorra a contratação ou a situação prevista na **condição 8.5 e suas alíneas**, o objeto será adjudicado em favor da proposta originalmente classificada em primeiro lugar.

SEÇÃO IX - DA NEGOCIAÇÃO

9.1. Na fase de julgamento, após definida a classificação das propostas, o Pregoeiro/ a Pregoeira poderá **negociar** condições mais vantajosas e encaminhar contraproposta diretamente à **licitante** que tenha apresentado o melhor preço, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

9.2 Caso a proposta de preço mais bem classificada esteja acima do valor estimado para a contratação, o **Pregoeiro/a Pregoeira** deverá negociar com a **licitante**, com vista à obtenção de menor preço, observada a **condição 11.6 deste Edital**.

9.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais **licitantes**.

SEÇÃO X - DA PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS E DO ENVIO DA PROPOSTA FINAL

10.1. A **licitante** mais bem classificada, na fase de julgamento prevista na **Seção XI deste Edital**, terá o **prazo de 24 (vinte e quatro) horas**, contado da solicitação do **Pregoeiro/da Pregoeira**, para encaminhamento, **exclusivamente por meio eletrônico**, pela opção **"enviar anexo"**, de arquivo contendo:

- a) a proposta final, adequada ao último lance **ofertado após a negociação prevista na Seção IX deste Edital**;
- b) a(s) **planilha(s) de custos e formação de preços do(s) posto(s) de trabalho envolvido(s) na contratação**, conforme modelo constante do Anexo III deste Edital, adequada(s) ao último lance **ofertado após a negociação prevista na Seção IX deste Edital**;
- c) os documentos previstos na **Condição 10.6** deste Edital.

10.1.1. Caso seja necessário o envio de documentos complementares, a **licitante** deverá fazê-lo no prazo referido na **condição 10.1**.

10.1.2. O não envio da proposta e de documentos complementares, na forma das condições 10.1 e 10.1.1 acima, somente ensejará a desclassificação da **licitante** caso impossibilite a verificação da conformidade da proposta com o Edital e/ou a análise de aceitabilidade dos preços unitários.

10.1.3. O prazo da condição 10.1 acima poderá ser prorrogado por igual período nas seguintes situações:

- a) por solicitação da **licitante**, mediante justificativa aceita pelo **Pregoeiro/ pela Pregoeira**; ou
- b) de ofício, a critério do **Pregoeiro/ da Pregoeira**, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no Edital.

10.2. A planilha de custos e formação de preços deverá ser apresentada com valores em Real, em algarismos duas casas decimais e com detalhamento de todos os elementos que influam nos preços propostos para a contratação.

10.2.1. A fim de assegurar o tratamento isonômico entre as **licitantes**, informa-se que foi utilizada o instrumento normativo de trabalho indicado no Anexo II deste Edital (Orçamento Estimativo) no cálculo do valor estimado pela Administração, o qual não é de uso obrigatório para formação da proposta de preços.

10.2.1.1. Será exigido o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas adotados pela **licitante**, indicados na forma da condição 10.6, "c", durante toda a execução contratual.

10.3. Para os tributos e encargos sociais, deverão ser obrigatoriamente obedecidos os percentuais referentes ao regime de tributação a ser adotado pela **licitante** durante a execução do contrato.

10.4. A alíquota do Seguro de Acidente de Trabalho/Riscos Ambientais do Trabalho (SAT/RAT) deverá observar a incidência do Fator Acidentário de Prevenção (FAP).

10.4.1. A alteração do Fator Acidentário de Prevenção (FAP) durante a execução do contrato não será considerada para efeito de repactuação de preços, seja para redução, seja para majoração da rubrica (SAT/RAT).

10.5. A(s) planilha(s) de custos e formação de preços se constituirá em anexo obrigatório do contrato a ser celebrado com a **licitante** vencedora.

10.6. Concomitantemente com a(s) planilha(s) de custos e formação de preços, a **licitante** deverá encaminhar os seguintes documentos:

- a) declaração do regime de tributação que será adotado durante a execução do contrato, para o PIS e a COFINS (cumulativo ou não cumulativo), ou Simples Nacional (**somente cabível quando se tratar de serviços de limpeza e higienização, vigilância ou serviços de engenharia**);
- b) GFIP ou outro documento hábil a comprovar o Fator Acidentário de Prevenção (FAP);

c) **declaração informando o enquadramento sindical da empresa, a atividade econômica preponderante e a justificativa para adoção do(s) instrumento(s) coletivo(s) de trabalho que rege(m) a(s) categoria(s) profissional(ais) que executará(ão) os serviços, utilizado(s) para elaboração da(s) planilha(s) de custos e formação de preços, seguindo o modelo constante do Anexo VII deste Edital.**

c.1) Alerta-se que o erro no enquadramento sindical, ou fraude pela utilização de instrumento coletivo incompatível com o enquadramento, que resulte em vantagem indevida na fase de julgamento das propostas, sujeitará a Contratada às sanções previstas no art. 156, incisos III e IV, da Lei 14.133/2021, de acordo com o Acórdão TCU nº 1207/2024 – Plenário.

10.6.1. *As licitantes, quando tributados pelo regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, deverão cotar, na planilha de custos e formação de preços, as alíquotas médias efetivamente recolhidas, referentes aos últimos 12 (doze) meses anteriores à data de apresentação da proposta.*

10.6.1.1. *A comprovação das alíquotas médias efetivas deverá ser feita no momento da repactuação ou da renovação contratual, para que se promovam os ajustes necessários.*

10.7. Recebidos os documentos, a sessão será suspensa para que o Pregoeiro/a Pregoeira possa fazer a análise da(s) planilha(s), proposta e documentos.

10.8. Na hipótese de não ser apresentada a declaração do regime de tributação que será adotado durante a execução do contrato, para o PIS e a COFINS -cumulativo ou não cumulativo-; ou Simples Nacional, se for o caso, referida na alínea “a”, **da condição 10.6**, serão aceitos os percentuais indicados na(s) planilha(s) de composição de custos, devendo a **licitante** arcar com os custos efetivos do regime a que está submetida.

10.9. Caso a **licitante** não envie os documentos previstos nas **alíneas “b” e “c”, da condição 10.6 deste Edital** (GFIP ou outro documento hábil a comprovar o Fator Acidentário de Prevenção – FAP, bem como a declaração de enquadramento sindical), o **Pregoeiro/a Pregoeira** deverá realizar diligência visando suprir a omissão, observadas as **condições 12.2.3 e 12.2.3.1** deste Edital.

10.10. O inadequado preenchimento da(s) planilha(s) de custos e formação do preço não exime a **licitante** do cumprimento da legislação vigente e das convenções coletivas, **assumindo inteira responsabilidade por eventuais prejuízos.**

10.11. Durante a execução do contrato, a **licitante vencedora** estará obrigada a comprovar o atendimento das disposições legais e das convenções coletivas.

10.12. A Administração não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade, conforme o art. 135, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

10.13. O órgão contratante também não se vinculará a disposições previstas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que estabeleçam obrigações ou direitos aplicáveis apenas aos contratos firmados com a Administração Pública, de acordo com o art. 135, § 2º, da Lei nº 14.133/2021.

10.14. Igualmente, benefícios concedidos pela licitante por mera liberalidade não vinculam a Administração, não sendo considerados para efeito de repactuação/reajuste de preços.

10.15. Examinada(s) a(s) planilha(s), o Pregoeiro/a Pregoeira informará a **licitante** acerca dos eventuais equívocos encontrados nas diversas rubricas analisadas e que deverão ser corrigidos, observando-se as disposições constantes da **Seção XI deste Edital.**

10.16. O Pregoeiro/A Pregoeira concederá o prazo de **24 (vinte e quatro) horas** para reenvio do anexo contendo a(s) planilha(s) de custos e formação de preços corrigida(s) e a proposta final corrigida, na forma da **condição 10.1.**

10.16.1. Havendo a necessidade de se promoverem outros ajustes, o prazo para reenvio do anexo contendo a(s) planilha(s) de custos e formação de preços corrigida(s) e a proposta final corrigida será de **2 (duas) horas prorrogáveis, por sucessivos e iguais períodos, se for necessário.**

10.17. A licitante deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação.

10.17.1. Caso a proposta comercial apresente eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos (percentuais e valores) que favoreça a contratada, esse será revertido como lucro durante o primeiro ano de vigência, procedendo-se à glosa das respectivas diferenças após esse período.

10.17.2. Caso a proposta comercial apresente eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos (percentuais e valores) que desfavoreça a contratada, esse será mantido durante a vigência da contratação e não será objeto de repactuação. Contudo, o cumprimento dos quantitativos fixados na legislação e na convenção coletiva será exigido pela fiscalização do contrato durante toda a sua execução.

10.18. Considerando tratar-se de contratação de serviços mediante cessão de mão de obra, conforme previsto no art. 31 da Lei nº 8.212, de 24.07.1991 e alterações e nos artigos 108, 115, 117 e 118, da Instrução Normativa – RFB nº

2.110/2022, a **licitante** Microempresa - ME ou Empresa de Pequeno Porte - EPP optante pelo Simples Nacional que venha a ser contratada não poderá beneficiar-se da condição de optante e estará sujeita à retenção na fonte de tributos e contribuições sociais na forma da legislação em vigor, em decorrência da sua exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação, em virtude do que dispõem os artigos 17, inciso XII, 30, inciso II, e 31, inciso II, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.

10.19. A **licitante** optante pelo Simples Nacional que, porventura, venha a ser contratada deverá, no prazo de 90 (noventa) dias, apresentar cópia dos ofícios, com comprovantes de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra (situação que gera vedação a opção por tal regime tributário) às respectivas Secretarias Federal, Estadual, Distrital e/ou Municipal, no prazo previsto no inciso II do § 1º do artigo 30 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.

10.20. Caso a **licitante** optante pelo Simples Nacional não efetue a comunicação no prazo assinalado acima, o próprio Tribunal Regional Eleitoral da Bahia efetuará a comunicação à Receita Federal do Brasil - RFB, para que esta efetue a exclusão de ofício, conforme disposto no inciso I do artigo 29 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.

10.21. As empresas optantes pelo Simples Nacional deverão cotar em suas propostas os tributos e respectivos percentuais a que estarão sujeitas após a sua exclusão do referido regime.

10.22. A vedação de realizar cessão ou locação de mão de obra, de que trata a **condição 10.19**, não se aplica às atividades de que trata o art. 18, § 5º-C, da LC 123/2006, conforme dispõe o art. 18, § 5º-H, do mesmo diploma normativo, desde que não exercidas cumulativamente com atividades vedadas.

SEÇÃO XI - DA FASE DE JULGAMENTO: ANÁLISE DA CONFORMIDADE DA PROPOSTA E DA ACEITABILIDADE DOS PREÇOS

11.1. O **Pregoeiro/A Pregoeira** realizará a verificação da conformidade da proposta mais bem classificada quanto à sua adequação à especificação do objeto licitado e, observadas as **condições 11.3 a 11.3.2.1**, à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação, constantes, respectivamente, do Anexo I (Termo de Referência) deste Edital e do Anexo II (**Orçamento Estimativo/Valor(es) Máximo(s) Admitido(s) para Contratação**).

11.2. Quanto à **aceitabilidade dos valores constantes da(s) planilha(s) de custos e formação de preços**, tem-se que:

- a)** não serão aceitas propostas com valor global superior ao estimado pela Administração ou com preços manifestamente inexequíveis;
- b)** também não serão aceitas propostas com valor unitário da mão de obra (total da planilha de custos e formação de preços de um posto de trabalho) superior ao estimado pela administração;
- c)** somente serão aceitas propostas que adotarem na planilha de custos e formação de preços **valor igual ou superior ao orçado pela Administração para a soma dos itens de salário e auxílio-alimentação**, consoante o art. 5º, do Decreto nº 12.174, de 11 de setembro de 2024, bem como o Acórdão TCU nº 1207/2024 - Plenário;
- d)** eventuais erros no preenchimento da(s) planilha(s) de custos e formação de preços não são motivo para a desclassificação da proposta, quando houver a possibilidade de ser ajustada sem a necessidade de acréscimo do preço ofertado, e desde que se comprove que este é suficiente para arcar com todos os custos da contratação;
- e)** omissão eventual de percentuais ou valores na composição dos custos e formação do preço por si só não implicará a desclassificação da proposta, salvo quanto aos componentes de custos cujos valores são definidos por lei ou instrumento normativo, e desde que o preço global para a prestação da totalidade dos serviços continue exequível;
- f)** custos com eventuais materiais, equipamentos ou serviços acessórios orçados na planilha da Administração constituirão em valores máximos aceitáveis;
- g)** o **piso salarial** foi definido no **item 4.2.5 do Termo de Referência (Anexo I do Edital)**, que é de **R\$ 13.356,03**, baseado no valor do SINAPI engenheiro pleno, podendo a licitante cotar valor maior do que o piso estabelecido, mas não será aceito valor menor.

11.2.1. Ocorrendo as situações previstas na **condição acima**, a licitante poderá ajustar a planilha, sem aumento do preço ofertado, observando-se o quanto disposto nas condições **10.15 a 10.17.2, bem como 11.3 a 11.6, deste Edital.**

11.3 Constitui indício de inexecuibilidade da proposta valor inferior a **50% (cinquenta por cento)** do valor orçado pela Administração.

11.3.1. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, deverá ser efetuada diligência, conforme § 2º do art. 59 da Lei nº 14.133/2021, observadas as **condições 12.2.3 e 12.2.3.1** deste Edital.

11.3.2. A inexequibilidade só será considerada se, após diligência do Pregoeiro/da Pregoeira, restar comprovado que o custo da licitante é superior ao valor de sua proposta e que inexistem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

11.3.2.1. A diligência efetuada poderá consistir em:

- a)** questionamentos junto à proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade;
- b)** verificação de acordos, convenções coletivas ou sentenças normativas;
- c)** levantamento de informações nos Ministérios do Trabalho e Emprego e da Previdência Social e consultas às Secretarias de Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal;
- d)** consultas a entidades ou conselhos de classe, sindicatos ou similares;
- e)** pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas para verificação de contratos da mesma natureza;
- f)** pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados, tais como atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes;
- g)** verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pelo proponente;
- h)** levantamento de indicadores salariais ou trabalhistas publicados por órgãos de pesquisa;
- i)** estudos setoriais;
- j)** análise de soluções técnicas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que o proponente detenha para a prestação dos serviços; e
- k)** demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

11.4. É ônus da **licitante** ter sempre à disposição documentos capazes de comprovar a exequibilidade de sua proposta.

11.5. A inexequibilidade dos valores referentes a itens isolados da planilha de custos não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta.

11.6. Se o preço constante da proposta mais bem classificada for superior ao preço estimado para a contratação, e caso a **licitante**, após negociação, não aceite baixar o seu preço, será este considerado excessivo e a proposta desclassificada.

SEÇÃO XII - DA HABILITAÇÃO E DO ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO

12.1. Após o julgamento da proposta de que trata a **Seção XI deste Edital**, o Pregoeiro/a Pregoeira passará ao exame dos documentos de habilitação, conforme disposições abaixo.

12.1.1. Será verificado, para efeito de habilitação, se a **licitante** declarou, por meio de assinalação de campo próprio do sistema, que:

- a)** atende aos requisitos de habilitação, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (**art. 63, inciso I, da Lei 14.133/2021**);
- b)** cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, quando cabível (**art. 63, inciso IV, da Lei 14.133/2021**);
- c)** a proposta econômica compreende a integralidade dos custos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1988, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta, sob pena de desclassificação (**§ 1º do art. 63 da Lei 14.133/2021**);
- d)** não possui em seu quadro de pessoal empregado menor de 18 (dezoito) anos de idade, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos de idade, em qualquer trabalho, salvo, quanto a este, na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (Lei nº 9.854/99), conforme **inciso VI do art. 68 da Lei 14.133/2021**.

12.1.2. Para habilitação jurídica:

- a)** comprovante de inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, no caso de empresário;
- b)** ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias, acompanhado, no caso de sociedades por ações, de documentos de eleição de seus administradores;
- c)** inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- d)** decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País;
- e)** ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

12.1.3. Para regularidade fiscal:

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) - Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);
- c) prova de regularidade com a Fazenda Nacional, mediante a apresentação da Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, nos termos da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1751/14;
- d) prova de regularidade com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede da licitante, mediante Certidão de Quitação de Tributos Municipais, ou certidão que comprove a regularidade com o ISS, emitida pelo órgão competente.

12.1.4. Para regularidade trabalhista:

- a) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

12.1.5. Para qualificação econômico-financeira:

- a) Certidão Negativa de Falência, expedida pelo distribuidor da sede da **licitante**.
- b) Balanço Patrimonial relativo aos **2 (dois) últimos exercícios sociais**, apresentado na forma da lei.
 - b.1) O último exercício social exigível será o do ano **imediatamente** anterior, no caso de transcorridos os seguintes prazos para apresentação do Balanço Patrimonial:
 - b.1.1) **30 de abril**, nos termos do disposto no art. 1078 do Código Civil;
 - b.1.2) **Último dia útil do mês de maio**, para as licitantes obrigadas a adotar o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), conforme IN-RFB 1774/2017 (Acórdãos TCU-Plenário de nºs 119/2016 e 2293/18).

12.1.5.1. Os documentos exigidos para fins de qualificação econômico-financeira, relativos aos **2 (dois) últimos exercícios sociais**, deverão comprovar o seguinte:

- a) Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1;
- b) Capital Circulante Líquido - CCL ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) **do valor da proposta da licitante para 12 (doze) meses da contratação - ano não eleitoral**;
- c) Patrimônio Líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) **do valor da proposta da licitante para 12 (doze) meses da contratação - ano não eleitoral**.

12.1.5.2. Serão inhabilitadas as **licitantes** que apresentarem resultado menor ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de liquidez ou solvência (LG, SG, LC).

12.1.5.3. É vedada a substituição do Balanço Patrimonial por balancetes ou balanços provisórios.

12.1.5.4. Caso o exercício financeiro anterior ao da licitação esteja encerrado há mais de 3 (três) meses da data da sessão pública de abertura deste Pregão, o Balanço Patrimonial poderá ser atualizado por índices oficiais.

12.1.6. Para qualificação técnica:

12.1.6.1. CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL

- a) Comprovante de registro da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) da região a que estiver vinculada.
 - a.1) Caso a licitante seja de outro Estado da Federação e não apresente a certidão de registro do CREA da Bahia, deverá apresentar, antes do início do serviço, comprovante de seu registro na Regional da Bahia - CREA-BA, de acordo com o artigo 3º, § 1º, in. II, da Resolução nº 1.121, de 13 de dezembro de 2019, do CONFEA.
- b) Atestado(s) e/ou declaração(ões) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, em nome da licitante, que comprove(m) aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto desta licitação, assim entendida a que demonstra que a licitante gerencia ou gerenciou serviços terceirizados, **por período contínuo mínimo de 12 (doze) meses, com o número de empregado equivalente ao que será necessário para suprir os postos regulares a serem contratados, ou seja, 9 (nove) postos simultâneos**;
 - b.1) Será aceito o somatório de atestados e/ou declarações de períodos concomitantes para comprovar a capacidade técnica;
 - b.2) O(s) atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica deverá(ão) se referir a serviços prestados no âmbito de atividade econômica principal e/ou secundária da licitante, comprovados por meio do Contrato Social ou dos dados constantes do SICAF;
 - b.3) Não serão aceitos atestados de empresas do mesmo grupo econômico da proponente (mesmos

sócios/administradores ou compartilhamento de recursos), salvo demonstração de ausência de interesse econômico comum.

- b.4)** Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.
- b.5)** Os períodos concomitantes serão computados uma única vez;
- b.6)** Para a comprovação de tempo de experiência, poderão ser aceitos cópias de contratos ou outros documentos idôneos, mediante diligência do Pregoeiro/da Pregoeira;
- b.7)** As licitantes deverão disponibilizar, quando solicitadas, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados de capacidade técnica apresentados;
- b.8)** Somente serão aceitos atestados e/ou declarações de capacidade técnica expedidos após a conclusão do respectivo contrato ou decorrido no mínimo um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior.

12.1.6.2. CAPACIDADE TÉCNICO-PROFISSIONAL

a) A licitante deverá indicar profissional(is) legalmente habilitado(s), que atuará(ão) como responsável(is) técnico(s) pela execução dos serviços objeto da licitação, com acervo técnico devidamente registrado em conselho profissional competente (CREA/CAU), compatível com as atividades previstas no Termo de Referência (Anexo I do Edital). A indicação poderá recair sobre profissional integrante do quadro permanente da empresa ou sobre profissional a ser contratado, desde que haja comprovação da vinculação formal com a licitante, nos termos do art. 69 da Lei nº 14.133/2021, nos seguintes moldes:

- a.1)** A comprovação da capacidade técnico-profissional se dará por meio da apresentação de **atestado(s) de capacidade técnica**, emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, **acompanhados da respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT)**, em nome do(s) profissional (is) indicado(s). Os documentos deverão comprovar a atuação do(s) profissional(is) como responsável(eis) técnico(s) na execução de serviços compatíveis com o objeto da licitação, nas áreas de **engenharia civil e/ou arquitetura, engenharia elétrica e engenharia mecânica**, conforme aplicável;
- a.2)** A comprovação de vínculo profissional com a empresa licitante poderá ser demonstrada, entre outros meios, mediante Carteira de Trabalho, Contrato de Prestação de Serviço ou Contrato Social, no qual o profissional figure como sócio, ou ainda pela Certidão de Registro da licitante no CREA/CAU, desde que nesta Certidão conste o nome do profissional, ou ainda, de **declaração da contratação futura do profissional, desde que acompanhada da declaração de anuência**

12.2. As licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que já constem no **SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (à exceção da documentação prevista na condição 12.1.5, alínea “b” e suas subalíneas, relativa ao Balanço Patrimonial)**, ou poderão encaminhar a respectiva documentação atualizada por meio do sistema, consoante disciplinado nas **condições 12.2.1 a 12.3 abaixo**.

12.2.1 Os documentos de habilitação da **licitante** detentora da melhor oferta **não constantes do SICAF** deverão ser apresentados em formato digital, por meio da opção “enviar anexo” do Sistema, no prazo de **2 (duas) horas, prorrogável por igual período**, contado da solicitação do **Pregoeiro/da Pregoeira** no sistema eletrônico. A prorrogação do referido prazo poderá ocorrer nas situações elencadas na **condição 10.1.3** deste Edital.

12.2.2 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência (conforme art. 64 da Lei 14.133/2021), para:

- a)** complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelas licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
- b)** atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

12.2.2.1. A vedação à inclusão de novo documento, prevista na **condição 12.2.2 acima**, não alcança documento que atesta **condição preexistente à abertura da sessão pública do certame**, que não foi encaminhado com os demais comprovantes de habilitação, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo Pregoeiro/pela Pregoeira, conforme **Acórdão 1211/2021-Plenário-TCU**.

12.2.3 O **Pregoeiro/A Pregoeira** poderá, no julgamento das propostas ou na análise dos documentos de habilitação, sanar erros ou falhas que não alterem a sua substância e sua validade jurídica, atribuindo-lhes eficácia para fins de classificação, em decisão na qual se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, de acordo com o art. 43 da IN SEGES/ME nº 73/2022.

12.2.3.1 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, essa somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

12.2.4 A qualquer tempo, a Administração poderá solicitar o encaminhamento da documentação original de habilitação, a qual deverá ser remetida para o Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, situado na Primeira Avenida do Centro Administrativo da Bahia, n.º 150, CAB, Salvador/BA, CEP 41.745-901.

12.3. Sob pena de inabilitação, os documentos relativos à habilitação jurídica e à regularidade fiscal deverão estar em nome da licitante com o número do CNPJ e o endereço respectivo, conforme segue:

a) se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

b) se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial.

12.4. No caso das alíneas da **condição 12.3**, serão dispensados da filial aqueles documentos que, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz e vice-versa.

12.5. Caso a **licitante** pretenda executar o objeto desta licitação por intermédio de outro estabelecimento, matriz ou filial, conforme o caso, deverá comprovar também a sua regularidade fiscal e trabalhista, observando-se o disposto na **condição 12.4**.

12.6. Para fins de habilitação, o **Pregoeiro/a Pregoeira** poderá realizar consulta nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissoras de certidões, constituindo meio legal de prova, conforme § 6º do art. 39 da IN SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

12.7. As regularidades fiscal e trabalhista poderão ser comprovadas pela apresentação de certidão positiva com efeito de negativa.

12.8. Quando se tratar de certidões vencíveis em que a validade não esteja expressa, serão considerados válidos os documentos expedidos nos últimos 90 (noventa) dias que antecederem à data da sessão deste certame.

12.9. O **Pregoeiro/A Pregoeira** efetuará, ainda, para efeitos de habilitação, consulta ao:

a) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;

b) Sistema Integrado de Registro do Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, no seguinte endereço eletrônico, mantido pela Controladoria-Geral da União, <https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>;

c) Sistema Inabilitado e Inidôneo, mantido pelo Tribunal de Contas da União, https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:10006425041264:::P3_TIPO_RELACAO:INIDONEO;

d) **SICAF**, a fim de verificar a composição societária das empresas e certificar eventual participação indireta que ofenda as disposições previstas no art. 14 da Lei 14.133/2021.

12.9.1. As consultas previstas nesta condição realizar-se-ão em nome da licitante e também de eventual matriz ou filial e de seu sócio majoritário.

12.9.2. As consultas previstas nas alíneas “a” a “c” realizadas em nome da pessoa jurídica poderão ser substituídas pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica, mantida pelo TCU, disponível no endereço <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>.

12.9.3. Caso conste na Consulta de Situação da licitante a existência de **Ocorrências Impeditivas Indiretas**, o Pregoeiro/a Pregoeira diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput).

12.9.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

12.9.3.2. A licitante será convocada para manifestação previamente a uma eventual desclassificação (IN nº 3/2018, art. 29, §2º), **sendo necessária a análise jurídica prévia**, conforme art. 160 da Lei 14.133/2021.

12.10. Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitações de documentos” em substituição aos documentos requeridos no presente edital e seus anexos.

12.11. Serão declaradas inabilitadas as **licitantes** cujos documentos não atendam aos requisitos aqui estabelecidos, observando-se os benefícios elencados neste Edital para as ME/EPP.

SUBSEÇÃO I - DA HABILITAÇÃO DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

12.12. Para a habilitação das microempresas e empresas de pequeno porte, é obrigatória a apresentação de toda a documentação elencada na SEÇÃO XII, deste Edital, inclusive quanto à regularidade fiscal e trabalhista, ainda que haja alguma restrição.

12.13. Caso haja alguma **restrição quanto à regularidade fiscal e trabalhista**, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a regularização da documentação. A prorrogação do referido prazo poderá ser concedida, por igual período, a critério da Administração, quando requerida pela licitante mediante apresentação de justificativa.

12.13.1. A concessão do prazo acima fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que tenham assinalado o campo “sim” da declaração prevista na **condição 4.3.1 deste Edital**.

12.14. O prazo acima indicado terá como termo inicial a data da divulgação do resultado da fase de habilitação, sendo de exclusiva responsabilidade da **licitante** o respectivo acompanhamento.

12.14.1. A abertura da fase recursal em relação ao resultado do certame ocorrerá após o prazo de regularização fiscal de que trata a **condição 12.13 acima**, conforme § 4º do art. 4º do Decreto nº 8.538/2015.

12.15. A não regularização da documentação, no prazo previsto na condição 12.13, implicará decadência do direito à contratação, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na forma do art. 4º, § 5º, do

SUBSEÇÃO II - DA CONSULTA AO CADIN

12.16. Conhecida a licitante vencedora e antes do encerramento da sessão pública, o pregoeiro/a pregoeira realizará consulta ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - Cadin, haja vista que, consoante disposto no art. 6º-A da Lei nº 10.522/2002, a existência de registro no referido cadastro constitui fator impeditivo para que a Administração Pública Federal celebre contratos que envolvam desembolso, a qualquer título, de recursos públicos.

12.17. Constatada a existência de registro, o pregoeiro/a pregoeira alertará a licitante vencedora para que providencie a devida regularização até que seja convocada para a assinatura do contrato, sob pena de, em caso de não regularização, o ajuste não ser celebrado.

SEÇÃO XIII - DOS RECURSOS

13.1. Após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, qualquer **licitante** poderá apresentar intenção de recurso, de forma imediata e no prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 minutos, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto à **licitante** declarada vencedora.

13.2. As **razões do recurso** deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio do sistema, no prazo de **3 (três) dias úteis**, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

13.2.1. O prazo para apresentação de contrarrazões será, igualmente, de **3 (três) dias úteis** e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

13.2.2. A apreciação do recurso pelo **Pregoeiro/pela Pregoeira** dar-se-á em fase única.

13.3. Será assegurado às **licitantes** vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses, conforme §5º do art. 165 da Lei 14.133/2021.

13.4. O **Pregoeiro/A Pregoeira** receberá, examinará e instruirá os recursos interpostos de suas decisões, podendo, na oportunidade, reconsiderá-las.

13.5. Mantida a decisão pelo **Pregoeiro/pela Pregoeira**, o recurso será apreciado pela autoridade competente.

13.6. O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

SEÇÃO XIV - DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

14.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, para fins do disposto no art. 71 da Lei nº 14.133/2021.

14.2. Constatada a regularidade dos atos procedimentais, a Diretoria Geral do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia poderá adjudicar o objeto e homologar o procedimento licitatório, determinando a consequente contratação.

SEÇÃO XV - DO CONTRATO

15.1. Após a adjudicação e a homologação, será firmado contrato com a **licitante vencedora**, nos termos da minuta constante do **Anexo IV**, com cláusulas regidas pela Lei nº 14.133/2021, integrando-o, ainda, os dados constantes da proposta vencedora, bem como as condições estatuídas neste ato convocatório.

15.2. O prazo de vigência da contratação está previsto no instrumento contratual e Projeto Básico.

15.3. A Adjudicatária deverá assinar o contrato dentro do prazo de **05 dias úteis**, contados da respectiva convocação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis, o qual poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração do Tribunal.

15.3.1 A convocação para assinatura do contrato será precedida de consulta ao **Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - Cadin** e da verificação da manutenção de todas as condições exigidas na habilitação.

15.3.1.1. A existência de registro no Cadin constitui **fator impeditivo para a celebração do contrato**, conforme art. 6º-A da Lei nº 10.522/2002 (incluído pela Lei nº 14.973/2024), devendo a Adjudicatária regularizar sua situação dentro do **prazo da condição 15.3 acima**, sob pena de decair o direito à contratação.

15.3.2. O contrato deverá ser assinado, preferencialmente, no Sistema Eletrônico de Informações - SEI do TRE-BA, com uso de login e senha, mediante prévio credenciamento do representante legal da empresa ou procurador devidamente autorizado, por meio do link <https://www.tre-ba.jus.br/institucional/portal-do-sei/portal-do-sei>, no qual consta o Guia de Usuário Externo, respeitado o prazo previsto na **condição 15.3**.

15.3.2.1. Concluído o credenciamento pelo fornecedor diretamente no Portal do SEI do TRE-BA, este receberá mensagem de confirmação automática do sistema, com os procedimentos adicionais para finalização do cadastro e envio da seguinte documentação à Seção de Protocolo e Expedição - SEPEX, por intermédio do e-mail protocolo@tre-ba.jus.br, com cópia para a Seção de Contratos, secont@tre-ba.jus.br, cabendo ao remetente confirmar o

recebimento junto aos destinatários, e indicar, no campo “assunto da mensagem”, que se trata de “cadastro de usuário externo para assinatura de contratos e instrumentos congêneres:

- a) termo de Declaração de Concordância e Veracidade, disponível no Portal SEI do TRE-BA. No item 1.3. do termo (motivo do cadastramento), assinalar a opção "Assinatura de termos, acordos e contratos com o TRE-BA - N.º do processo SEI (se houver) e indicar o número do SEI n.º 0011292-20.2025.6.05.8000 .
- b) documento de identificação oficial com foto;
- c) comprovante de inscrição em Cadastro de Pessoa Física CPF;
- d) comprovante de residência, emitido, no máximo, há 6 (seis) meses da data do cadastro.

15.3.2.2. Finalizado o cadastro, a requerente receberá um e-mail com aviso de liberação do seu acesso como usuária externa ao SEI do TRE-BA, e receberá o link para assinatura do contrato no referido sistema no prazo estabelecido na **condição 15.3.**

15.3.2.3. A Adjudicatária deverá, tão logo homologado o procedimento no sistema, adotar as providências previstas na **condição 15.3.2.**

15.3.3. Alternativamente, será permitida a assinatura digital, por meio de certificado digital emitido no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, ou por outro meio idôneo legalmente admitido, podendo o documento ser enviado por correio eletrônico ou mediante aviso de recebimento para o destinatário ou para a destinatária, que o assinará e o devolverá, pelo mesmo modo, ao TRE-BA, observado o prazo estabelecido na **condição 15.3.**

15.3.4. Ao assinar o contrato, a Adjudicatária **automaticamente expressa seu inequívoco consentimento** para que a Administração contratante realize os descontos nas faturas e o pagamento dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando estes não forem adimplidos.

15.4. Caso a licitante vencedora convocada não realize a assinatura do contrato no prazo estabelecido na **condição 15.3**, será facultado à Administração, **através do Pregoiro/da Pregoeira**, convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para aceitar a contratação **nas condições propostas pela licitante vencedora**, observando-se o disposto no § 2º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021.

15.4.1. Considera-se proposta em iguais condições à da licitante vencedora aquela que adote o mesmo valor total a ela adjudicado, independentemente da composição de custos apresentada pela licitante remanescente.

15.4.2. Será concedido à licitante o prazo de **24 (vinte e quatro) horas**, contado a partir da data de convocação, para manifestação de interesse, que deverá ocorrer **mediante a apresentação da documentação da proposta**, observando-se as **condições 10.1 a 10.1.3, 10.16 e 10.16.1 deste Edital**, prosseguindo-se no chamamento das demais classificadas, quando houver inobservância a esse lapso temporal ou quando a licitante manifestar **expressamente** no *chat* da sessão o seu desinteresse.

15.4.3. Para habilitação da licitante remanescente deverá ser observada a **Seção XII deste Edital**.

15.4.4. Na hipótese de nenhuma das licitantes aceitar a contratação nos termos da **condição 15.4 acima**, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital de licitação, conforme disposto no § 4º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021, poderá:

- a) convocar as licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, **mesmo que acima do preço da adjudicatária**;
- b) adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelas licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

15.5. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e a sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas, conforme disposto no § 5º do art. 90 da Lei 14.133/2021.

15.5.1. A regra da condição **15.5 acima** não se aplicará às licitantes remanescentes convocadas na forma da **alínea “a” da condição 15.4.4.**

15.6. O contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 124 da Lei 14.133/2021, com a apresentação das devidas justificativas.

15.7. Será facultada à Administração, em casos de rescisão contratual, quando já iniciada a execução do ajuste, a convocação dos demais licitantes classificados, para a contratação do remanescente de obra, do serviço ou de fornecimento, observados os critérios estabelecidos nos §§ 2º e 4º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021, notadamente no que diz respeito à verificação da ordem de classificação, apresentação de documentação (proposta e documentos de habilitação), valores e negociação.

SUBSEÇÃO I - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

15.8. Será exigida garantia de execução de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, de acordo com as regras constantes do Termo de Referência.

SEÇÃO XVI - MODELOS DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO E GESTÃO CONTRATUAL

16.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução do serviço, incluindo os prazos e condições de **conclusão, entrega e recebimento do objeto**, constam no Termo de Referência, **Anexo I** deste Edital.

16.2. A execução completa do contrato só acontecerá quando o contratado comprovar o cumprimento de todas as obrigações trabalhistas.

SEÇÃO XVII - DAS SANÇÕES PELA PRÁTICA DE ATOS ILÍCITOS NA LICITAÇÃO E PELO DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

17.1. De acordo com o § 4º do artigo 156 da Lei nº 14.133/2021, ficará **IMPEDIDA DE LICITAR E CONTRATAR** com a União, **PELO PRAZO MÁXIMO DE 3 (TRÊS) ANOS**, sem prejuízo de eventual multa prevista no edital, contrato ou termo de referência, a **licitante** ou **contratada** que incorrer nas condutas a seguir relacionadas, desde que não se justifique a imposição de penalidade mais grave prevista na **condição 17.2 deste Edital**, garantidos o contraditório e ampla defesa:

- a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- b) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, em especial quando;
 - b.1)** não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação, na situação prevista na **condição 10.1.2 deste Edital**, ou seja, quando a ausência do documento ajustado impossibilitar a verificação da conformidade com o Edital e/ou a análise de aceitabilidade dos preços unitários;
 - b.2)** pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva, desde que não esteja fundamentada na demonstração de vício ou falha na sua elaboração, que evidencie a impossibilidade de seu cumprimento;
 - b.3)** deixar de apresentar amostra ou apresentá-la em desacordo com as especificações do edital.
- c) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- e) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- f) dar causa à inexecução total do contrato.

17.2. De acordo com o § 5º do artigo 156 da Lei nº 14.133/2021, será **DECLARADA INIDÔNEA PARA LICITAR E CONTRATAR** com todos os órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, **PELO PRAZO MÍNIMO DE 3 (TRÊS) ANOS E MÁXIMO DE 6 (SEIS) ANOS**, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, bem como de eventual sanção de multa prevista no edital, contrato, termo de referência, a **licitante** ou **contratada** que incorrer nas condutas a seguir relacionadas, garantidos o contraditório e ampla defesa:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

17.2.1. Para os fins da **alínea “c”**, reputar-se-á como comportamento inidôneo ou cometimento de fraude de qualquer natureza, a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, tais como a fraude ou frustração do caráter competitivo do procedimento licitatório, ação em conluio ou em desconformidade com a lei, indução deliberada a erro no julgamento, prestação falsa de informações, apresentação de documentação com informações inverídicas ou que contenha emenda ou rasura, destinados a prejudicar a veracidade de seu teor original.

17.3. De acordo com o § 2º do artigo 156 da Lei nº 14.133/2021, será aplicada a sanção de **ADVERTÊNCIA** exclusivamente aos casos de inexecução parcial, desde que não tenha causado grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

17.4. Pelo inadimplemento total ou parcial das obrigações assumidas, a licitante vencedora estará sujeita à multa prevista no Termo de Referência, Anexo I deste Edital, penalidade que poderá ser imputada cumulativamente às sanções estabelecidas nas **condições 17.1, 17.2 e 17.3 deste Edital**.

17.5. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades legalmente estabelecidas, ressalvada a hipótese de convocação de licitante remanescente na forma do inciso I do § 4º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021.

17.6. Qualquer penalidade somente poderá ser aplicada mediante processo administrativo, no qual se assegurem a prévia defesa e o contraditório, consoante rito estabelecido nos artigos. 156 a 163 da Lei 14.133/2021, aplicando-se,

subsidiariamente, a Lei nº 9.784/99 e a Portaria nº 112/2023, da Presidência do TRE-BA.

17.7. A Contratante poderá reter dos pagamentos devidos à Contratada, como medida cautelar, independentemente de sua manifestação prévia, valor relativo a eventual multa a ser aplicada em razão de inadimplemento contratual, com base no artigo 45 da Lei nº 9.784/99 e no artigo 26, inciso I, da Portaria nº 112/2023, da Presidência do TRE/BA.

17.8. O valor da multa aplicada será descontado dos pagamentos eventualmente devidos à Contratada ou da garantia prestada, quando houver, ou ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente.

17.9. Aplicada a penalidade de multa, após regular processo administrativo, e observado o disposto nas **condições 17.7 e 17.8**, será a Licitante ou Contratada, se for o caso, intimada para efetuar o recolhimento do seu valor, por meio de Guia de Recolhimento da União- GRU, no prazo de 30 dias, contados do recebimento da intimação.

17.10. As situações mencionadas nos incisos I a IV e IX do art. 137 da Lei 14.133/2021, podem ensejar, a critério da Administração, a extinção do contrato.

17.11. Os recursos contra a aplicação de sanções em decorrência de inadimplemento contratual serão dirigidos à Presidência do TRE-BA, sendo interpostos na forma e nos prazos estabelecidos nos artigos 166 e 167 da Lei 14.133/2021.

SEÇÃO XVIII - DA IMPUGNAÇÃO E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

18.1. Até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos sobre os termos do edital de licitação, ou apresentar impugnação, por suposta irregularidade na aplicação da lei.

18.1.1. O pedido de esclarecimento e a impugnação poderão ser enviados diretamente ao Pregoeiro/à Pregoeira, via e-mail gsconceicao@tre-ba.jus.br, ou por meio do Protocolo Digital (conforme orientações disponíveis em: <https://www.tre-ba.jus.br/institucional/portal-do-sei/portal-do-sei/>), ou ainda, protocolados de forma presencial no Tribunal, de segunda a sexta-feira, no período das 8h às 13h.

18.2. Eventuais consultas poderão ser realizadas por intermédio do telefone (71) 3373-2114, de segunda a sexta-feira, no período das 8h às 14h.

18.3. Caberá ao Pregoeiro/à Pregoeira manifestar-se acerca dos pedidos de esclarecimentos e/ou impugnações no prazo de até 03 (três) dias úteis, a contar da data em que recebê-los, limitado ao último dia útil anterior à data de abertura do certame, observando o seguinte:

- a)** o Pregoeiro/a Pregoeira poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital de licitação e dos anexos;
- b)** manifestando-se sobre a impugnação, o Pregoeiro/a Pregoeira deverá encaminhá-la, em seguida, à Diretoria Geral do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia para proferir decisão;
- c)** a impugnação não possui efeito suspensivo, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pelo Pregoeiro/pela pregoeira nos autos do processo de licitação;
- d)** acolhida a impugnação contra o edital de licitação, será definida e publicada nova data para realização do certame.

18.4. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnações serão divulgadas em sítio eletrônico oficial do órgão licitante e no sistema, dentro do prazo estabelecido na **condição 18.3** acima, e vincularão os participantes e a Administração.

SEÇÃO XIX - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1. A presente licitação poderá ser anulada, no todo ou em parte, a qualquer tempo, de ofício ou por provocação de terceiros, se verificada ilegalidade insanável no procedimento; ou revogada por motivos de conveniência ou oportunidade decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado mediante decisão fundamentada, assegurada prévia manifestação dos interessados.

19.1.1. Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

19.1.2. Constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, com avaliação dos aspectos elencados no art. 147 da Lei 14.133/2021.

19.2. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereços eletrônicos www.gov.br/compras e <https://www.tre-ba.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas>.

19.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília - DF, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

19.4. Nenhuma indenização será devida às empresas licitantes pela elaboração de proposta ou apresentação de

documentos relativos a esta licitação.

19.5. A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do pregão constarão de ata divulgada no sistema eletrônico.

19.6. O Pregoeiro/A Pregoeira ou autoridade superior poderão promover diligências destinadas a elucidar ou complementar a instrução do processo, em qualquer fase da licitação.

19.7. A contratada é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto contratado que apresentar vícios ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados ou do seu uso correto, que o tornem impróprio ou inadequado para o consumo a que se destina ou lhe diminuam o valor.

19.8. O contratado é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

19.9. Ao participar de processo licitatório o titular dos dados manifesta, automaticamente, seu **inequívoco consentimento** para tratamento dos dados pessoais pela Administração, conforme autorização legal prevista no art. 7º, incisos I, II e V da **Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) - Lei 13.709/18**.

19.9.1. Os documentos habilitatórios, exigidos neste Edital, ficarão acessíveis e disponíveis ao público, com todos os dados pessoais neles constantes, por força do cumprimento do dever de publicidade previsto no art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Salvador, 15 de janeiro de 2026

Gilson Soares da Conceição
Pregoeiro

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90002/2026

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa para a prestação de serviços auxiliares de apoio técnico nas áreas de Engenharia e/ou Arquitetura, com inscrição no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) da região a que estiver vinculada, mediante alocação de postos de trabalho com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento dos softwares necessários à execução das atividades contratadas, que envolvem serviços de natureza exclusivamente auxiliar e complementar às equipes técnicas permanentes do Tribunal, destinando-se a apoiar as atividades desenvolvidas pelas unidades da SGS, em especial pela Seção de Projetos e Obras (SEPROB) e pela Seção de Manutenção do Interior (SEMAI).

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, nos termos do inciso XIII do art. 6º da Lei nº 14.133/2021, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos mediante especificações reconhecidas e usuais de mercado, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares, não inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos deste Tribunal.

1.3. Trata-se de serviços prestados de forma contínua, em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, conforme inciso XVI do art. 6º da Lei nº 14.133/2021, em razão de sua essencialidade para manutenção da atividade administrativa, sendo decorrentes de necessidades permanentes, cuja interrupção pode comprometer o cumprimento da missão institucional deste Tribunal.

1.4. A presente contratação adotará como critério de julgamento o de MENOR PREÇO GLOBAL, e como regime de execução o de EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, conforme regras estabelecidas no instrumento convocatório.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A contratação tem como fato gerador as demandas contínuas relacionadas à elaboração de projetos, execução de obras de construção/reforma e realização de manutenção predial, em diversas unidades do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia (TRE-BA), sejam elas edificações próprias, cedidas ou locadas em uso pelo Tribunal, situadas tanto na Capital quanto no interior do Estado (conforme relação anexa a este documento);

2.2. Os trabalhos demandados referem-se à criação, manutenção e adaptação da infraestrutura física necessária para que o TRE-BA desempenhe, de maneira eficiente e adequada, as atividades de sua competência perante a sociedade, garantindo condições adequadas de trabalho aos prestadores de serviço e acesso da população às instalações com conforto, salubridade, segurança e acessibilidade;

2.3. A presente contratação visa prover suporte técnico especializado às unidades da Secretaria de Gestão de Serviços responsáveis pela execução de obras, manutenção predial e acompanhamento técnico de edificações do TRE-BA, com o objetivo de viabilizar o adequado funcionamento das instalações físicas do Tribunal na capital e no interior do estado.

2.4. Os serviços objeto desta contratação terão natureza **exclusivamente auxiliar e complementar** às equipes técnicas permanentes do Tribunal, destinando-se a **apoiar** as atividades desenvolvidas pelas unidades da SGS, em especial pela Seção de Projetos e Obras (SEPROB) e pela Seção de Manutenção do Interior (SEMAI). Fica expressamente ressalvado que a **supervisão, a coordenação, a tomada de decisões técnicas e a validação final dos serviços** constituem atribuições exclusivas dos servidores efetivos do TRE-BA.

2.5. A contratação de apoio técnico especializado tem como meta viabilizar o atendimento das atribuições da Seção de Projetos e Obras (SEPROB), especialmente no que se refere ao Plano de Obras, revisado em 2026 pela Administração, com planejamento para o biênio 2026-2028, o qual deverá contemplar, dentre outras, as seguintes obras:

- Elaboração de projeto para reforma do Fórum Eleitoral de Itaparica;
- Elaboração de projeto para reforma do Fórum Eleitoral de Juazeiro;
- Elaboração de projeto para reforma do Fórum Eleitoral de Feira de Santana;
- Elaboração de projeto para reforma do Fórum Eleitoral de Cruz das Almas;
- Elaboração de projeto para reforma do Fórum Eleitoral de Irecê;

2.6. Ademais, a equipe técnica é responsável pelo acompanhamento da fase de garantia (5 anos) dos Fóruns próprios recém-reformados — a exemplo das unidades de Ipirá, Porto Seguro, Jacobina, Camaçari e do Anexo III —, bem como pela fiscalização das obras de reforma dos Fóruns Eleitorais de Valença e Eunápolis e dos Fóruns Eleitorais de Itamaraju, Itabuna e Barreiras e dos Anexos I e III, previstas para 2026.

2.7. As demandas de apoio a serem atendidas pelos terceirizados abrangem atividades de natureza instrumental, tais como levantamentos técnicos preliminares, apoio à análise de projetos e orçamentos, acompanhamento de serviços de manutenção e obras, elaboração de relatórios de apoio e vistorias auxiliares. Situações de caráter extraordinário ou emergencial — como ocorrências de infiltrações, problemas estruturais ou necessidades imediatas de adequação de layouts — poderão ser objeto de suporte técnico pelos contratados, sempre sob supervisão e decisão final dos servidores efetivos responsáveis.

2.8. A contratação, portanto, permitirá resposta mais célere a tais demandas de apoio, sem afastar a responsabilidade dos engenheiros e arquitetos do quadro próprio quanto à supervisão, coordenação, tomada de decisão técnica e validação dos serviços.

2.9. A justificativa para a contratação está alinhada ao Planejamento Estratégico Institucional vigente, em especial ao seguinte objetivo: Prestar Serviço de Qualidade ao Público.

2.10. A relação entre o quantitativo do objeto a ser contratado, previsto neste Termo de Referência, e a demanda da Administração a ser atendida encontra-se demonstrada no Estudo Técnico Preliminar divulgado no Portal da Transparência deste Tribunal.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada no Estudo Técnico Preliminar e neste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

4.1.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto e entre as obrigações da Contratada, os quais se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União (AGU), adotado por este Tribunal por força da [Portaria TRE-BA nº 453/2022](#), devem ser atendidos os seguintes requisitos:

- a) a contratada deve conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e demais envolvidos na prestação dos serviços;
- b) adoção de medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;
- c) observação da Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento; fornecimento aos empregados dos equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução de serviços; aplicando as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT NBR, referente ao uso de materiais atóxicos, biodegradáveis e recicláveis;
- d) respeito às Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; utilizar materiais de consumo/insumos compostos no todo ou em parte, por material reciclável, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR-15448 e 15448-2;
- e) otimizar a utilização dos sacos de lixo que devem ser, de preferência, reutilizáveis, adequando sua disponibilização quanto à capacidade e necessidade, esgotando dentro do bom senso e da razoabilidade o seu volume útil de

- acondicionamento, objetivando a redução da destinação de resíduos sólidos;
- f) realizar a correta separação, acondicionamento e descarte, seguindo normas de geradores de resíduos sólidos, para lixos orgânicos, recicláveis ou não recicláveis; efetuar o recolhimento e a destinação final ambientalmente correta das embalagens utilizadas, principalmente nos produtos tóxicos ou abrasivos;
- g) respeitar as NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT sobre resíduos sólidos; utilizar, quando possível, adubos orgânicos;
- h) caso sejam autorizadas pelo CONTRATANTE as operações de compostagem/fabricação de adubo orgânico, a CONTRATADA deverá separar os resíduos orgânicos gerados e encaminhá-los para as referidas operações, de modo a evitar a sua disposição em aterro sanitário integralmente;
- i) colaborar com as medidas de redução de consumo e uso racional da água, cujo(s) encarregado(s) deve(m) atuar como facilitador (es) das mudanças de comportamento dos empregados sob sua responsabilidade; priorizar, quando disponível, o uso de água da chuva na irrigação dos canteiros e gramados ou água de reuso;
- j) identificar pontos de uso/ hábitos e vícios de desperdício de água, observando:
- j.1) na identificação das atividades de cada ponto de uso, o(s) empregado(s) deve(m) ser treinado(s) e orientado(s) sistematicamente contra hábitos e vícios de desperdício, sendo conscientizados sobre atitudes preventivas, tais como não irrigação em época de chuva; e
 - j.2) devem ser adotados procedimentos que utilizam o uso adequado da água, com economia (sem desperdício) e sem deixar de garantir que os serviços sejam realizados com excelência.
- k) em atendimento ao disposto no art. 2º, VI, da Resolução CNJ nº 418/2021, alterada pela Resolução CNJ nº 540/2023, considerando a natureza da solução proposta, deverá ser reservado percentual mínimo de 50% das vagas a mulheres, observada a perspectiva interseccional de raça e etnia, conforme diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça.

4.2. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICAS

- 4.2.1. O contrato constitui-se em serviço de cessão de mão de obra residente, por meio de alocação de 9 (nove) postos de trabalho ocupados por profissionais da área de arquitetura e/ou engenharia, observadas as qualificações mínimas indicadas neste Termo de Referência, para desempenho de atividades de análise, elaboração e/ou desenvolvimento, detalhamento e compatibilização de projetos; análise e elaboração de orçamentos; execução, acompanhamento e/ou fiscalização de obras e serviços de engenharia e análise e/ou elaboração de laudos e pareceres técnicos.
- 4.2.2. As atividades serão executadas nas dependências da Sede do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, no Centro de Apoio Técnico (Almoxarifado Central e Depósito de Urnas Eletrônicas), nesta capital, e nos Fóruns e Cartórios Eleitorais localizados nos municípios do interior do estado da Bahia, observando-se o seguinte quantitativo regular de postos e a respectiva jornada de trabalho:

Posto de trabalho	Jornada	Quantidade
Arquiteto ou Engenheiro civil	40 horas semanais	5
Engenheiro Mecânico	40 horas semanais	1
Engenheiro Eletricista	40 horas semanais	3

4.2.3. SERVIÇOS EXTRAORDINÁRIOS

- 4.2.3.1. Excepcionalmente, a Contratante poderá autorizar a execução de serviços extraordinários (horas-extras) com o escopo determinado a fim de atender a situações de aumento excepcional de atividade, que não puderem ser realizadas no horário normal de trabalho.
- 4.2.3.2. Os serviços extraordinários poderão ser realizados em dias úteis, bem como aos sábados, domingos e feriados e serão requisitados à Contratada de acordo com a necessidade, observando-se os limites estabelecidos na legislação trabalhista e as quantidades estimadas de horas no contrato:

POSTO	Unidade	Quantidade mensal de horas estimadas	
		Dias úteis e sábados	Domingos e feriados
Arquiteto/Engenheiro	Hora	5	2

- 4.2.3.3. A realização de serviços em horário extraordinário será comunicada formalmente à Contratada pela fiscalização do contrato, a fim de que sejam tomadas todas as providências pertinentes, inclusive com relação à respectiva remuneração, respeitando-se os limites estabelecidos na legislação trabalhista.
- 4.2.3.4. A Contratada será remunerada pela prestação de horas-extras utilizando-se da seguinte fórmula:

$vhe = [rem \times (1+13fa) \times (1+es) \times (1+i) \times (1+ci) \times (1+l) \div d] / (1-t)$, onde:

vhe = valor da hora extra;

rem = remuneração

13fa = incidência sobre 13º salário, férias e adicional

es = encargos sociais relativos ao módulo 2.2 da planilha de custo e formação de preços;

i = índice referente ao acréscimo legal sobre a hora normal, previsto na respectiva Convenção Coletiva de Trabalho - CCT ou, na sua falta, na legislação trabalhista;

ci = custos indiretos;

l = lucro.

d = divisor, de acordo com a jornada mensal prevista na CCT ou, na sua falta, na legislação trabalhista;

t = Tributos incidentes sobre o faturamento

4.2.4. DESLOCAMENTOS

4.2.4.1. As viagens deverão ser comunicadas à Contratada, junto com o seu cronograma, com antecedência mínima de 03 (três) dias úteis, através de ofício ou e-mail.

4.2.4.2. O deslocamento dos profissionais será de responsabilidade da Contratada. A estimativa de deslocamento encontra-se abaixo:

Estimativa total de deslocamentos	100
-----------------------------------	-----

4.2.4.3. Os deslocamentos serão pagos por quilômetro, conforme planilha estimativa em que consta a metodologia para cálculo dos custos permanentes.

4.2.4.4. Para calcular a distância do deslocamento, será considerado como ponto de partida a cidade de Salvador até o município onde serão prestados os serviços. A tabela a ser utilizada será aquela correspondente à quantidade de municípios visitados pela empresa (1, 2, 3, 4 ou 5). A tabela apresenta estimativa para os deslocamentos e, por isso, poderá ser ajustada de acordo com a necessidade da administração (a exemplo de modificação na quantidade de profissionais em deslocamento, tempo de visita, dentre outros).

4.2.5. REMUNERAÇÃO

4.2.5.1. Tendo em vista os requisitos técnicos profissionais estabelecidos no **tópico 4.4 deste Termo de Referência**, justifica-se a fixação de piso salarial para os profissionais no valor de **R\$ 13.356,03**, baseado no valor do SINAPI engenheiro pleno.

4.2.5.2. A licitante poderá cotar valor maior do que o piso estabelecido no **item 4.2.5.1**, mas não será aceito valor menor.

4.3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

4.3.1. Será exigida da Licitante a apresentação da seguinte documentação de qualificação técnica:

4.3.1.1 CAPACIDADE TÉCNICO OPERACIONAL

4.3.1.1.1 Comprovante de registro da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) da região a que estiver vinculada.

4.3.1.1.1.1 Caso a licitante seja de outro Estado da Federação e não apresente a certidão de registro do CREA da Bahia, deverá apresentar, **antes do início do serviço**, comprovante de seu registro na Regional da Bahia - CREA-BA, de acordo com o artigo 3º, § 1º, in. II, da Resolução nº 1.121, de 13 de dezembro de 2019, do CONFEA.

4.3.1.1.2. Um atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove a execução com êxito de objeto pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto previsto neste Termo de Referência, assim entendida a que demonstra que a empresa gerencia ou gerenciou serviços terceirizados, por período contínuo mínimo de 12 (doze) meses, **com o número de empregado equivalente ao que será necessário para suprir os postos regulares a serem contratados, ou seja, 9 (nove) postos simultâneos**.

4.3.1.1.2.1. Será aceito o somatório de atestados e/ou declarações de períodos concomitantes para comprovar a capacidade técnica.

4.3.1.1.2.2. O(s) atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica deverá(ão) se referir a serviços prestados no âmbito de atividade econômica principal e/ou secundária da empresa, comprovados por meio do Contrato Social ou dos dados constantes do SICAF.

4.3.1.1.2.3. Não serão aceitos atestados de empresas do mesmo grupo econômico da proponente (mesmos sócios/administradores ou compartilhamento de recursos), salvo demonstração de ausência de interesse econômico comum.

4.3.1.1.2.4. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

4.3.1.1.2.5. As licitantes deverão disponibilizar, quando solicitadas, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados de capacidade técnica apresentados.

4.3.1.1.2.6. Os períodos concomitantes serão computados uma única vez.

4.3.1.1.2.7. Somente serão aceitos atestados e/ou declarações de capacidade técnica expedidos após a conclusão do respectivo contrato ou decorrido no mínimo um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior.

4.3.1.2. CAPACIDADE TÉCNICO-PROFISSIONAL

4.3.1.2.1. A licitante deverá indicar profissional(is) legalmente habilitado(s), que atuará(ão) como responsável(is) técnico(s) pela execução dos serviços objeto da licitação, com acervo técnico devidamente registrado em conselho profissional competente (CREA/CAU), compatível com as atividades previstas neste Termo de Referência. A indicação poderá recair sobre profissional integrante do quadro permanente da empresa ou sobre profissional a ser contratado, desde que haja comprovação da vinculação formal com a licitante, nos termos do art. 69 da Lei nº 14.133/2021.

4.3.1.2.1.1. A comprovação da capacidade técnico-profissional se dará por meio da apresentação de **atestado(s) de capacidade técnica**, emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, **acompanhados da respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT)**, em nome do(s) profissional (is) indicado(s). Os documentos deverão comprovar a atuação do(s) profissional(is) como responsável(eis) técnico(s) na execução de serviços compatíveis com o objeto da licitação, nas áreas de **engenharia civil e/ou arquitetura, engenharia elétrica e engenharia mecânica**, conforme aplicável.

4.3.1.2.2. A vinculação do(s) profissional(is) indicado(s) à licitante deverá ser comprovada mediante apresentação de:

- a) cópia da CTPS em que conste o vínculo com a empresa; ou
- b) contrato social da licitante, no qual o profissional figure como sócio; ou
- c) declaração de contratação futura firmada pela empresa, acompanhada de anuência expressa do profissional.

4.3.1.2.3. O(s) profissional(is) indicado(s) e cujos atestados e CATs tenham sido apresentados na fase de habilitação deverão, obrigatoriamente, permanecer responsáveis pelo acompanhamento da execução dos serviços contratados, garantindo a efetiva vinculação entre a qualificação técnico-profissional comprovada e a execução do objeto.

4.4. QUALIFICAÇÃO DOS PROFISSIONAIS

4.4.1. A experiência dos profissionais que executarão os serviços será aferida após assinatura do contrato e antes do início dos serviços. Os profissionais deverão ter curso superior completo em Arquitetura ou Engenharia, com registro válido no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) ou no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), de qualquer região, e pelo menos 07 (sete) anos de experiência profissional na execução de serviços relacionados a esta contratação.

4.4.2. O profissional deve estar com seu registro vigente no Conselho de Classe, na data de entrega da documentação e durante todo o período da prestação dos serviços.

4.4.3. A demonstração de experiência do profissional consiste em comprovação do exercício de atividades anteriores compatíveis com o posto de trabalho que cada profissional ocupará, deve ser validada mediante declaração e/ou atestado emitida por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhada de Certidão de Acervo Técnico (CAT) emitida pelo órgão de classe.

4.4.4. A Contratada deverá comprovar, observado o disposto no **item 4.4.3**, que os profissionais alocados nos postos de trabalhos desenvolveram as seguintes atividades:

4.4.4.1. POSTOS- Engenheiro Eletricista

4.4.4.1.1. Elaboração de projeto elétrico de média ou alta tensão;

4.4.4.1.2. Elaboração de projetos elétrico, de telefonia, cabeamento estruturado, fibra ótica, circuito fechado de câmeras e TV (CFTV);

4.4.4.1.3. Elaboração de projetos de sistema de proteção contra descargas atmosféricas (SPDA);

4.4.4.1.4. Elaboração de projetos de sistema de detecção de alarme e incêndio (SDAI);

4.4.4.1.5. Execução ou fiscalização de obra relacionada à área de competência.

4.4.4.2. POSTOS- Engenheiro Civil e/ou Arquiteto

4.4.4.2.1. Elaboração de projeto de recuperação de estrutura metálica ou execução de projeto em estrutura metálica;

4.4.4.2.2. Elaboração de projeto em estrutura de concreto armado;

- 4.4.4.2.3. Elaboração de projeto de recuperação de concreto armado;
- 4.4.4.2.4. Elaboração de projeto arquitetônico;
- 4.4.4.2.5. Elaboração de projeto de acessibilidade;
- 4.4.4.2.6. Elaboração de projeto de instalação hidrossanitária;
- 4.4.4.2.7. Elaboração de projeto de combate a incêndio e pânico;
- 4.4.4.2.8. Elaboração de projeto de impermeabilização;
- 4.4.4.2.9. Execução ou fiscalização de obra relacionada às áreas de competência;
- 4.4.4.2.10. Elaboração de orçamento de obra;

4.4.4.3 - POSTO- Engenheiro Mecânico

4.4.4.3.1. Elaboração de projetos de sistema de climatização, que compreenda unidades do tipo VRF (Fluxo de Gás Refrigerante Variável);

4.4.4.3.2. Execução ou fiscalização de obra de sistema de climatização.

4.4.5. A Contratada deverá comprovar que cada um dos técnicos ocupantes dos postos de trabalho de Engenheiro Civil e/ou Arquiteto atendam pelo menos 02 (duas) das atividades elencadas nos **itens 4.4.4.2.1. a 4.4.4.2.10**; de modo que a equipe completa atenda todas as capacidades de trabalho exigidas no **item 4.4.4.2.**

4.4.6. A Contratada deverá comprovar que cada um dos técnicos ocupantes dos postos de trabalho de Engenheiro eletricitista atendam pelo menos 02 (duas) das atividades elencadas nos **itens 4.4.4.1.1 a 4.4.4.1.5**, de modo que a equipe completa atenda todas as capacidades de trabalho exigidas no **item 4.4.4.1.**

4.5. EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL

4.5.1 A Contratada deverá fornecer, no mínimo, os seguintes Equipamentos de Proteção Individual (EPI's):

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTDE POR EMPREGADO	CÓDIGO SINAPI
1	LUVA RASPA DE COURO, CANO CURTO (PUNHO *7* CM)	PAR	1	12892
2	CAPA PARA CHUVA EM PVC COM FORRO DE POLIESTER, COM CAPUZ (AMARELA OU AZUL)	UN	1	12894
3	CAPACETE DE SEGURANCA ABA FRONTAL COM SUSPENSAO DE POLIETILENO, SEM JUGULAR (CLASSE B)	UN	1	12895
4	PROTETOR AUDITIVO TIPO PLUG DE INSERCAO COM CORDAO, ATENUACAO SUPERIOR A 15 DB	UN	1	36142
5	CINTURAO DE SEGURANCA TIPO PARAQUEDISTA, FIVELA EM ACO, AJUSTE NO SUSPENSARIO, CINTURA E PERNAS	UN	1	36148
6	OCULOS DE SEGURANCA CONTRA IMPACTOS COM LENTE INCOLOR, ARMACAO NYLON, COM PROTECAO UVA E UVB	UN	1	36152

4.6. NORMAS GERAIS DE CONDUTA

4.6.1. Os profissionais alocados na prestação dos serviços deverão pautar seu comportamento nas regras de conduta a seguir relacionadas, sendo obrigação da Contratada dar-lhes ciência:

- a) ser pontual e permanecer no posto de trabalho determinado, ausentando-se apenas quando autorizado;
- b) apresentar-se devidamente identificado (a) por crachá;
- c) cumprir as normas de segurança para acesso às dependências da Contratante;
- d) cumprir as normas internas do órgão;

- e)** entrar em áreas restritas somente em caso de emergência ou quando devidamente autorizado;
- f)** zelar pela preservação do patrimônio do Tribunal sob sua responsabilidade, mantendo a higiene, a organização e a aparência do local de trabalho, solicitando a devida manutenção, quando necessário;
- g)** operar, sempre que necessário e de forma adequada, equipamentos e sistemas informatizados disponíveis (tais como orçafascio, MS Project, AutoCad, e software com tecnologia BIM para cada especializada e outros) para a execução dos serviços;
- h)** solicitar apoio técnico junto às unidades competentes da Contratante para solucionar falhas em máquinas e equipamentos;
- i)** assumir o posto com todos os acessórios necessários para o bom desempenho do trabalho;
- j)** informar todas as situações/características/etc. do trabalho que está sendo realizado, ao passar o serviço temporariamente ou deixar o posto, para o profissional que assumira os trabalhos;
- k)** guardar sigilo de assuntos dos quais venha a ter conhecimento em virtude do serviço;
- l)** manter atualizada a documentação utilizada e/ou para prestação do trabalho pelos ocupantes dos postos;
- m)** adotar todas as providências ao seu alcance para sanar irregularidades ou agir em casos emergenciais;
- n)** não realizar trabalhos estranhos ao contrato, durante o horário de trabalho e nas dependências do TRE-BA;
- o)** tratar a todos com urbanidade, ou seja, agir com respeito com as pessoas, demonstrando civilidade e profissionalismo;
- p)** não abordar autoridades ou servidores para tratar de assuntos particulares ou que não tenham afinidade com o serviço desempenhado, durante o horário de trabalho, a fim de evitar o comprometimento e interrupções desnecessárias nas suas atividades;
- q)** buscar orientação com seu superior, em caso de dificuldades no desempenho das atividades, repassando-lhe o problema;
- r)** comunicar ao coordenador administrativo ou preposto da empresa qualquer irregularidade verificada;
- s)** respeitar a hierarquia, não praticar atos de insubordinação, condutas abusivas, hostis, de conotação sexual, e atitudes desrespeitosas ou discriminatórias, com base em raça, cor, etnia, sexo, idade, estado civil, religião, orientação sexual, necessidades especiais, aparência, origem, convicção política ou qualquer outra forma de preconceito, independentemente de intencionalidade, sob pena de apuração, em observância às normas internas da Contratante, especialmente o [Código de Ética](#) e a [Resolução Administrativa nº 18/2024](#), que institui a Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação no âmbito deste Tribunal;
- t)** comunicar imediatamente ao seu superior imediato, aos fiscais e ao gestor do contrato, qualquer constrangimento de que for vítima ou de que tenha conhecimento em relação aos demais empregados alocados no contrato ou, se for o caso, valer-se dos canais de atendimento da Ouvidoria do Tribunal, disponibilizados em seu site na internet;
- u)** acessar à internet e usar o telefone de forma ponderada e restrita aos assuntos relacionados ao trabalho.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. A execução dos serviços deverá ser iniciada em até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento pela Contratada da Ordem de Serviço emitida pela Fiscalização.

5.2. A Ordem de Serviço deverá ser emitida pelo gestor ou pelo fiscal técnico do contrato em até **45 (quarenta e cinco) dias**, após a assinatura do contrato.

5.3. Em até **5 (cinco) dias úteis**, a contar do recebimento pela Contratada da via do Contrato assinado, a Contratante agendará reunião inicial com a Contratada, na qual deverá ser apresentada documentação dos profissionais a serem alocados nos postos de trabalho.

5.4. Em observância às Leis 6.496/1977 - CREA/CONFEA e Resolução Nº 91/2014 e 12.378/2010 deverão ser apresentadas todas as RRT's (Registro de Responsabilidade Técnica) no CAU e/ou ART's (Anotação de Responsabilidade Técnica) no CREA, pela Contratada, dos profissionais alocados nos postos de trabalho, antes do início da execução dos serviços objeto deste Termo de Referência.

5.4.1. A apresentação das RRT's/ART's é condição necessária para o início de cada serviços.

5.5. O expediente do Tribunal é das 8h às 14h, de segunda a sexta-feira, cabendo à Contratante definir as escalas de horário para o cumprimento da jornada de trabalho, que poderá, inclusive, ser estabelecida fora do horário de expediente informado, a depender da necessidade do serviço, admitida a compensação de horas, atendidas as exigências legais.

5.5.1. Quando os serviços forem executados nas dependências da Sede do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia e CAT, nesta Capital, os profissionais cumprirão jornada de 08 (oito) horas por dia, de segunda a sexta.

5.5.2. Quando os serviços forem executados nos Fóruns e Cartórios Eleitorais localizados nos municípios do interior do Estado da Bahia, o profissional fica obrigado a comparecer ao local determinado na data prevista na solicitação da fiscalização do contrato.

5.5.3. Nos dias em que não houver expediente nas unidades do Contratante, os prestadores de serviços poderão ser

dispensados da jornada de trabalho, no respectivo dia, sem prejuízo da remuneração.

5.6. Em caráter excepcional poderá haver serviço extraordinário em dias úteis, aos sábados, domingos e feriados e em horário noturno, sempre se observando a jornada legal diária e semanal e os limites dispostos no item **4.2.3.2** deste Termo de Referência.

5.7. O cumprimento da jornada diária de trabalho será controlado pela Contratada, devendo utilizar obrigatoriamente registro eletrônico para marcação e aferição das horas trabalhadas. Quando os serviços forem executados nos Fóruns e Cartórios Eleitorais localizados nos municípios do interior do estado da Bahia, o Chefe de Cartório de cada Zona Eleitoral deverá atestar a visita realizada pelo profissional da Contratada.

5.8. As frequências dos empregados serão diariamente registradas, fazendo constar os horários de chegada, saída e intervalo para refeição.

5.9. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS E ATRIBUIÇÕES DOS PROFISSIONAIS

5.9.1. Os profissionais indicados pela Contratada deverão executar atividades de caráter instrumental e de apoio técnico, em conformidade com as orientações da Administração. Ressalta-se que as atribuições privativas de servidores efetivos, tais como supervisão, coordenação, decisão técnica e validação de serviços, permanecerão sob responsabilidade exclusiva do quadro permanente do Tribunal.

5.9.2. Será exigido da Contratada o pleno conhecimento do conteúdo dos Contratos, e respectivos Termos de Referência/Projetos Básico, firmado entre este Tribunal e as empresas responsáveis pela prestação de serviços de arquitetura e/ou engenharia ou pela execução de obras, que esteja acompanhando.

5.9.3. A Contratada deverá realizar atividades relacionadas ao objeto do contrato, bem como as que guardem afinidade com a execução dos serviços, a seguir elencadas.

5.9.3.1. Realizar o acompanhamento diário dos serviços, *in loco*, ou através de comunicação com as empresas responsáveis pela prestação de serviços de arquitetura e/ou engenharia ou pela execução de obras, fazendo cumprir todas as disposições e especificações constantes dos contratos, projetos, memoriais e especificações, fornecendo toda a assessoria técnica à Fiscalização do TRE-BA, necessária à verificação da perfeita execução dos serviços;

5.9.3.2. Participar de reuniões periódicas, juntamente com a Fiscalização do TRE-BA, com as empresas responsáveis pela prestação de serviços de arquitetura ou engenharia ou pela execução de obras, para análise e discussão sobre o andamento dos serviços/obras, esclarecimentos e providências necessárias ao cumprimento do contrato;

5.9.3.3. Atender as solicitações da Comissão de Fiscalização do TRE-BA para acompanhar a equipe, sempre que solicitado, no local de trabalho, ou local diverso, em reuniões e/ou verificação de quaisquer serviços relacionados ao objeto do contrato;

5.9.3.4. Informar à Comissão de Fiscalização do TRE-BA, de imediato e formalmente (por documento protocolado ou e-mail), toda e qualquer ocorrência que venha ou possa vir a comprometer, direta ou indiretamente, o regular andamento dos serviços que estão sendo prestados ou situações futuras e possam decorrer em razão da ocorrência;

5.9.3.5. Acompanhar, através de planilhas próprias, a execução dos chamados e a execução das Ordens de Serviço emitidas pela Fiscalização do contrato, comunicando as faltas cometidas à fiscalização do TRE-BA, através de e-mail;

5.9.3.6. Esclarecer e/ou indicar solução para incoerências, falhas e omissões eventualmente constatadas nas planilhas orçamentárias e relatórios executados pelas empresas responsáveis pela prestação de serviços de arquitetura ou engenharia ou pela execução de obras, bem como fornecer informações e instruções necessárias à apresentação dos trabalhos de acordo com as exigências contidas no contrato firmado entre aquelas empresas e o TRE-BA, submetendo suas conclusões preliminarmente à aprovação da Fiscalização do TRE-BA;

5.9.3.7. Solucionar as dúvidas e questões relacionadas a projetos elaborados pela Contratada e executados por outra empresa e/ou em obras que a Contratada esteja fazendo a fiscalização técnica dos serviços;

5.9.3.8. Indicar a paralisação e/ou o refazimento de qualquer trabalho que não esteja sendo executado em conformidade com os projetos, normas técnicas ou qualquer disposição legal, aplicáveis ao objeto do contrato; registrar no Diário de Obras e comunicar o fato imediatamente à Fiscalização do TRE-BA;

5.9.3.9. Apontar a necessidade de substituição de materiais e equipamentos que sejam considerados defeituosos, inadequados ou inaplicáveis ao serviço/obra de arquitetura ou engenharia, que esteja acompanhando; registrar no Diário de Obras e comunicar a ocorrência imediatamente à Fiscalização do TRE-BA;

5.9.3.10. Sugerir a realização de testes, exames, ensaios e quaisquer provas necessárias ao controle de qualidade do serviço/obra objeto do contrato que esteja acompanhando;

5.9.3.11. Exercer rigoroso controle sobre o cronograma de execução dos serviços/obras, analisando eventuais ajustes que ocorrerem durante o desenvolvimento dos trabalhos;

5.9.3.12. Verificar a substituição de materiais, equipamentos e/ou serviços solicitada pela Empresa e admitida no projeto e documentos correlatos, com base na comprovação da equivalência entre os componentes, em

conformidade com os requisitos estabelecidos nas especificações de serviços/obras, submetendo o parecer à aprovação da Fiscalização do TRE-BA;

- 5.9.3.13.** Solicitar à Fiscalização do TRE-BA a substituição de qualquer funcionário das empresas contratadas pelo TRE-BA, cujos serviços ou obras esteja acompanhando, que embarace ou dificulte a ação dos fiscais ou cuja presença, no local dos serviços ou das obras, seja considerada prejudicial ao andamento dos trabalhos ou atrapalhe a regularidade da prestação dos serviços pelo Tribunal;
- 5.9.3.14.** Verificar os desenhos *as built* elaborados pelas empresas contratadas pelo TRE-BA, cujos serviços ou obras esteja acompanhando, observando todas as modificações introduzidas no projeto original, de modo a documentar fielmente os trabalhos efetivamente executados;
- 5.9.3.15.** Realizar as medições dos serviços executados pelas contratadas pelo TRE-BA, cujos serviços ou obras esteja acompanhando, e apresentá-las aos Fiscais do TRE-BA para análise conjunta e consequente aprovação;
- 5.9.3.16.** Acompanhar o cronograma físico/financeiro de cada serviço/obra sob sua responsabilidade, comparando os quantitativos executados com os previstos e propondo eventuais reprogramações em função dos desvios detectados, informando à Fiscalização do TRE-BA sobre o andamento deste cronograma;
- 5.9.3.17.** Fornecer, sempre que necessário, orçamento sobre os serviços solicitados. Os preços dos insumos/serviços deverão ser os da tabela SINAPI - SISTEMA NACIONAL DE PESQUISA DE CUSTOS E ÍNDICES DA CONSTRUÇÃO CIVIL. Inexistindo previsão de custo de determinado serviço na planilha do SINAPI, as composições serão elaboradas inserindo os custos dos insumos do SINAPI, sempre que possível e utilizando insumos das bases: ORSE - Orçamento de Obras de Sergipe, Informativo SBC - Sistemas e Consultoria de Custos Ltda (empresa STABILE) e TCPO - Editora PINI, autorizadas por este Tribunal;
- 5.9.3.17.1.** A Contratante disponibilizará, pelo menos, duas licenças do software ORÇAFASCIO para uso pelos empregados da Contratada alocados nos postos de trabalhos.
- 5.9.3.18.** Dar assistência à equipe técnica do TRE-BA nos procedimentos licitatórios para contratação da execução de obras e serviços de engenharia e suas interações com os demais projetos complementares, no que couber, analisando questionamentos eventualmente formulados pelos licitantes acerca dos projetos, prestando informações;
- 5.9.3.19.** Emitir RELATÓRIOS TÉCNICOS, em papel timbrado da Contratada, sempre que solicitado, sobre os imóveis e/ou serviços que esteja acompanhando e/ou que dentro das competências do contrato. O relatório técnico é um documento através do qual serão apresentados, os resultados da inspeção de ambientes, avaliação de edificação, avaliação de serviços executados, dentre outros. Visa informar sobre a situação encontrada, indicando as providências a serem tomadas (pré-intervenção), apontando os resultados das intervenções feitas pela empresa contratada para a prestação dos serviços de engenharia ou para a execução de obras. O relatório técnico deve ser com base nas normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e ter a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou o Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), deve ser pautado em fatos constatados no local da vistoria. O relatório, 01 (uma) via, deverá ser entregue via protocolo e por e-mail à SEPROB, até o 2º (segundo) dia útil após finalizada a verificação ou a partir da data do retorno da viagem, quando realizada fora do município de Salvador, contendo, no mínimo, os seguintes dados:
- 5.9.3.19.1.** Fotos coloridas, resolução mínima de 2272x1704 pixels, tamanho mínimo 10x15cm, com legenda, em quantidade suficiente para que seja possível demonstrar adequadamente o andamento de todos os serviços/obras ou a situação do imóvel, não sendo aceitas fotos ilegíveis;
- 5.9.3.19.2.** Avaliação sobre o andamento do serviço/obra em relação ao cronograma firmado e quanto à qualidade do trabalho e dos materiais utilizados, apresentando relação das atividades executadas. No caso de vistoria técnica, avaliação da situação do imóvel, item a item, descrevendo quais os serviços necessários para sanar os problemas encontrados;
- 5.9.3.19.3.** Quaisquer outras informações relevantes, incluindo problemas detectados e indicação de soluções.
- 5.9.3.20.** Emitir PARECER TÉCNICO, em papel timbrado, sempre que solicitado, sobre os imóveis e/ou serviços que esteja acompanhando e/ou que faça parte das competências do contrato. O parecer técnico é uma peça escrita e fundamentada, que descreve as falhas, anomalias e patologias constatadas no local que prejudicam o desempenho da edificação e de seus sistemas, e na qual os técnicos expõem as observações e comprovações, e registra sua opinião técnica circunstanciada. Este parecer técnico, emitido após análise especializada do profissional, poderá ser utilizado em qualquer ação judicial ou em caso de dúvidas sobre a estabilidade, utilização, conservação de uma obra ou de seus projetos executivos. O parecer técnico deve ser pautado nas normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e ter a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou o Registro de Responsabilidade Técnica (RRT). O relatório do parecer técnico deve ser pautado em fatos, realizando exames e providências indispensáveis. Deve ser acompanhado de documentos, tais como: plantas, desenhos, fotografias, gráficos e outras peças julgadas necessárias à sua apresentação. Ao final, deve

explicar as conclusões de seu autor e tem a obrigação de conter a indicação de todas as fontes de informação utilizadas. O parecer, em papel timbrado da Contratada, em 01 (uma) via, juntamente com a respectiva ART ou RRT deverá ser entregue através da Seção de Protocolo do TRE-BA, em até 03 (três) dias úteis após finalizada a verificação ou a partir da data do retorno da viagem, quando realizada fora do município de Salvador, contendo, no mínimo, os seguintes dados:

5.9.3.20.1. Fotos coloridas, resolução mínima de 2272x1704 pixels, tamanho mínimo 10x15cm, com legenda, em quantidade suficiente para que seja possível demonstrar adequadamente a situação do imóvel, não sendo aceitas fotos ilegíveis;

5.9.3.20.2. Avaliação da situação encontrada, com diagnóstico para saneamento do problema, acompanhado de todas as informações técnicas necessárias, a exemplo de detalhes construtivos, normas técnicas não atendidas ou a serem utilizadas, dentre outros, necessários à caracterização do problema e da sua solução, além de informar da necessidade de elaboração de projeto específico, cujo prazo de entrega será acordado junto à fiscalização.

5.9.3.21. Comunicar-se com as empresas contratadas pelo TRE-BA para realização de serviços de engenharia ou de obras sempre por escrito e através ou com o conhecimento e aprovação dos fiscais do TRE-BA.

5.9.3.22. Proceder às devidas Anotações de Responsabilidade Técnica (ART), junto ao CREA/BA, ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), junto ao CAU/BA, referentes aos projetos executados e, quando solicitado, das vistorias técnicas e de todos os demais serviços decorrentes desta contratação que assim o exigir.

5.9.4. Deverão ser consideradas, juntamente com o que se estipula neste documento, e em total observância às recomendações das normas e publicações abaixo listadas, bem como aquelas pertinentes, porventura aqui não listadas:

5.9.4.1. Normas e especificações constantes nos projetos existentes neste TRE;

5.9.4.2. Normas da ABNT;

5.9.4.3. Disposições legais da União e do Estado da Bahia;

5.9.4.4. Regulamentos das empresas concessionárias;

5.9.4.5. Prescrições e recomendações dos fabricantes;

5.9.4.6. Normas internacionais consagradas, na falta das normas da ABNT;

5.9.4.7. Normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho;

5.9.4.8. Práticas SEAP – Projetos, execução e manutenção;

5.9.4.9. Qualificações de materiais do Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Habitat (PBQP-H);

5.9.4.10. Legislação Municipal vigente na cidade de Salvador e nas cidades onde forem realizados os serviços de fiscalização;

5.9.4.11. Especificações;

5.9.4.12. Métodos de ensaio;

5.9.4.13. Terminologias;

5.9.4.14. Padronização;

5.9.4.15. Simbologias.

5.9.5. Todos os produtos elaborados pelos profissionais alocados — tais como relatórios de apoio, levantamentos técnicos, projetos, planilhas auxiliares e demais documentos decorrentes da execução contratual — terão caráter meramente instrumental e de apoio.

5.9.6. ATRIBUIÇÕES ESPECÍFICAS DOS SERVIÇOS

5.9.6.1. Observando-se as atividades descritas no item 5.9.3 e respectivos subitens, a Contratada deverá executar os seguintes serviços:

5.9.6.1.1. Apoiar tecnicamente a equipe do TRE-BA na realização de atividades relacionadas a obras, reformas e intervenções nos imóveis da Justiça Eleitoral na Bahia, especialmente quanto à contratação, ao acompanhamento e à fiscalização das ações previstas no Plano de Obras, ciclo 2026 a 2028, considerado o documento vigente e suas revisões e atualizações deliberadas pelas instâncias competentes.

5.9.6.1.1.1. No âmbito da Sede do TRE-BA, o apoio técnico deverá abranger, conforme o Plano de Obras vigente e suas revisões, as intervenções priorizadas no complexo da Sede, incluindo, sem prejuízo de outras que venham a ser formalmente incorporadas, a conclusão da reforma do Anexo III, terceira etapa, e a reforma do Anexo I, Cartórios Eleitorais, observados os instrumentos de planejamento aplicáveis a cada obra.

5.9.6.1.1.2. O apoio técnico compreende, entre outras atividades, elaboração e atualização de projetos e estudos técnicos, auxílio na análise de propostas e documentações técnicas, apoio técnico na fiscalização e no acompanhamento de obras e reformas, e demais providências técnicas necessárias à viabilização dos escopos definidos nos respectivos ETP, anteprojetos e projetos.

5.9.6.1.2. No âmbito das unidades do interior, prestar apoio técnico à equipe do TRE-BA para instrução, contratação e acompanhamento das obras e intervenções previstas no Plano de Obras, ciclo 2026 a 2028, consideradas as prioridades, a maturidade de projetos e as condições de contratação, incluindo obras em andamento em Itamaraju, Valença e Eunápolis, bem como as intervenções com previsão de início em 2026 em Barreiras e Itabuna, além de demais unidades que venham a ser incluídas por revisão do Plano e formalização dos respectivos escopos em ETP e projetos.

5.9.6.1.2.1. Para fins de execução contratual, o rol de obras e intervenções deverá ser interpretado de forma dinâmica, observando-se que o Plano de Obras é objeto de monitoramento e pode sofrer revisões em função de alterações substanciais de projetos, procedimentos licitatórios, contratos, valores, e eventual interrupção de obra, com as comunicações e deliberações pertinentes

5.9.6.1.3. Prestar apoio técnico à equipe do TRE-BA na fiscalização e acompanhamento da contratação de SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL preventiva e corretiva das instalações da Justiça Eleitoral na Capital e no interior do Estado da Bahia.

5.9.6.1.3.1. O apoio técnico a ser prestado pela equipe da Contratada abrange, entre outras atividades, fiscalização técnica dos Contratos, apoio na elaboração do PMOC - Plano de Manutenção, Operação e Controle, visitas aos imóveis ocupados pela Justiça Eleitoral para verificação das condições físicas da edificação e dos seus sistemas.

5.9.6.2. Para a consecução dos serviços acima indicados, a Contratada deverá realizar as seguintes atividades, entre outras:

- 5.9.6.2.1.** Elaboração de projetos estruturais em concreto e em estrutura metálica, inclusive fundações;
- 5.9.6.2.2.** Elaboração de projetos hidrossanitários;
- 5.9.6.2.3.** Elaboração de projetos de pavimentação e impermeabilização;
- 5.9.6.2.4.** Elaboração de projetos de prevenção e combate a incêndio;
- 5.9.6.2.5.** Elaboração de projetos de climatização;
- 5.9.6.2.6.** Elaboração de projetos de redes, cabeamento estruturado de voz e dados;
- 5.9.6.2.7.** Elaboração de projetos elétricos em média ou alta tensão
- 5.9.6.2.8.** Elaboração de memorial descritivo;
- 5.9.6.2.9.** Elaboração de especificação técnica;
- 5.9.6.2.10.** Elaboração de Estudos de Viabilidade Técnico, Econômico e Ambiental - EVTEA;
- 5.9.6.2.11.** Planejamento e acompanhamento da execução de obras e serviços de arquitetura e engenharia;
- 5.9.6.2.12.** Fiscalização de obras e serviços de arquitetura e engenharia, nos termos do art. 117 da Lei 14.133/21;
- 5.9.6.2.13.** Elaboração de estudos ou relatórios e pareceres técnicos sobre projetos e obras de instalações e estrutura física de edificações, em temas de sua alçada;
- 5.9.6.2.14.** Desenvolvimento de projetos e detalhes utilizando softwares AUTOCad (Autodesk), Eberick (Altoqi), Hydros, Lumine (altoqi), ou compatível, **software de tecnologia BIM**;
- 5.9.6.2.15.** Elaboração de planilhas em programas específicos de instalações prediais existentes no mercado, e no software Excel, usando o sistema SINAPI (Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - gestão compartilhada entre Caixa e IBGE). Serão disponibilizadas duas licenças do software OrçaFascio, para elaboração de orçamentos;
- 5.9.6.2.16.** Elaboração de orçamento completo (levantamento de quantitativos / composição unitária de custos / planilha de custos / cronograma físico financeiro) em programas específicos de orçamento;
- 5.9.6.2.17.** Elaboração de cálculo do BDI;
- 5.9.6.2.18.** Elaboração de Cronograma de Obra;
- 5.9.6.2.19.** Auxiliar tecnicamente a fiscalização nas respostas às dúvidas e consultas acerca de questões levantadas por Licitantes nos certames realizados pelo TRE-BA para a consecução dos serviços e/ou bens relacionados com o objeto deste contrato;
- 5.9.6.2.20.** Auxiliar tecnicamente a fiscalização em questões levantadas em impugnações feitas nas licitações realizadas pelo TRE-BA para a consecução dos serviços e/ou bens relacionados com o objeto deste contrato;
- 5.9.6.2.21.** Realização de vistorias para elaboração de relatórios, pareceres e laudos técnicos.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial

- 6.2.** As comunicações entre o Tribunal e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.3.** A Contratante poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.4.** Após a assinatura do contrato, a Contratante poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do método de aferição dos resultados e pagamento e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- 6.5.** A Contratada designará formalmente um preposto, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento o nome completo, nº do CPF e do documento de identidade, além dos dados relacionados à sua qualificação profissional, e os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.
- 6.6.** A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.
- 6.7.** O preposto deverá estar apto a esclarecer as questões relacionadas aos aspectos administrativos e organizacionais referentes ao contrato, tais como: notas fiscais/faturas dos serviços prestados, prazos, substituição de funcionários, etc.
- 6.8.** A Contratada orientará o seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações da Contratante, inclusive quanto ao cumprimento das normas internas do Órgão, especialmente o Código de Ética do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia.
- 6.9.** O preposto deve conhecer o conteúdo do contrato, com relação aos aspectos administrativos e organizacionais.

6.10. ROTINAS DE FISCALIZAÇÃO

6.10.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por uma Equipe de Gestão e Fiscalização formalmente designada, a qual deverá observar as regras estabelecidas neste Termo de Referência, nos normativos internos do TRE-BA e na legislação.

6.10.2. FISCALIZAÇÃO TÉCNICA

6.10.2.1. O fiscal técnico acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.10.2.2. O fiscal técnico anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução contratual e à prestação dos serviços, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.10.2.3. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico emitirá notificações, determinando prazo para a correção.

6.10.2.4. O fiscal técnico informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as providências necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.10.2.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.10.2.6. O fiscal técnico comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a data de término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.10.2.7. A fiscalização da execução dos serviços quanto aos aspectos técnicos e funcionais abrange outras rotinas previstas neste Termo de Referência de acompanhamento do cumprimento das atribuições dos postos de trabalho, da assiduidade, da conformidade dos materiais, equipamentos e uniformes a serem utilizados, dentre outras obrigações relacionadas à execução física do objeto contratado.

6.10.2.8. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.10.2.9. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da [Instrução Normativa SEGES/MP nº 05/2017](#), aplicável no que for pertinente a esta contratação, por força da [Instrução Normativa Seges/ME nº 98/2022](#), e no [Decreto nº 11.246/2022](#), que dispõe sobre as regras de atuação dos gestores e fiscais de contratos.

6.10.2.10. Para a compensação da jornada prevista no [Decreto nº 12.174/2024](#), e na [Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81/2024](#), e desde que compatível com a natureza dos serviços, caberá ao fiscal técnico, após alinhamento com o gestor do contrato, fazer a interlocução com os responsáveis pelas unidades de execução onde o trabalhador presta os serviços, para o fim da avaliação sobre a compensação pretendida.

6.10.2.11. Na hipótese de os trabalhadores prestarem serviços em espaço locado ou cedido para realização de eventos do TRE-BA, ou seja, fora do Edifício Sede, Anexos I, II e III e Centro de Apoio Técnico - CAT, o fiscal técnico deverá contar com o auxílio do fiscal setorial, quando houver, para fins de avaliação quanto à possibilidade de compensação

6.10.2.12. O controle das horas compensadas será feito por meio de registros decorrentes do ponto eletrônico da contratada ou outros meios admitidos pela legislação trabalhista.

6.10.2.13. O fiscal técnico deverá incluir no relatório mensal do Termo de Recebimento Provisório a informação consolidada sobre compensação de jornada pelos trabalhadores alocados no contrato.

6.10.2.14. Caso o período de ausência corresponda a um dia de trabalho, o fiscal observará se foi efetuado o desconto do pagamento do vale transporte na fatura apresentada pela contratada, exceto quando a compensação recair em um dia no qual o trabalhador não exerceria suas atividades.

6.10.2.15. O desconto do valor referente ao vale-alimentação só deverá ser realizado se as horas de ausência não venham a ser compensadas posteriormente e a convenção coletiva ou o acordo coletivo aplicável estabelecer que o benefício está vinculado ao dia trabalhado.

6.10.2.16. Caso a ausência seja parcialmente compensada, o desconto do valor do vale alimentação será proporcional ao período não compensado.

6.10.2.17. Na hipótese de diminuição excepcional e temporária dos serviços, inclusive em razão de recesso de final de ano, o fiscal técnico, apoiado na decisão do gestor de realizar escalas de revezamento dos trabalhadores, conferirá se a escala apresentada atende às necessidades de manutenção dos serviços de cada unidade.

6.10.2.18. O total de horas calculadas para o recesso deverá ser compensado a partir da fixação da escala de revezamento, com cumprimento integral até o mês subsequente ao do recesso.

6.10.2.19. O fiscal técnico deverá elaborar o Termo de Recebimento Provisório, com as seguintes informações:

- a) se o saldo de horas se encontra positivo, caso ainda não usufruído o recesso;
- b) se o recesso foi parcialmente compensado, caso o recesso tenha sido usufruído, mas a compensação não tenha sido concluída;
- c) se o recesso foi integralmente compensado, caso a compensação tenha sido concluída; ou
- d) se há saldo em aberto, com sugestão de glosa no pagamento da fatura, caso a compensação não tenha sido concluída até o mês imediatamente subsequente ao recesso.

6.10.2.20. Quando o trabalhador manifestar interesse na compensação de jornada por necessidade de ausência eventual, deverá informar previamente ao responsável pela unidade de execução onde desempenha suas atividades. Em havendo concordância, este informará ao fiscal técnico do contrato, que avisará o preposto da empresa sobre a compensação pretendida e a previsão da data de ausência do trabalhador.

6.10.2.20.1. Neste caso, o fiscal técnico poderá efetuar o recebimento provisório, informando o saldo de horas a compensar para fins de controle, sem indicação de glosa, fazendo constar do Termo de Recebimento Provisório as seguintes informações:

- a) se o saldo de horas objeto do recebimento anterior foi integralmente compensado, caso a compensação tenha sido concluída; ou
- b) se o saldo de horas não foi integralmente compensado, com a sugestão de glosa no pagamento da fatura.

6.10.2.21. A compensação de jornada de trabalho deverá ser pautada em critérios de conveniência e oportunidade e não será considerada viável, nos termos do artigo 5º da Instrução Normativa Seges/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024, quando:

- a) implicar aumento de custos do contrato;
- b) demandar o acionamento de trabalhador substituto para cobrir a ausência do solicitante;
- c) o trabalhador tiver direito à falta justificada pelo motivo indicado para a compensação;
- d) implicar compensação acima dos limites permitidos pela legislação trabalhista; ou
- e) conflitar com a legislação trabalhista vigente, convenções coletivas, acordos coletivos ou dissídios coletivos da categoria.

6.10.3. FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

6.10.3.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.10.3.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.10.3.3. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

6.10.3.4. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações:

6.10.3.4.1. No primeiro mês da prestação dos serviços:

- a) relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);

b) cópia do comprovante dos registros eletrônicos gerados nos sistemas informatizados da Carteira de Trabalho Digital ou, excepcionalmente, enquanto o empregador não for obrigado ao uso do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas - eSocial, cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) em meio físico, dos empregados admitidos pela execução dos serviços, devidamente assinada pela Contratada, conforme arts. 2º, 5º, II e 7º da [Portaria nº 1.065, de 23 de setembro de 2019, da Secretaria Especial da Previdência e Trabalho do Ministério da Economia](#);

c) cópia do Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) emitido na admissão dos empregados da Contratada que prestarão os serviços ou dos exames admissionais; e

6.10.3.4.2. Entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (Sicaf) :

a) Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);

b) certidão que comprove a regularidade perante a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da Contratada;

c) Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e

d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

6.10.3.4.3. Entrega, quando solicitado pela Contratante, de quaisquer dos seguintes documentos, no prazo de 15 (quinze) dias:

a) extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração Contratante;

b) cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a parte contratante e, preferencialmente, apenas os dados dos empregados alocados no contrato firmado com o TRE-BA;

c) cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;

d) comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado;

e) comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato;

f) outros comprovantes e relatórios aptos a demonstrarem o cumprimento de obrigações atribuídas à Contratada, inclusive extraídos dos sistemas do FGTS Digital, do eSocial, entre outros.

6.10.3.4.4. Entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo de 15 (quinze) dias:

a) termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria, ou documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho;

b) guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;

c) extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;

d) exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

6.10.3.4.5. Entrega, até o quinto dia útil de cada mês, do relatório de programação das férias dos colaboradores terceirizados alocados no contrato administrativo, observados os prazos do art. 5º da IN SEGES/MGI nº 213/2025, a partir do segundo mês da execução contratual, que deverá conter:

a) relação dos colaboradores terceirizados alocados no contrato, cargo ou função, data de admissão e alocação no posto, e informações sobre as férias, conforme alínea a, item 10.1, do Anexo VIII-B da IN MPOG/SLTI nº 05/2017;

b) as datas de início e fim: do período aquisitivo, do período concessivo e da fruição das férias, caso já esteja programada; e o parcelamento dos períodos de férias, se houver.

6.10.3.5. Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados no item **6.10.3.4.1.** acima deverão ser apresentados.

6.10.3.6. A Administração deverá analisar a documentação solicitada no item **6.10.3.4.4.** acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

6.10.3.7. A cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, a contratada deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.

6.10.3.7.1. O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.

6.10.3.7.2. Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o **item 6.10.3.7.**, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros.

6.10.3.8. Não haverá pagamento adicional pela Contratante à Contratada em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item.

6.10.3.9. Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais trabalhistas poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.

6.10.3.10. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, o fiscal administrativo deverá submeter os autos, por intermédio do gestor do contrato, à Diretoria-Geral do TRE-BA para oficiar à Receita Federal do Brasil (RFB).

6.10.3.11. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, o fiscal administrativo deverá submeter os autos, por intermédio do gestor do contrato, à Diretoria-Geral do TRE-BA para oficiar ao Ministério do Trabalho.

6.10.3.12. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pelo Contratado poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

6.10.3.13. A Administração Contratante poderá conceder um prazo para que o Contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir.

6.10.3.14. A Contratante, nos termos do inciso II, do §3º, do art. 121 da Lei 14.133/2021, condiciona o pagamento à comprovação de quitação das obrigações trabalhistas vencidas relativas ao contrato, observando-se o item 8.6 deste Termo de Referência.

6.10.3.14.1. O pagamento fica condicionado à efetiva comprovação do pagamento dos salários e benefícios (até o 5º dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços) e do efetivo recolhimento do FGTS e da DCTFweb (até o 20º dia do mês subsequente ao da prestação dos serviços).

6.10.3.15. Não havendo quitação das obrigações por parte do Contratado no prazo de 15 (quinze) dias, o Contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados do Contratado que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

6.10.3.15.1. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pelo Contratante para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.

6.10.3.15.2. Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre o Contratante e os empregados do Contratado.

6.10.3.16. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pelo Contratado, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, em dedicação exclusiva, inclusive quanto às verbas rescisórias.

6.10.3.17. A Contratada é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

6.10.3.18. A inadimplência da Contratada quanto aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

6.10.3.19. A fiscalização administrativa observará, ainda, as diretrizes relacionadas no item 10 do Anexo VIII-B da [Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017](#), cuja incidência se admite por força da [Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022](#).

6.10.3.20. Periodicamente, deverá ser solicitada a comprovação de que a empresa mantém reserva de cargos para pessoa com deficiência, reabilitado da Previdência Social e aprendiz, conforme disposto no artigo 92, XVII da Lei nº 14.133, de 1993.

6.10.3.21. Caberá à fiscalização administrativa receber provisoriamente o objeto quanto a aspectos administrativos do contrato, e emitir o respectivo Termo de Recebimento Provisório, podendo indicar, após regular apuração, previamente ao recebimento definitivo, a necessidade de glosa e/ou retenção cautelar de multa decorrente da instauração de procedimento de apuração de responsabilidade contratual.

6.10.3.22. A fiscalização administrativa deverá verificar se a Contratada está abonando as ausências justificadas dos trabalhadores previstas no art. 473 da CLT, as quais não deverão ser compensadas, mas precisarão ser comprovadas junto ao empregador, observando-se:

a) em caso de desconto indevido, a Contratada deverá ser notificada para o devido saneamento, estipulando-se prazo para tanto.

d) a Contratada deverá ser orientada a elaborar as escalas e cronogramas de trabalho de forma que as dispensas não gerem sobrecarga de atividades para os demais colaboradores, ou prejuízo às atividades administrativas, minimizando-se o impacto das ausências na prestação dos serviços.

6.10.4. Gestor do Contrato

6.10.4.1. Cabe ao gestor do contrato:

6.10.4.1.1. coordenar a Equipe de Gestão e Fiscalização e a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da

ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;

6.10.4.1.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.10.4.1.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.10.4.1.4. emitir Termo de Recebimento Definitivo, documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas;

6.10.4.1.5. assegurar-se de que foi instaurado o processo administrativo de apuração para fins de aplicação de sanções, observando o disposto em normativo interno;

6.10.4.1.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração;

6.10.4.1.7. encaminhar a documentação pertinente à Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade para adoção dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato;

6.10.4.1.8. cadastrar os dados dos empregados e empregadas terceirizados alocados(as) no contrato no Sistema de Cadastramento de Colaboradores Externos - SICACE, deste Tribunal, para fins de remessa das informações ao Conselho Nacional de Justiça, nos termos da Resolução CNJ n.º 587/2024, e divulgação mensal no sítio da internet do TRE-BA da relação de terceirizados e terceirizadas, nos termos do Anexo VI da Resolução CNJ n.º 102/2009

6.10.4.2. Para os períodos de diminuição excepcional e temporária de trabalho, inclusive em razão de recesso de fim de ano, o gestor avaliará a conveniência e oportunidade de elaboração de escalas de revezamento dos trabalhadores, comunicando a todas as unidades sobre a possibilidade e os requisitos para concessão (artigo 11 da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024).

7. INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR) E CRITÉRIOS PARA MEDIÇÃO

7.1. A Contratante utilizará o Instrumento de Medição de Resultados (IMR) constante do Anexo A, estabelecido na [Instrução Normativa SEGES/MP nº 05/2017](#) e na [Portaria DG nº 103/2018 do TRE-BA](#), parte integrante do contrato, para definir e padronizar indicadores e metas para avaliação da qualidade dos serviços prestados pela Contratada, e respectiva adequação de pagamento, se for o caso, o que será verificado pela fiscalização técnica (Anexo A).

7.2. O IMR vinculará o pagamento dos serviços aos resultados alcançados em complemento à mensuração aos serviços efetivamente prestados, não devendo a adequação de pagamento, originada pelo descumprimento do IMR ser interpretada como penalidade de multa.

7.3. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico designado deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à Contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

7.3.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico deverá apurar o resultado das avaliações, o que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos, registrando no relatório do Termo de Recebimento Provisório a ser encaminhado ao gestor do contrato, e notificar a Contratada desse resultado até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da execução.

7.3.2. A Contratada poderá, no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar do recebimento da notificação de que trata o item 7.3.1., apresentar justificativa quanto à prestação dos serviços abaixo do nível de satisfação esperado, conforme apontamentos da fiscalização.

7.3.3. A justificativa poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle da empresa.

7.3.4. O valor a ser pago será ajustado proporcionalmente às inconsistências porventura verificadas, com base nas metas estabelecidas no IMR, devendo a Contratada emitir a nota fiscal somente após ser comunicada do resultado das aferições, de modo a minimizar eventuais inconsistências relativas às retenções tributárias e ao pagamento.

7.3.5. A equipe de gestão do contrato poderá utilizar-se de pesquisa de satisfação, com perguntas objetivas que permitam avaliar o cumprimento das metas relacionadas a cada indicador.

7.4. Os indicadores eleitos refletem fatores que estão sob controle da Contratante e da Contratada no acompanhamento e na execução do Contrato, que são essencialmente relevantes para obtenção de resultados positivos dos serviços, sendo estes:

7.4.1. Assiduidade e Pontualidade;

7.4.2. Eficiência.

7.5. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da qualidade da

prestação dos serviços.

8. RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

8.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de 10 (dez) dias úteis, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante Termos de Recebimento Provisórios detalhados, os quais conterão relatório circunstanciado, em consonância com suas atribuições, com o registro, a análise e a conclusão das ocorrências verificadas na execução do contrato e demais documentos que julgarem necessários, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

8.1.1. O fiscal setorial do contrato, quando houver, subsidiará o fiscal técnico no recebimento provisório.

8.2. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento da comunicação de cobrança oriunda da Contratada com a comprovação da prestação dos serviços a que se refere a parcela a ser paga.

8.3. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período mensal.

8.4. Ao final de cada período/evento de faturamento:

8.4.1. O fiscal técnico deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto, aplicando IMR na forma indicada no item 7.4, consubstanciando a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório constante do Termo de Recebimento Provisório quanto aos aspectos técnicos a ser encaminhado ao gestor do contrato;

8.4.2. o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório constante do Termo de Recebimento Provisório quanto aos aspectos administrativos que será encaminhado ao gestor do contrato.

8.5. O pagamento mensal pela Contratante ocorrerá após a comprovação do pagamento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS pela Contratada, relativas aos colaboradores que tenham participado da execução dos serviços contratados.

8.6. Na hipótese de não ser apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, a Contratante comunicará o fato à Contratada e reterá o pagamento da fatura mensal em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação esteja regularizada.

8.7. O não recolhimento das contribuições sociais da Previdência social e do FGTS dos empregados, bem como o não pagamento do salário, do vale-transporte e do auxílio-alimentação no prazo fixado, será considerado falta grave, caracterizada como falha na execução do contrato, podendo dar ensejo à rescisão da avença, sem prejuízo da aplicação das demais sanções.

8.8. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do último Termo de Recebimento Provisório detalhado.

8.9. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

8.10. A fiscalização não efetuará o recebimento provisório técnico e administrativo da última medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas.

8.11. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.12. Se apenas parte dos serviços foi executada em desconformidade com o edital e não tendo a Contratada promovido a complementação, o fiscal do contrato glosará a nota fiscal, no valor do serviço não prestado ou recusado, o que deverá ser informado no Termo de Recebimento Provisório, juntamente com o valor a ser retido cautelarmente para fazer face à eventual aplicação de multa, em sendo o caso.

8.13. Os serviços serão recebidos definitivamente pelo gestor do contrato, no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

8.13.1. realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pelos fiscais técnico e administrativo e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções;

8.13.2. emitir Termo de Recebimento Definitivo detalhado dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentação apresentada pelos fiscais;

8.13.3. comunicar à empresa para que emita a nota fiscal ou fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, após a medição; e

8.13.4. preencher o checklist de verificação da nota fiscal e enviar a documentação pertinente à Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

8.14. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser

observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se à Contratada para emissão de nota fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.15. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pela Contratada, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

8.16. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

9. LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO

9.1. Recebida a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, após o recebimento definitivo dos serviços, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação e pagamento, na forma deste tópico.

9.1.1. A nota fiscal/fatura, referente à prestação dos serviços do mês imediatamente anterior, deverá ser encaminhada à fiscalização do Contrato até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, acompanhada dos demais documentos exigidos para a liquidação e pagamento.

9.2. A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, com o fim de apurar a origem e o objeto do que se deve pagar, a importância exata a pagar e a quem se deve pagar a importância para extinguir a obrigação, observando o que foi firmado no contrato, na nota de empenho e nos comprovantes da prestação efetiva do serviço, consoante disposto no art. 63 da [Lei nº 4.320/1964](#).

9.2.1. Para fins de liquidação, o setor competente da Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade deve verificar se a nota fiscal ou fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato, da Contratada e do órgão Contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal/fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à Contratante, cabendo ao gestor e/ou aos fiscais diligenciarem para saneamento das pendências.

9.4. A nota fiscal ou fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no item 6.10.3.4.2.

9.5. Constatando-se a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante.

9.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.7. Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.

9.8. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratado não regularize sua situação.

9.9. Observada a ordem cronológica estabelecida no art. 141 da Lei nº 14.133/2021, o pagamento será efetuado sem qualquer acréscimo financeiro, mediante depósito através de ordem bancária, no prazo estipulado no item 9.1.

9.10. Condiciona-se o pagamento à(ao):

- a) apresentação da nota fiscal/fatura discriminativa da execução do objeto contratado;
- b) declaração da fiscalização e do gestor do contrato de que a execução ocorreu conforme pactuado, o que se dará mediante os Termos de Recebimento Provisórios e Definitivo emitidos.

9.11. A Contratada indicará na nota fiscal/fatura o número do contrato firmado com o TRE-BA, o período de faturamento ao qual se refere, o nome do banco e os números da agência e da conta corrente para efetivação do pagamento.

9.12. A nota fiscal/fatura deve ser emitida, obrigatoriamente, no mês subsequente à prestação do serviço.

9.13. Será considerada a data do efetivo pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.14.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.14.2. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9.15. No caso de atraso no pagamento imputado exclusivamente à Contratante, os valores devidos à Contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, sendo os juros de mora calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$I = (TX/100)/365$$

EM = I x N x VP, onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; e

1. VP = Valor da parcela em atraso.

9.16. A Adoção do regime de empreitada por preço global não obriga a Administração ao pagamento do valor total, podendo haver glosa de rubricas referentes a benefícios não comprovados pela contratada, a exemplo de assistência médica.

9.17. Observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, a Contratante poderá deduzir os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações, devidos pela Contratada, do montante a ser-lhe pago.

9.18. Caso a Contratada não honre com os encargos trabalhistas e previdenciários concernentes ao contrato, fica a Contratante autorizada a deduzir dos pagamentos devidos àquela os valores referentes aos salários, auxílios e eventuais direitos trabalhistas.

9.19. Conforme indicado no instrumento contratual, os valores referentes às provisões trabalhistas e previdenciárias lá indicadas serão retidos e depositados em conta-depósito vinculada, deixando de compor o valor do pagamento mensal à Contratada.

9.20. O pagamento dos serviços prestados no último mês de vigência contratual somente ocorrerá após a comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas por parte da Contratada, haja vista a possibilidade de implicação da responsabilidade subsidiária do Contratante, quanto àquelas obrigações (art. 121, § 2º, da Lei nº 14.133/2021 e Súmula nº 331 do TST). A aplicação do disposto neste item não gerará reajustamento de preços.

9.21. Ocorrendo as situações previstas nos itens 9.17 e 9.20 e sendo a nota fiscal/fatura emitida no mês de competência, será ela encaminhada à Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade, até o dia 15 (quinze) do mês, para que sejam providenciadas as retenções tributárias, com vista a não incidência de juros moratórios.

9.22. Por ocasião do pagamento, deverá ser verificada a regularidade da Contratada perante a Fazenda Nacional (Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União), o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (Certificado de Regularidade do FGTS - CRF), a Justiça Trabalhista (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT) e a Fazenda Municipal (Certidão de Quitação de Tributos Municipais ou Certidão que comprove a regularidade com o ISS, emitida pelo órgão competente).

10. VIGÊNCIA DO CONTRATO

10.1. O contrato terá vigência de 2 (dois) anos, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado até o limite legal previsto no art. 107 da Lei nº 14.133/2021, a critério da Contratante, e desde que as condições e os preços permaneçam vantajosos para a Administração.

11. GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

11.1. No prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da via do contrato assinado, a Contratada prestará garantia em percentual equivalente a 5% (cinco por cento) sobre o valor anual contratado, podendo optar por qualquer das modalidades previstas no artigo 96 da Lei nº 14.133/2021.

11.1.1. Nas contratações de serviços e fornecimentos contínuos com vigência superior a 1 (um) ano, assim como nas subsequentes prorrogações, será utilizado o valor anual do contrato para definição e aplicação dos percentual previsto no item 11.1 acima.

11.2. A garantia em dinheiro deverá ser recolhida pela Contratada, junto à Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade do TRE-BA, em conta específica.

11.3. Em se tratando de seguro-garantia ou fiança bancária, a Contratada deverá encaminhá-la, mediante Protocolo, à Seção de Contratos do TRE-BA.

11.4. A garantia prestada pela Contratada responderá pelas multas que lhe venham a ser aplicadas, bem como pelo pagamento de prejuízos e indenizações decorrentes de inadimplementos e, ainda, pelo pagamento das obrigações de

ordem trabalhista e previdenciária.

11.5. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos abarcados na disposição acima (prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato; prejuízos diretos causados à Administração, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato; multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração; obrigações trabalhistas e previdenciárias, não adimplidas pela Contratada).

11.6. A garantia contratual terá vigência da data de sua apresentação até 90 (noventa) dias após expirado o contrato.

11.7. No caso de a garantia ser prestada através de fiança bancária ou de seguro-garantia, a Contratada deverá renová-la na hipótese de ocorrer prorrogação do contrato, no mesmo prazo, percentual e condições estabelecidos neste tópico.

11.7.1. O seguro-garantia continuará em vigor mesmo se o contratado não tiver pago o prêmio nas datas convencionadas.

11.7.2. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as mesmas condições e coberturas da apólice vigente e desde que nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no § 2º do art. 96 da Lei 14.133/2022.

11.8. Em se tratando de fiança bancária, do título deverá constar expressamente que a instituição garantidora renuncia ao direito previsto no artigo 827 do Código Civil ou, alternativamente, que se obriga como devedor principal.

11.8.1. A fiança bancária deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

11.9. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

11.10. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

11.11. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

11.12. Ocorrendo acréscimos, repactuações ou reajustes contratuais ou se a garantia for utilizada nas situações referidas no item 11.4, o seu valor deverá ser adequado em igual proporção no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento, pela Contratada, da via do termo aditivo/apostilamento assinado ou da notificação da fiscalização do contrato, nos demais casos.

11.12.1. Em caso de acréscimos e supressões de caráter temporário, a Contratada, a critério da Administração, poderá ser desobrigada a complementar a garantia.

11.13. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, a Contratada ficará desobrigada de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

11.14. O atraso superior a 30 (trinta) dias na apresentação da garantia autoriza a Administração a promover a retenção dos pagamentos devidos à contratada, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato, a título de garantia, a serem depositados em conta específica.

11.14.1. Caso não ocorra a substituição da garantia apresentada em desconformidade (modalidades seguro-garantia e fiança bancária), no prazo indicado pela fiscalização, a Administração poderá autorizar a retenção acima referida.

11.15. A Contratada, a qualquer tempo, poderá substituir o bloqueio efetuado com base no item 11.14 por quaisquer das modalidades de garantia previstas na Lei 14.133/2022.

11.16. O bloqueio efetuado com base no item 11.14 não gera direito a nenhum tipo de compensação financeira à Contratada.

11.17. O número do contrato garantido e/ou assegurado deverá constar dos instrumentos de garantia ou de apólice de seguro a serem apresentados pelo garantidor e/ou segurador.

11.18. Quando da abertura de processo administrativo para apuração de responsabilidade em decorrência de descumprimento de cláusulas contratuais e eventual aplicação de penalidade, a Fiscalização do Contrato deverá comunicar o fato à seguradora ou emitente da garantia nas demais modalidades paralelamente à intimação da Contratada para apresentação de defesa, e às decisões finais de 1ª e última instâncias administrativas, observado o disposto na Portaria nº 112/2023, do TRE-BA.

11.18.1 Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

11.19. O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pela Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à Contratada.

11.20. A garantia somente será liberada ante a comprovação de que a contratada pagou todas as verbas rescisórias

decorrentes da rescisão do contrato de trabalho. Caso esse pagamento não ocorra após o encerramento da vigência contratual, a garantia será resgatada para o pagamento das verbas trabalhistas diretamente pelo Tribunal.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. São obrigações da Contratada, além daquelas explícita ou implicitamente contidas no presente termo de referência e na legislação vigente:

a) executar o serviço nas especificações e nas quantidades constantes neste instrumento, assim como com as características descritas na proposta, devendo observar, durante toda a execução contratual as garantias trabalhistas, especialmente:

- 1) cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 2) não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 3) não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 4) não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 5) receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 6) assegurar aos trabalhadores alocados à prestação do serviço a previsibilidade da época de gozo de suas férias, com vistas a conciliar o direito ao descanso e à garantia do convívio familiar com as necessidades do serviço, devendo adotar os procedimentos definidos pela SEGES/MGI (IN nº 213/2025), especialmente:
 - 6.1) realizar o planejamento das férias dos trabalhadores terceirizados desde o início do contrato, na forma do disposto no art. 2º, §§ 1º e 2º da IN nº 213/2025 da SEGES/MGI;
 - 6.2) realizar a programação da fruição das férias de cada colaborador terceirizado com, no mínimo, 60 (sessenta) dias de antecedência ao término do período aquisitivo, não se aplicando essa disposição ao período aquisitivo encerrado nos primeiros 90 (noventa) dias do contrato;
 - 6.3) enviar à fiscalização do contrato, até o 5º (quinto) dia útil de cada mês, o relatório de programação das férias dos trabalhadores alocados à prestação do serviço, observados os prazos do **item 6.2**, a partir do segundo mês da execução contratual;
 - 6.3.1) o relatório de programação das férias conterá a relação dos colaboradores terceirizados alocados no contrato, cargo ou função, data de admissão e alocação no posto, e informações sobre as férias, conforme alínea a, item 10.1, do Anexo VIII-B da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017;
 - 6.3.2) as informações sobre as férias deverão incluir: as datas de início e fim do período aquisitivo, do período concessivo e da fruição das férias, caso já esteja programada; e o parcelamento dos períodos de férias, se houver;
 - 6.3.3) o planejamento e a programação deverão garantir que as férias sejam fruídas sempre que a vigência contratual permitir, dentro de doze meses, contados a partir da data do direito adquirido, de modo a mitigar as ocorrências de pagamento indenizado, de acordo com o art. 8º e seus §§ 1º e 2º IN SEGES/MGI nº 213/2025;
- 7) assegurar aos trabalhadores a possibilidade de compensação de jornada de trabalho, conforme disciplinado neste Termo de Referência;
- 8) abonar as ausências justificadas dos trabalhadores previstas no inciso XII do artigo 473 da Consolidação das Lei do Trabalho (até três dias de ausência ao serviço, em cada doze meses de trabalho, em caso de realização de exames preventivos de câncer), as quais não deverão ser compensadas, mas precisarão ser devidamente comprovadas junto ao empregador.

b) atender às solicitações da Contratante nos prazos estabelecidos neste Termo de Referência, devendo ainda:

- 1) apresentar, no prazo máximo de 20 (vinte) dias contados da assinatura do respectivo Contrato, ou da admissão de nova(o) empregada(o), a relação identificada das respectivas contas-salário;
- 2) providenciar, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados do início da prestação dos serviços ou da admissão de nova(o) empregada(o), a emissão do Cartão Cidadão, expedido pela CAIXA, para toda(o)s a(o)s empregada(o)s terceirizada(o)s envolvida(o)s na prestação dos serviços;
- 3) providenciar, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados do início da prestação dos serviços ou da admissão de nova(o) empregada(o), o acesso de toda(o)s a(o)s terceirizada(o)s envolvida(o)s na prestação dos serviços em tela, via Internet, com a utilização de senha pessoal, aos sistemas da Previdência Social e da Receita Federal do Brasil;
- 4) realizar o pagamento da remuneração mensal (salários, auxílio alimentação e todas as demais verbas trabalhistas previstas na legislação e em CCT) da(o)s trabalhadora(e)s em estrita observância a todos os valores, percentuais e prazos previstos na legislação e nas normas coletivas vigentes;

5) realizar o pagamento mensal do vale-transporte da(o)s trabalhadora(e)s rigorosamente até o último dia do mês anterior, em estrita observância a todos os valores e percentuais previstos na legislação e nas normas coletivas vigentes;

6) realizar o pagamento de 13º salário, das férias e das verbas rescisórias da(o)s trabalhadora(e)s rigorosamente até o prazo fixado na legislação e nas normas coletivas vigentes;

7) realizar o pagamento de 13º salário, das férias e das verbas rescisórias da(o)s trabalhadora(e)s em absoluta observância a todos os percentuais e valores previstos na legislação e nas normas coletivas vigentes;

8) recolher mensalmente as contribuições previdenciárias e o FGTS da(o)s trabalhadora(e)s nos prazos previstos na legislação e nas normas coletivas vigentes, e segundo os percentuais e valores fixados na legislação vigente;

9) fazer todos os pagamentos de remuneração, 13º salário, férias e verbas rescisórias por meio de depósito bancário na conta da(o) trabalhadora(trabalhador) beneficiária(o);

10) fornecer, sempre que solicitados pelo CONTRATANTE, os comprovantes do cumprimento das obrigações previdenciárias, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e do pagamento dos salários e demais benefícios trabalhistas da(o)s terceirizada(o)s colocada(o)s à disposição do CONTRATANTE;

11) orientar e exigir que toda(o)s a(o)s sua(eu)s empregada(o)s forneçam, sempre que solicitado pela Fiscalização, seus extratos de contas do FGTS, PIS e do INSS;

c) responder pelos encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;

d) responder por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus empregados à Administração e/ou a terceiros na execução do contrato;

e) manter, durante a execução do ajuste, todas as condições de habilitação exigidas para a contratação, devendo ainda:

1) cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

1.1) comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela Fiscalização do Contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas.

f) não subcontratar, ceder ou transferir, no todo ou em parte, o objeto do contrato, salvo se houver autorização neste termo de referência;

g) não contratar servidor pertencente ao quadro de pessoal da Contratante, ativo ou aposentado há menos de 5 (cinco) anos, ou de ocupante de cargo em comissão, assim como de seus cônjuges, companheiro, parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau, durante a vigência do contrato, devendo ainda:

1) **firmar declaração por escrito** com os empregados responsáveis pela execução dos serviços atestando não serem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, inclusive, de servidor e membros ou juízes vinculados ao Tribunal;

2) **comunicar imediatamente** à Contratada qualquer ocorrência superveniente que configure hipótese de nepotismo (art. 2º da Resolução CNJ nº 7/2005), conforme alínea “g” acima.

h) cumprir os requisitos de proteção de dados pessoais e de segurança da informação previstos neste Termo de Referência e na legislação própria;

i) observar as diretrizes previstas em normas técnicas aplicadas ao objeto deste Termo de Referência, quando couber;

j) cumprir, e fazer cumprir por seus prepostos e colaboradores, o Código de Ética do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia;

k) diligenciar para que seus empregados cumpram as normas internas do TRE-BA;

l) prestar os serviços com o máximo de esmero, de modo regular, consoante as especificações deste Termo de Referência, alocando todo o pessoal necessário ao cumprimento das obrigações assumidas;

m) iniciar os serviços no prazo pactuado;

n) comprovar a qualificação mínima exigida para os funcionários, conforme especificado neste Termo de Referência, inclusive substitutos eventuais;

o) manter preposto no local da prestação dos serviços, podendo a escolha recair sobre o(a) Coordenador(a) Administrativo(a) que estiver prestando o serviço nas dependências do contratante;

p) zelar pela conservação e bom funcionamento dos equipamentos de propriedade do TRE-BA utilizados nos serviços, dando ciência de eventuais avarias;

q) manter quadro de pessoal suficiente e com a devida qualificação profissional prevista neste Termo de Referência, para atendimento dos serviços, de modo que NÃO ocorra interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, falta ao serviço, demissão e outros análogos, obedecidas as disposições da legislação trabalhista vigente, ressalvado que, para afastamentos até 30 (trinta) dias, não se exigirá substituição.

r) substituir, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da notificação, qualquer empregado cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais ou incompatíveis com o exercício das funções que lhe foram atribuídas;

t) submeter à Contratante, previamente, a relação nominal dos empregados em atividade no local de prestação dos serviços;

u) Fornecer crachá aos empregados envolvidos na prestação dos serviços, em quantidade suficiente, de acordo com a descrição apresentada neste Termo de Referência. Durante o horário dos trabalhos, tanto na sede deste Tribunal quanto nos postos de atendimento, os empregados deverão permanecer identificados através de crachá funcional;

v) zelar pela higienização de seus profissionais, fornecendo os uniformes no início da execução dos serviços e a sua substituição sempre que necessário;

w) fornecer todos os Equipamentos de Proteção Individual, necessários e adequados ao desenvolvimento de cada tarefa na prestação dos serviços, conforme previsto na NR-06 e NR-18 da Portaria nº 3214 do Ministério do Trabalho, bem como demais dispositivos de segurança;

x) fornecer ao fiscal do contrato, a qualquer momento, todas as informações de interesse do contratante, por ele consideradas necessárias, atendendo prontamente às suas solicitações;

y) reunir-se, sempre que necessário, com os responsáveis pela gestão do Contrato para tratar de assuntos pertinentes à contratação;

z) orientar e treinar seus empregados quanto ao uso racional de recursos como água, energia e materiais de consumo, bem como ao descarte ambientalmente correto de resíduos oriundos da prestação dos serviços;

aa) providenciar, em caso de greve ou quaisquer outras formas de paralisação do sistema de transporte público, o deslocamento dos empregados ao serviço e seu retorno à residência;

bb) manter vínculo empregatício formal e expresso com os seus empregados, sendo responsável pelo pagamento de salários e todas as demais vantagens, recolhimento de todos os encargos sociais e trabalhistas, fiscais e parafiscais, emolumentos, além de seguros e indenizações, conforme a natureza jurídica da Contratada, incidentes sobre o objeto do Contrato, ficando ressalvado que a inadimplência da Contratada para com estes encargos não irá transferir à Contratante a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato;

cc) efetuar o pagamento dos funcionários impreterivelmente até o quinto dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços;

dd) fornecer a alimentação e o transporte dos empregados, consoante estabelecido neste Termo de Referência;

ee) apresentar comprovante do pagamento de férias aos empregados, 1 (um) dia antes do gozo desse direito;

ff) exercer controle sobre a assiduidade e a pontualidade de seus funcionários, devendo substituí-los em suas ausências, exceto quando o afastamento for até 30 (trinta) dias, hipótese em que não se exigirá substituição, sob pena de ter os valores descontados do pagamento mensal.

gg) encaminhar os registros de frequência dos funcionários, mensalmente, ao Contratante e mantê-los em local de fácil acesso para fiscalização externa e interna, responsabilizando-se, ainda, pela aquisição, instalação e manutenção do equipamento de controle de ponto, que deve ser obrigatoriamente eletrônico;

hh) manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do contratante ou de terceiros, que vier a tomar conhecimento em razão da execução do objeto do contrato, não podendo duplicá-los ou usá-los sob qualquer pretexto, devendo orientar seus empregados sobre essa proibição;

ii) apresentar a documentação descrita no **item 6.10.3.4 e seus subitens e item 6.10.3.5** deste Termo de Referência, nos prazos estipulados, atentando-se ainda para:

1) apresentar a nota fiscal/fatura, bem como os demais documentos exigidos para a liquidação e pagamento, referente à prestação dos serviços do mês imediatamente anterior, ao fiscal da Contratante, até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços;

jj) reservar no mínimo **50% (cinquenta por cento)** das vagas deste Contrato para as mulheres, com perspectiva interseccional de raça e etnia, atendida a qualificação profissional necessária, observando o disposto na Resolução CNJ nº 255/2018 e Resolução Administrativa TRE-BA nº 18, de 14 de julho de 2025;

kk) realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses da execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica e de água, bem como de redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

ll) apresentar à Fiscalização do Contrato, no prazo de 8 (oito) dias úteis, contados na notificação formal deste Tribunal, relação de seus empregados e empregadas alocados na prestação dos serviços com os dados pessoais exigidos nas disposições da **Resolução n. 587, de 04/10/2024, do Conselho Nacional de Justiça**, relativos à raça, cor, identidade de gênero, pessoa com deficiência e outros, conforme modelo a ser fornecido pela Contratante, observando as regras de **Proteção de Dados Pessoais e Segurança da Informação**, previstas no **Tópico 17** deste Termo de Referência.

12.2. Destacam-se, ainda, as seguintes obrigações:

12.2.1. participar de reunião inicial com a Contratante, conforme **item 5.3**, a contar do recebimento pela Contratada da via do Contrato assinado, com a finalidade de dirimir eventuais dúvidas e discutir questões relativas aos serviços, quando também serão apresentados os profissionais que executarão os serviços e a comprovação da experiência destes, conforme descrito neste Termo de Referência;

12.2.2. apresentar a RRT/ART dos profissionais que serão alocados nos postos de trabalhos, até o dia anterior à

data estabelecida para o início dos serviços. A apresentação da RRT/ART é imprescindível para a realização dos trabalhos e deverá ser protocolada na Seção de Protocolo do TRE-BA;

- 12.2.3.** apresentar RRT/ART de cada trabalho técnico realizado em decorrência do Contrato, se assim for exigido;
- 12.2.4.** encaminhar à Fiscalização do Contrato via protocolo do TRE-BA, e encaminhar por e-mail à SEPROB (seprob@tre-ba.jus.br), os relatórios de vistoria técnica e fiscalização dos serviços realizados nos fóruns e cartórios eleitorais do interior do Estado da Bahia, após o retorno da viagem;
- 12.2.5.** entregar, na Seção de Protocolo do Tribunal, em até 05 (cinco) dias úteis após o retorno da viagem, os Relatórios e Pareceres Técnicos, juntamente com as respectivas RRTs./ ARTs;
- 12.2.6.** disponibilizar até o final da vigência do ajuste, para uso pelos profissionais alocados nos postos de trabalho, 09 (nove) licenças de programas, cada programa na especialidade do posto. Esses programas deverão ser compatíveis com a tecnologia BIM, conforme contabilizado na planilha de formação de preço.

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

13.1. A Contratante obriga-se a:

- a) acompanhar e fiscalizar a execução do ajuste, anotando em registro próprio as ocorrências acaso verificadas, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, sendo que:
 - a.1) Em face da especificidade dos serviços a serem prestados, que demandam decisões imediatas e orientações variadas, os empregados da Contratada poderão ser notificados diretamente pela Contratante para a execução das tarefas, sem que isto configure subordinação daqueles a esta.
- b) prestar esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada;
- c) efetuar os pagamentos nas condições e nos prazos constantes deste termo de referência;
- d) zelar para que, durante a vigência do contrato, a Contratada cumpra as obrigações assumidas, bem como sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas;
- e) notificar a Contratada, formalmente, da ocorrência de quaisquer falhas ocorridas ou detectadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para sua correção;
- f) colocar à disposição dos profissionais da Contratada local para guarda dos uniformes e outros pertences dos funcionários;
- g) permitir o livre acesso dos profissionais da Contratada para execução dos serviços;
- h) prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada ou por seus empregados;
- i) zelar para que, durante a vigência do contrato, a Contratada cumpra as obrigações assumidas, bem como sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório;
- j) requerer, para fins de fiscalização, em prazo fixado ou quando entender conveniente, a prova do cumprimento de quaisquer das obrigações da Contratada, mediante, por exemplo, a apresentação de carteiras de trabalho com os registros pertinentes, recibos de comprovação de pagamento de férias, entre outros.

14. INADIMPLEMENTO E PENALIDADES

14.1 A Administração poderá aplicar à Contratada, pelo descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas, as sanções previstas na Lei e no Contrato, sendo a multa calculada dentro dos seguintes parâmetros:

- a) atrasar injustificadamente o início da execução do contrato - 4 %, sobre o valor mensal do posto de trabalho, cuja alocação se deu com atraso, por dia de atraso, até o máximo de 10 dias;**
- b) atrasar injustificadamente a entrega de produtos referentes aos postos de trabalho, ultrapassando o número de ocorrências admitido no IMR (itens 4 e 5) - 2 %, sobre o valor mensal do(s) posto(s) de trabalho, cujo produto foi entregue com atraso, por dia de atraso, até o máximo de 10 dias;**
- c) executar serviço incompleto, paliativo, substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar reposição complementar; bem como efetuar várias correções no mesmo material ocasionando retrabalho, ultrapassando o número de ocorrências admitido no IMR (item 7) - 2 %, sobre o valor mensal posto(s) de trabalho, por ocorrência;**
- d) suspender ou interromper, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais ultrapassando o número de ocorrências admitido no IMR (item 2) - 2%, sobre o valor mensal do(s) posto(s) de trabalho, por ocorrência;**
- e) deixar, conforme indicado no Instrumento Contratual e no item 9.19 deste Termo de Referência, de assinar os documentos referentes à abertura de conta corrente vinculada, dentro do prazo de 30 (trinta) dias a contar da notificação do Tribunal: 0,1% (zero virgula um por cento) do valor anual do contrato/por dia de atraso, limitado a 30 dias;**
- f) deixar de substituir, dentro do prazo estabelecido no tópico 12.1, "r", profissional que não atenda as necessidades do contrato quanto às qualificações e conhecimentos para desenvolvimento das atividades - 3% sobre o valor mensal do(s) posto(s) de trabalho, por dia de atraso, até o máximo de 10 dias;**

g) deixar de cumprir determinação formal ou instrução complementar da Fiscalização - 2% sobre o valor mensal do(s) posto(s) de trabalho, por ocorrência;

h) deixar de fornecer EPIs (Equipamentos de Proteção Individual) aos seus profissionais e atuar para que eles os utilizem efetivamente - 2% sobre o valor mensal do(s) posto(s) de trabalho, que estiverem sem o EPI, por ocorrência;

i) deixar de efetuar o pagamento de salários, e demais verbas de natureza salarial nas datas avençadas - 1% sobre o valor mensal do(s) posto(s) de trabalho, por dia de atraso, até o máximo de 10 dias;

j) deixar de efetuar o recolhimento das contribuições sociais da Previdência Social e FGTS nas datas avençadas - 1% sobre o valor mensal do(s) posto(s) de trabalho, por dia de atraso, até o máximo de 10 dias.

k) infringir critério de proteção de dados e de segurança da informação previsto neste Termo de Referência, na Cláusula Décima do contrato e/ou na legislação, sem prejuízo da devida reparação pelos danos causados - 0,15%, sobre o valor total do contrato;

l) pela inexecução total do objeto do objeto, garantida a ampla defesa e o contraditório, a Contratada estará sujeita à multa de 5% do valor total do contrato e impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo máximo de 3(três) anos;

14.1.1. A inexecução total poderá restar caracterizada quando a Contratada, injustificadamente, não iniciar a prestação dos serviços após dez dias da data regularmente prevista.

14.1.2. A Contratante poderá aplicar à Contratada que der causa à rescisão do contrato a multa de 5% do valor remanescente do ajuste.

14.2. A aplicação das penalidades não isenta a Contratada do cumprimento das obrigações estabelecidas contratualmente nos prazos avençados.

14.3. A interrupção injustificada na prestação dos serviços por cinco dias ou mais, corridos ou alternados, poderá motivar a Administração a rescindir o contrato;

15. MEDIDAS ACAUTELADORAS

15.1. Ocorrendo inadimplemento contratual, a Administração poderá, com base no artigo 45 da Lei nº 9.784/1999 e artigo 26, inciso I, da Portaria nº 112/2023, do TRE/BA, reter, de forma cautelar, dos pagamentos devidos à Contratada, valor relativo a eventual multa a ser-lhe aplicada.

15.2. Finalizado o processo administrativo de apuração das faltas contratuais cometidas pela Contratada, tendo a Administração decidido pela penalização, o valor retido cautelarmente será convertido em multa. Não havendo decisão condenatória, o valor será restituído, monetariamente corrigido pelo mesmo índice de reajuste dos pagamentos devidos à Contratada.

16. MECANISMOS FORMAIS DE COMUNICAÇÃO

16.1. As notificações emitidas pela Administração que implicarem abertura de prazo para cumprimento de obrigações, assim como as intimações dos despachos ou decisões que imponham deveres, restrições de direito ou sanções à Contratada, deverão ser feitas preferencialmente por meio eletrônico, ou por qualquer ferramenta de mensagem instantânea, ou ainda, pessoalmente, desde que, em todos os casos, haja confirmação inequívoca do recebimento.

16.1.1. Frustradas as tentativas de comunicação pelos meios acima citados, esta deverá ser realizada por correspondência com aviso de recebimento ou por qualquer outro meio idôneo que assegure a certeza da ciência do interessado, ou ainda, em caso de aplicação de sanção, por edital, no Diário Oficial da União - DOU, quando ignorado, incerto ou inacessível o lugar em que o fornecedor se encontrar.

16.1.2. A comunicação dos atos processuais será dispensada quando o representante da Contratada revelar conhecimento de seu conteúdo, manifestado expressamente por qualquer meio.

17. PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

17.1. Em observância ao disposto na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), a Contratada compromete-se juntamente com este Tribunal a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, atuando da seguinte forma:

a) a coleta de dados pessoais indispensáveis à própria execução do objeto, se houver, será realizada mediante prévia e fundamentada aprovação do Contratante, responsabilizando-se a Contratada por obter o consentimento dos titulares (salvo nos casos em que opere outra hipótese legal de tratamento). Os dados assim coletados só poderão ser utilizados na execução do objeto especificado neste Termo de Referência, e em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins;

b) encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, a Contratada providenciará seu descarte de forma segura.

17.2. A Contratada, sempre que necessário, dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas neste item, inclusive no tocante à Política de Privacidade do TRE-BA, cujos princípios deverão ser aplicados à

coleta e tratamento dos dados pessoais de que trata o presente item.

17.3. O eventual acesso, pela Contratada, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos de negócio implicará para a mesma e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso da execução contratual e pelo prazo de até 10 anos contados de seu termo final.

17.4. Representante da Contratada manterá contato formal com representante do TRE-BA, no prazo de um dia útil da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

17.5. A critério do Contratante, a Contratada poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto, conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

17.6. Sem prejuízo de observância às demais disposições da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, a Lei de Acesso à Informação (LAI), as informações produzidas ou custodiadas por este Tribunal devem ser tratadas em função do seu grau de confidencialidade, criticidade e temporalidade, garantindo-se a sua integridade, autenticidade, disponibilidade e a cadeia de custódia dos documentos.

17.7. Serão protegidas quanto à confidencialidade as informações classificadas e as que possuem sigilo, observando-se o disposto na LAI e na LGPD, na Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, na Resolução CNJ nº 396, de 07 de junho de 2021, na Resolução TSE nº 23.644, de 1º de junho de 2021, na Portaria da Presidência do TRE-BA nº 405, de 17 de agosto de 2021 e, subsidiariamente, no Decreto nº 9.637, de 26 de dezembro de 2018, sem prejuízo da observância de outros normativos que regem a matéria.

18. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO DE EMPRESAS NA LICITAÇÃO

18.1. Não será admitida a participação de consórcio na licitação, uma vez que, nas contratações desses tipos de serviços por meio de pregão, é bastante comum a participação de empresas que apresentam os requisitos mínimos exigidos no tocante à qualificação técnico-operacional e econômico-financeira, tendo condições suficientes para a execução de contratos dessa natureza.

19. SUBCONTRATAÇÃO

19.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, conforme definido no Estudo Técnico Preliminar.

ANEXO A
Do Termo de Referência
INSTRUMENTOS DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS
INDICADORES DE DESEMPENHO

TABELA I

INDICADORES	
PROPORCIONALIDADE DO ATINGIMENTO DAS METAS	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir que a prestação dos serviços se dê de forma regular, plena e eficiente e que os profissionais alocados nos postos de trabalho demonstrem urbanidade e cortesia no trato com os servidores e o público em geral.
Meta a cumprir	100% dos serviços, sem ocorrências que estejam na esfera de controle da Contratada.
Instrumento de medição	Planilha de controle dos serviços executados, conforme modelo abaixo indicado.
Forma de acompanhamento	A fiscalização do contrato acompanhará mensalmente o cumprimento das obrigações apontadas como indicadores, conforme perspectiva da Contratante, para posterior lançamento do resultado na planilha de controle.

Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo	O número de ocorrências no mês refletirá o percentual de atingimento da meta (%) ou, a glosa, pelo não atingimento.
Início de Vigência	Data estabelecida para o início da execução dos serviços.
Faixas de ajuste no pagamento	<p>§ 0 a 2 ocorrências: 100% da meta = recebimento de 100% da fatura;</p> <p>§ 3 a 5 ocorrências: 98% da meta = recebimento de 98% da fatura;</p> <p>§ 6 a 8 ocorrências: 95% da meta = recebimento de 95% da fatura;</p> <p>§ 9 a 11 ocorrências: 90% da meta = recebimento de 90% da fatura.</p>
Sanção	A existência de mais de 11 (onze) ocorrências, em um mesmo mês, faculta à Contratante a rescisão unilateral do ajuste, com as consequências dela decorrentes.

TABELA II

AVALIAÇÃO MENSAL		
ITEM	DESCRIÇÃO	Nº DE OCORRÊNCIAS
1.	Apresentar-se com atraso para assumir o posto ou deixá-lo antes do final da jornada, sem justa causa, sem que seja compensada a jornada mensal.	
2.	Suspender ou interromper, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais.	
3.	Demonstrar desconhecimento do contrato e respectivo termo de referência/projeto básico ao realizar fiscalização em contratações firmadas entre o TRE-BA e outras	
4.	Descumprir prazo seja o estabelecido especificamente neste termo de referência ou aquele definido em comum acordo entre a Contratante e a Contratada, para apresentação dos relatórios de vistorias realizados, pareceres, laudos, bem como da apresentação respectiva RRT e/ou ART, quando for o caso.	
5.	Descumprir prazo seja o estabelecido especificamente neste termo de referência ou aquele definido em comum acordo entre a Contratante e a Contratada, para apresentação dos projetos realizados, bem como da apresentação da respectiva RRT e/ou ART, quando for o caso.	
6.	Entregar material em desacordo com o solicitado ou incompleto.	
7.	Efetuar mais de duas correções no mesmo material, ocasionando retrabalho	
TOTAL		

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90002/2026

ANEXO II

ORÇAMENTO ESTIMATIVO

Quadro Resumo - Valor Total Estimado						
postos						
item	especificação	valor mensal unitário	quantidade	valor mensal	valor anual	valor total (24 meses)
1	Arquiteto ou Engenheiro Civil 40 horas semanais	28.285,14	5	141.425,70	1.697.108,40	3.394.216,80
2	Engenheiro Mecânico 40 horas semanais	28.285,14	1	28.285,14	339.421,68	678.843,36
3	Engenheiro Eletricista 40 horas semanais	28.285,14	3	84.855,42	1.018.265,04	2.036.530,08
		totais	9	254.566,26	3.054.795,12	6.109.590,24
deslocamentos						
item	especificação			valor unitário	quantidade	valor total (24 meses)
4	deslocamentos			1.233,28	100	123.328,00
horas extras						
item	especificação					valor total (24 meses)
5	Arquiteto ou Engenheiro Civil 40 horas semanais					183.457,20
6	Engenheiro Mecânico 40 horas semanais					36.691,44
7	Engenheiro Eletricista 40 horas semanais					110.074,32
					totais	330.222,96
ARTs/RRTs						
item	especificação			estimativa	custos indiretos, lucro e tributos	valor total (24 meses)
8	ARTs/RRTs			11.422,77	2.494,63	13.917,40
total estimado da contratação				6.577.058,60		

OBSERVAÇÕES:

1. A **licitante** deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico, **O VALOR TOTAL PARA A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO CONSIDERANDO OS 2 (DOIS) ANOS DA CONTRATAÇÃO**, já inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto.
2. O **piso salarial** foi definido no **item 4.2.5 do Termo de Referência (Anexo I do Edital)**, que é de **R\$ 13.356,03**, baseado no valor do SINAPI engenheiro pleno, podendo a licitante cotar valor maior do que o piso estabelecido, mas não será aceito valor menor.
3. Somente serão aceitas propostas que adotarem na planilha de custos e formação de preços **valor igual ou superior ao orçado pela Administração para a soma dos itens de salário e auxílio-alimentação**, consoante o art. 5º , do Decreto nº 12.174, de 11 de setembro de 2024, bem como o Acórdão TCU nº 1207/2024 – Plenário.

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS		
Informação sobre estimativa da Administração		
Informa-se que foi utilizada a seguinte Convenção Coletiva de Trabalho no cálculo do valor pela Administração, a qual <u>não</u> será de uso obrigatório pelas licitantes: NÃO HÁ CONVENÇÃO COLETIVA PARA CATEGORIA		
A	Convenção Coletiva de Trabalho	XXXX/XXXX (ANO)
B	Número de Registro no MTE	
C	Data do Registro	
D	Sindicato XXXXX	(sindicato patronal)
E	Sindicato XXXXX	(sindicato de empregados)
Identificação do Serviço		
Tipo de Serviço		Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)
Arquiteto ou Engenheiro Civil 40 horas semanais		posto de serviço 5
Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra		
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	Arquiteto ou Engenheiro civil
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	2141-05
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	
Módulo 1 - Composição da Remuneração		
1	Composição da Remuneração	Valor (R\$)
A	Salário-Base	13.356,03
B	Adicional de Periculosidade	
C	Adicional de Insalubridade	
D	Adicional Noturno	
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida	
G	Outros (especificar)	
Total		13.356,03
Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários		
Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias		
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário	8,33% 1.112,55
B	Férias e Adicional de Férias	11,11% 1.483,85
Total		19,44% 2.596,40
Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de		

Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.			
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	3.190,48
B	Salário Educação	2,50%	398,81
C	SAT	3,00%	478,57
D	SESC ou Sesi	1,50%	239,28
E	SENAI - SENAC	1,00%	159,52
F	SEBRAE	0,60%	95,71
G	INCRA	0,20%	31,90
H	FGTS	8,00%	1.276,19
Total		36,80%	5.870,46
Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.			
2.3	Benefícios Mensais e Diários		Valor (R\$)
A	Transporte		-
B	Auxílio-Refeição/Alimentação		-
C	Benefício xxx		
D	Outros (especificar)		
Total			-
Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários			
2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários		Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias		2.596,40
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições		5.870,46
2.3	Benefícios Mensais e Diários		-
Total			8.466,86
Módulo 3 - Provisão para Rescisão			
3	Provisão para Rescisão		Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,41%	54,75
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	8,00%	4,38
C	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,16%	21,36
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,84%	245,75
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	36,80%	90,43
F	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalhado	3,04%	406,02
Total			822,69
Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente			
Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais			
4.1	Substituto nas Ausências Legais		Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	0,00%	-
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	0,00%	-
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	0,00%	-
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	0,00%	-
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,11%	25,16
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)		-
Total			25,16
Submódulo 4.2 - Substituto na Intrajornada			
4.2	Substituto na Intrajornada		Valor (R\$)
	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso		

A	e alimentação		-
Total			-
Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente			
4	Custo de Reposição do Profissional Ausente		Valor (R\$)
4.1	Substituto nas Ausências Legais		25,16
4.2	Substituto na Intra jornada		-
Total			25,16
Módulo 5 - Insumos Diversos			
5	Insumos Diversos		Valor (R\$)
A	Uniformes		0,17
B	Materiais		
C	Equipamentos		2,58
D	EPIs		16,45
E	Softwares		525,22
Total			544,42
Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro			
6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	5,00%	1.160,76
B	Lucro	6,00%	1.462,56
C	Tributos	8,65%	2.446,66
	C.1. Tributos Federais (especificar)		-
	C.1.A. PIS	0,65%	183,85
	C.1.B. COFINS	3,00%	848,55
	C.2. Tributos Estaduais (especificar)		-
	C.3. Tributos Municipais (especificar)		-
	C.3.A. ISS	5,00%	1.414,26
Total		21,84%	5.069,98
QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO			
	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)		Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração		13.356,03
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários		8.466,86
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão		822,69
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente		25,16
E	Módulo 5 - Insumos Diversos		544,42
Subtotal (A + B +C+ D + E)			23.215,16
F	Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro		5.069,98
Valor Total por Empregado			28.285,14

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS		
Informação sobre estimativa da Administração		
Informa-se que foi utilizada a seguinte Convenção Coletiva de Trabalho no cálculo do valor pela Administração, a qual não será de uso obrigatório pelas licitantes:		
NÃO HÁ CONVENÇÃO COLETIVA PARA CATEGORIA		
A	Convenção Coletiva de Trabalho	XXXX/XXXX (ANO)
B	Número de Registro no MTE	
C	Data do Registro	
D	Sindicato XXXXX	(sindicato patronal)
E	Sindicato XXXXX	(sindicato de empregados)

	Identificação do Serviço		
Tipo de Serviço		Unidade de Medida	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)
Engenheiro Mecânico 40 horas semanais		posto de serviço	1
Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra			
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	Engenheiro Mecânico	
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	2144-05	
3	Salário Normativo da Categoria Profissional		
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)		
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)		
Módulo 1 - Composição da Remuneração			
1	Composição da Remuneração		Valor (R\$)
A	Salário-Base		13.356,03
B	Adicional de Periculosidade		
C	Adicional de Insalubridade		
D	Adicional Noturno		
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida		
G	Outros (especificar)		
Total			13.356,03
Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários			
Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias			
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias		Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário	8,33%	1.112,55
B	Férias e Adicional de Férias	11,11%	1.483,85
Total		19,44%	2.596,40
Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.			
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	3.190,48
B	Salário Educação	2,50%	398,81
C	SAT	3,00%	478,57
D	SESC ou SESI	1,50%	239,28
E	SENAI - SENAC	1,00%	159,52
F	SEBRAE	0,60%	95,71
G	INCRA	0,20%	31,90
H	FGTS	8,00%	1.276,19
Total		36,80%	5.870,46
Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.			
2.3	Benefícios Mensais e Diários		Valor (R\$)
A	Transporte		-
B	Auxílio-Refeição/Alimentação		-
C	Benefício xxx		
D	Outros (especificar)		
Total			

Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários			
2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários		Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias		2.596,40
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições		5.870,46
2.3	Benefícios Mensais e Diários		-
Total			8.466,86
Módulo 3 - Provisão para Rescisão			
3	Provisão para Rescisão		Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,41%	54,75
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	8,00%	4,38
C	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,16%	21,36
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,84%	245,75
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	36,80%	90,43
F	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalhado	3,04%	406,02
Total			822,69
Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente			
Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais			
4.1	Substituto nas Ausências Legais		Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	0,00%	-
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	0,00%	-
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	0,00%	-
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	0,00%	-
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,11%	25,16
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)		-
Total			25,16
Submódulo 4.2 - Substituto na Intrajornada			
4.2	Substituto na Intrajornada		Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso e alimentação		-
Total			-
Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente			
4	Custo de Reposição do Profissional Ausente		Valor (R\$)
4.1	Substituto nas Ausências Legais		25,16
4.2	Substituto na Intrajornada		-
Total			25,16
Módulo 5 - Insumos Diversos			
5	Insumos Diversos		Valor (R\$)
A	Uniformes		0,17
B	Materiais		
C	Equipamentos		2,58
D	EPIs		16,45
E	Softwares		525,22

Total			544,42
Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro			
6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	5,00%	1.160,76
B	Lucro	6,00%	1.462,56
C	Tributos	8,65%	2.446,66
	C.1. Tributos Federais (especificar)		-
	C.1.A. PIS	0,65%	183,85
	C.1.B. COFINS	3,00%	848,55
	C.2. Tributos Estaduais (especificar)		-
	C.3. Tributos Municipais (especificar)		-
	C.3.A. ISS	5,00%	1.414,26
Total		21,84%	5.069,98
QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO			
	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	Valor (R\$)	
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	13.356,03	
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	8.466,86	
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	822,69	
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	25,16	
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	544,42	
Subtotal (A + B +C+ D + E)		23.215,16	
F	Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro	5.069,98	
Valor Total por Empregado		28.285,14	

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS		
Informação sobre estimativa da Administração		
Informa-se que foi utilizada a seguinte Convenção Coletiva de Trabalho no cálculo do valor pela Administração, a qual não será de uso obrigatório pelas licitantes: NÃO HÁ CONVENÇÃO COLETIVA PARA CATEGORIA		
A	Convenção Coletiva de Trabalho	XXXX/XXXX (ANO)
B	Número de Registro no MTE	
C	Data do Registro	
D	Sindicato XXXXX	(sindicato patronal)
E	Sindicato XXXXX	(sindicato de empregados)
Identificação do Serviço		
Tipo de Serviço		Unidade de Medida
Engenheiro Eletricista 40 horas semanais		posto de serviço
		3
Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra		
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	Engenheiro Eletricista
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	2143-05

3	Salário Normativo da Categoria Profissional		
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)		
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)		
Módulo 1 - Composição da Remuneração			
1	Composição da Remuneração		Valor (R\$)
A	Salário-Base		13.356,03
B	Adicional de Periculosidade		
C	Adicional de Insalubridade		
D	Adicional Noturno		
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida		
G	Outros (especificar)		
	Total		13.356,03
Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários			
Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias			
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias		Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário	8,33%	1.112,55
B	Férias e Adicional de Férias	11,11%	1.483,85
	Total	19,44%	2.596,40
Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.			
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	3.190,48
B	Salário Educação	2,50%	398,81
C	SAT	3,00%	478,57
D	SESC ou SESI	1,50%	239,28
E	SENAI - SENAC	1,00%	159,52
F	SEBRAE	0,60%	95,71
G	INCRA	0,20%	31,90
H	FGTS	8,00%	1.276,19
	Total	36,80%	5.870,46
Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.			
2.3	Benefícios Mensais e Diários		Valor (R\$)
A	Transporte		-
B	Auxílio-Refeição/Alimentação		-
C	Benefício xxx		
D	Outros (especificar)		
	Total		-
Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários			
2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários		Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias		2.596,40
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições		5.870,46
2.3	Benefícios Mensais e Diários		-
	Total		8.466,86
Módulo 3 - Provisão para Rescisão			
3	Provisão para Rescisão		Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,41%	54,75
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	8,00%	4,38

C	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,16%	21,36
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,84%	245,75
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre o Aviso Prévio Trabalhado	36,80%	90,43
F	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalhado	3,04%	406,02
Total			822,69
Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente			
Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais			
4.1	Substituto nas Ausências Legais	Valor (R\$)	
A	Substituto na cobertura de Férias	0,00%	-
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	0,00%	-
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade	0,00%	-
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho	0,00%	-
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,11%	25,16
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)		-
Total			25,16
Submódulo 4.2 - Substituto na Intrajornada			
4.2	Substituto na Intrajornada	Valor (R\$)	
A	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso e alimentação		-
Total			-
Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente			
4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	Valor (R\$)	
4.1	Substituto nas Ausências Legais		25,16
4.2	Substituto na Intrajornada		-
Total			25,16
Módulo 5 - Insumos Diversos			
5	Insumos Diversos	Valor (R\$)	
A	Uniformes		0,17
B	Materiais		
C	Equipamentos		2,58
D	EPIs		16,45
E	Softwares		525,22
Total			544,42
Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro			
6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	5,00%	1.160,76
B	Lucro	6,00%	1.462,56
C	Tributos	8,65%	2.446,66
	C.1. Tributos Federais (especificar)		-
	C.1.A. PIS	0,65%	183,85
	C.1.B. COFINS	3,00%	848,55
	C.2. Tributos Estaduais (especificar)		-
	C.3. Tributos Municipais (especificar)		-
	C.3.A. ISS	5,00%	1.414,26
Total		21,84%	5.069,98

QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO		
	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	13.356,03
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	8.466,86
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	822,69
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	25,16
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	544,42
Subtotal (A + B +C+ D + E)		23.215,16
F	Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro	5.069,98
Valor Total por Empregado		28.285,14

Horas Extras - tópico 4.2.3 do Termo de Referência														
vhe = [rem × (1+13fa) × (1+es) × (1+i) × (1+ci) × (1+l) ÷ d] / (1-t)														
Onde:														
vhe = valor da hora extra														
rem = remuneração														
d = divisor, de acordo com a jornada mensal prevista na CCT ou, na sua falta, na legislação trabalhista														
13fa = incidência sobre 13º salário, férias e adicional														
es = encargos sociais relativos ao módulo 2.2 da planilha de custos e formação de preços														
i = índice referente ao acréscimo legal sobre a hora normal, previsto na respectiva Convenção Coletiva de Trabalho - CCT ou, na sua falta, na legislação trabalhista														
ci = custos indiretos														
l = lucro														
t = tributos incidentes sobre o faturamento														
Valores Referenciais														
posto	Arquiteto ou Engenheiro Civil 40 horas semanais			Engenheiro Mecânico 40 horas semanais			Engenheiro Eletricista 40 horas semanais							
rem	13.356,03			13.356,03			13.356,03							
rem/hora	200 66,78			200 66,78			200 66,78							
13fa	19,44% 12,98			19,44% 12,98			19,44% 12,98							
subtotal 1	79,76			79,76			79,76							
es	36,80% 29,35			36,80% 29,35			36,80% 29,35							
subtotal 2	109,11			109,11			109,11							
ci, l, t	21,84% 23,83			21,84% 23,83			21,84% 23,83							
custo hora normal	132,94			132,94			132,94							
he seg-sáb.	50% 199,41			50% 199,41			50% 199,41							
he dom-fer	100% 265,88			100% 265,88			100% 265,88							
Quantidade de horas mensais														
posto	Arquiteto ou Engenheiro Civil 40 horas semanais			Engenheiro Mecânico 40 horas semanais			Engenheiro Eletricista 40 horas semanais							
dias úteis e sábados	5 997,05			5 997,05			5 997,05							
domingos e feriados	2 531,76			2 531,76			2 531,76							
horas extras p/posto	1.528,81			1.528,81			1.528,81							
total horas extras	5 7.644,05			1 1.528,81			3 4.586,43							
Resumo														
posto	Arquiteto ou Engenheiro Civil 40 horas semanais			Engenheiro Mecânico 40 horas semanais			Engenheiro Eletricista 40 horas semanais							
total - 24 meses	he	183.457,20			he	36.691,44			he	110.074,32				

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90002/2026
ANEXO III

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

FIRMA OU DENOMINAÇÃO: CNPJ/MF N.º:
ENDEREÇO: TEL.: MUNICÍPIO:
E-MAIL:

Serviços de XXXXXXXXXXXXXXXX

	N.º Processo	
	Licitação N.º	

Dia ____/____/____ às ____:____ horas

Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)

A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	
B	Município/UF	
C	Ano Acordo, Convenção ou	

	Dissídio Coletivo	
D	Número de meses de execução contratual	

Identificação do Serviço

Tipo de Serviço	Unidade de Medida	Quantidade total a contratar (em função da unidade de medida)

Nota (1) - Esta tabela poderá ser adaptada às características do serviço contratado, inclusive no que concerne às rubricas e suas respectivas provisões e/ou estimativas, desde que haja justificativa.

Nota (2)- As provisões constantes desta planilha poderão ser desnecessárias quando se tratar de determinados serviços que prescindam da dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada para com a Administração.

Mão-de-obra

Mão-de-obra vinculada à execução contratual

Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra		
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	
3	Salário Normativo da Categoria Profissional	
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	

Nota 1: Deverá ser elaborado um quadro para cada tipo de serviço.

Nota 2: A planilha será calculada considerando o **valor mensal** do empregado.

MÓDULO 1 : COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

1	Composição da Remuneração	Valor (R\$)
A	Salário-Base	
B	Adicional de periculosidade	
C	Adicional de insalubridade	
D	Adicional noturno	
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida	
F	Outros (especificar)	

	Total da Remuneração	
--	----------------------	--

Nota 1: O Módulo 1 refere-se ao valor mensal devido ao empregado pela prestação do serviço.

MÓDULO 2: - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS

Submódulo 2.1 - 13º Salário, Férias e Adicional de Férias		%	Valor (R\$)
A	13 (Décimo-terceiro) salário		
B	Férias e Adicional de Férias		
TOTAL SUBMÓDULO 2.1			

Nota 1: Como a planilha de custos e formação de preços é calculada mensalmente, provisiona-se proporcionalmente 1/12 (um doze avos) dos valores referentes a gratificação natalina, férias e adicional de férias. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018).

Nota 2: O adicional de férias contido no Submódulo 2.1 corresponde a 1/3 (um terço) da remuneração que por sua vez é dividido por 12 (doze) conforme Nota 1 acima.

Nota 3: Levando em consideração a vigência contratual prevista no art. 105 da Lei nº 14.133/2021, a rubrica férias tem como objetivo principal suprir a necessidade do pagamento das férias remuneradas ao final do contrato de 12 meses. Esta rubrica, quando da prorrogação contratual, torna-se custo não renovável (incluído pela Instrução Normativa nº 7, de 2018).)

Submódulo 2.2 - GPS, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.		%	Valor (R\$)
A	INSS		
B	Salário Educação		
C	SAT (Seguro Acidente de Trabalho)		
D	SESC ou Sesi		
E	SENAI - SENAC		
F	SEBRAE		
G	INCRA		
H	FGTS		
TOTAL SUBMÓDULO 2.2			

Nota 1: Os percentuais dos encargos previdenciários, do FGTS e demais contribuições são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.

Nota 2: O SAT a depender do grau de risco do serviço irá variar entre 1%, para risco leve, de 2%, para risco médio, e de 3% de risco grave.

Nota 3: Esses percentuais incidem sobre o Módulo 1, o Submódulo 2.1. (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018).

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários			Valor (R\$)
A	Transporte	-	
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	-	
C	Assistência Médica e Familiar	-	
D	Assistência Odontológica		
E	Seguro de vida		
F	Outros (especificar)	-	
TOTAL SUBMÓDULO 2.3			

Nota 1: O valor informado deverá ser o custo real do benefício (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).

Nota 2: Observar a previsão dos benefícios contidos em Acordos, Convenções e Dissídios Coletivos de Trabalho e atentar-se ao disposto no art. 6º desta Instrução Normativa.

QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS, BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS		
Módulo 2 - Encargos, Benefícios Anuais, Mensais e Diários		Valor (R\$)
2.1	13º Salário, Férias e Adicional de Férias	
2.2	GPS, FGTS e Outras Contribuições	
2.3	Benefícios Mensais e Diários	
TOTAL DO MÓDULO 2		

MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)			
3	PROVISÃO PARA RESCISÃO	%	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado		
B	Incidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado		
C	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Indenizado		
D	Aviso Prévio Trabalhado		
E	Incidência GPS, FGTS e outras contribuições sobre Aviso Prévio Trabalhado		
F	Multa do FGTS e Contribuição Social sobre o Aviso Prévio Trabalhado.		
TOTAL DO MÓDULO 3			

MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE

Nota 1: Os itens que contemplam o módulo 4 se referem ao custo dos dias trabalhados pelo repositor/substituto, quando o empregado alocado na prestação de serviço estiver ausente, conforme as previsões estabelecidas na legislação. **(Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018).**

Submódulo 4.1 - Substituto nas Ausências Legais		%	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias		
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais		
C	Substituto na cobertura de Licença-Paternidade		
D	Substituto na cobertura de Ausência por acidente de trabalho		
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade		
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)		
TOTAL SUBMÓDULO 4.1			

Submódulo 4.2 - Substituto na Intrajornada (Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)		%	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso e alimentação		
TOTAL SUBMÓDULO 4.2			

QUADRO-RESUMO DO MÓDULO 4 CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	
---	--

(Redação dada pela Instrução Normativa nº 7, de 2018)		
Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente		VALOR (R\$)
4.1	Substituto nas Ausências Legais	
4.2	Substituto na Intrajornada	
TOTAL DO MÓDULO 4		

MÓDULO 5 - INSUMOS DIVERSOS

MÓDULO 5 - INSUMOS DIVERSOS			
5	INSUMOS DIVERSOS		Valor (R\$)
A	Uniformes	-	
B	Materiais	-	
C	Equipamentos	-	
D	EPI	-	
F	Outros (Especificar)		
TOTAL DO MÓDULO 5		-	

Nota: Valores mensais por empregado.

MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			
6	CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	%	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos		
B	Lucro		
C	TRIBUTOS		
C.1	Tributos Federais (especificar)		
C.2	Tributos Estaduais (especificar)		
C.3	Tributos Municipais (especificar)		
TOTAL DO MÓDULO 6			

Nota 1: Custos Indiretos, Tributos e Lucro por empregado.

Nota 2: O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.

QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO		
Mão-de-Obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)		Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	
	Subtotal (A + B + C + D + E)	
F	Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro	
Valor Total por Empregado		
Preço Total do Posto		

Tipo de serviço (A)		Valor proposto por empregado (B)	Qtde de empregados por posto (C)	Valor proposto por posto (D) = (B x C)	Qtde de postos (E)	Valor total do serviço (F) = (D x E)
I	Serviço 1 (indicar)	R\$		R\$		R\$
II	Serviço 2 (indicar)	R\$		R\$		R\$
...	Serviço .. (indicar)	R\$		R\$		R\$
VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS (I + II + III + ...)						

QUADRO-DEMONSTRATIVO DO VALOR GLOBAL DA PROPOSTA

n	especificação	valor mensal unitário	quantidade	valor mensal	valor anual	valor total (24 meses)
	Arquiteto ou Engenheiro civil 40 horas semanais		5			
	Engenheiro Mecânico 40 horas semanais		1			
	Engenheiro Eletricista 40 horas semanais		3			
		totais	9			
camamentos						
n	especificação			valor unitário	quantidade	valor total (24 meses)
	deslocamentos				100	
extras						
n	especificação					valor total (24 meses)
	Arquiteto ou Engenheiro civil 40 horas semanais					
	Engenheiro Mecânico 40 horas semanais					
	Engenheiro Eletricista 40 horas semanais					
					totais	
/RRTs						
item	especificação	Estimativa			custos indiretos, lucro e tributos	valor total (24 meses)
8	ARTs/RRTs					
	total estimado da contratação					

A Estrutura da Planilha de Custos tem como parâmetro o modelo estabelecido na Planilha constante do Anexo VII-D da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017 (**com alterações da Instrução Normativa nº 7, de 2018**) e exclusão das rubricas IRPJ (imposto de Renda Pessoa Jurídica) e CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) conforme Acórdão nº 950/2007 - TCU.

As planilhas de custos devem ser elaboradas pela licitante em conformidade com a sua realidade, com a legislação vigente e com o previsto neste edital;

Deverá ser elaborada uma planilha de custos, observando-se o quanto disposto na Seção X do Edital.

Os Encargos Sociais e os tributos (ISS, COFINS e PIS) devem ser informados com base no regime de tributação ao qual a licitante estará submetida durante a execução do contrato. No caso específico de itens Estimativos, estes

devem ser definidos com base na realidade da empresa.

Salvador, ____ de _____ de 20XX.

Representante legal da empresa

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90002/2026

ANEXO IV

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AUXILIARES DE APOIO TÉCNICO NAS ÁREAS DE ENGENHARIA OU ARQUITETURA, MEDIANTE ALOCAÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA E FORNECIMENTO DOS SOFTWARES NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES, QUE ENVOLVEM SERVIÇOS DE NATUREZA EXCLUSIVAMENTE AUXILIAR E COMPLEMENTAR ÀS EQUIPES TÉCNICAS PERMANENTES DO TRIBUNAL, DESTINANDO-SE A APOIAR AS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELAS UNIDADES DA SGS, EM ESPECIAL PELA SEÇÃO DE PROJETOS E OBRAS (SEPROB) E PELA SEÇÃO DE MANUTENÇÃO DO INTERIOR (SEMAI), QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA, E A EMPRESA

CONTRATO N.º 00/20XX

A **UNIÃO**, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**, com sede na 1ª Avenida do Centro Administrativo da Bahia, n.º 150, Salvador - BA, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º **05.967.350/0001-45**, doravante denominado **Contratante**, neste ato representado por seu Diretor-Geral, no uso da competência que lhe é atribuída pelo Regulamento Interno da Secretaria do TRE-BA, e a empresa **XXXXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º **XXXXXXXXXXXX**, com sede na Rua **XXXXXXXXXXXX**, CEP: **XXXXXXXXXXXX**, telefone n.º (XX) **XXXXXXXXXXXX**, e-mail **XXXXXXXXXXXX**, doravante denominada **Contratada**, representada neste ato pelo Sr. **XXXXXXXXXXXX**, conforme atos constitutivos da empresa ou procuração juntada aos autos, resolvem celebrar o presente **CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AUXILIARES DE APOIO TÉCNICO NAS ÁREAS DE ENGENHARIA OU ARQUITETURA, MEDIANTE ALOCAÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA E FORNECIMENTO DOS SOFTWARES NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES, QUE ENVOLVEM SERVIÇOS DE NATUREZA EXCLUSIVAMENTE AUXILIAR E COMPLEMENTAR ÀS EQUIPES TÉCNICAS PERMANENTES DO TRIBUNAL, DESTINANDO-SE A APOIAR AS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELAS UNIDADES DA SGS, EM ESPECIAL PELA SEÇÃO DE PROJETOS E OBRAS (SEPROB) E PELA SEÇÃO DE MANUTENÇÃO DO INTERIOR (SEMAI)**, albergado na Lei nº 14.133/2021, resultante do **Pregão n.º 90002/2026**, consoante Processo (SEI) n.º 0011292-20.2025.6.05.8000.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1. O objeto do presente contrato é a prestação de serviços auxiliares de apoio técnico nas áreas de Engenharia ou Arquitetura, mediante alocação de postos de trabalho com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento dos softwares necessários à execução das atividades, que envolvem serviços de natureza exclusivamente auxiliar e complementar às equipes técnicas permanentes do Tribunal, destinando-se a apoiar as atividades desenvolvidas pelas unidades da SGS, em especial pela Seção de Projetos e Obras (SEPROB) e pela Seção de Manutenção do Interior (SEMAI), conforme as condições estabelecidas no Edital de **Pregão n.º 90002/2026** e na proposta firmada pela Contratada.

2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 2.1. o Termo de Referência;
- 2.2. o Edital da Licitação;
- 2.3. a Proposta da Contratada;
- 2.4. eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR CONTRATUAL

1. O valor total estimado do presente contrato é de **R\$**, incluindo todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução dos serviços.

2. O Contratante pagará à Contratada o valor mensal de R\$ (.....), conforme discriminação a seguir.

item	especificação	valor mensal unitário	quantidade	valor mensal	valor anual	valor total (24 meses)
1	Arquiteto ou Engenheiro civil 40 horas semanais		5			
2	Engenheiro Mecânico 40 horas semanais		1			
3	Engenheiro Eletricista 40 horas semanais		3			
		totais	9			
deslocamentos						
item	especificação			valor unitário	quantidade	valor total (24 meses)
4	deslocamentos				100	
horas extras						
item	especificação					valor total (24 meses)
5	Arquiteto ou Engenheiro civil 40 horas semanais					
6	Engenheiro Mecânico 40 horas semanais					
7	Engenheiro Eletricista 40 horas semanais					
					totais	
ARTs/RRTs						
item	especificação	Estimativa	custos indiretos, lucro e tributos			valor total (24 meses)
8	ARTs/RRTs					
	total estimado da contratação					

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1. A despesa correrá à conta do elemento xxxx."xxxxxxxx", vinculado à Ação xxxxxxxx- "xxxxxxxx", do Programa "Gestão do Processo Eleitoral".
2. Para a cobertura das despesas, foi emitida a Nota de Empenho n.º 20XXNEXXXX, em xx de xxxxxxxxxxxx de 20XX.

CLÁUSULA QUARTA - MODELOS DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO E GESTÃO CONTRATUAL E DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

1. O regime de excução contratual, os modelos de gestão e de execução do serviço, bem como os prazos e condições de conclusão, entrega e recebimento do objeto,, constam no Termo de Referência, Anexo I do Edital, que passa a integrar este instrumento contratual.
2. Será exigida garantia de execução de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, de acordo com as regras constantes do Termo de Referência anexo.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

1. A Contratante obriga-se a:

a) acompanhar e fiscalizar a execução do ajuste, anotando em registro próprio as ocorrências acaso verificadas, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

b) prestar esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada;

c) efetuar os pagamentos nas condições e nos prazos constantes efetuar os pagamentos nas condições e nos prazos constantes do instrumento contratual e do Termo de Referência;

d) zelar para que, durante a vigência do Contrato, a Contratada cumpra as obrigações assumidas, bem como sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório;

e) colocar à disposição da contratada local para guarda dos materiais e equipamentos, bem como para a guarda dos uniformes e outros pertences dos empregados;

f) permitir o livre acesso dos empregados da contratada para execução dos serviços.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

1. São obrigações da Contratada, além daquelas explícita ou implicitamente contidas no presente contrato, no termo de referência e na legislação vigente:

a) executar o serviço nas especificações e na quantidade constantes neste contrato, assim como com as características descritas na proposta, devendo observar, durante toda a execução contratual as garantias trabalhistas, especialmente:

- 1) cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 2) não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 3) não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 4) não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 5) receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 6) assegurar aos trabalhadores alocados à prestação do serviço a previsibilidade da época de gozo de suas férias, com vistas a conciliar o direito ao descanso e à garantia do convívio familiar com as necessidades do serviço, devendo adotar os procedimentos definidos pela SEGES/MGI (IN nº 213/2025), especialmente:
 - 6.1) realizar o planejamento das férias dos trabalhadores terceirizados desde o início do contrato, na forma do disposto no art. 2º, §§ 1º e 2º da IN nº 213/2025 da SEGES/MGI;
 - 6.2) realizar a programação da fruição das férias de cada colaborador terceirizado com, no mínimo, 60 (sessenta) dias de antecedência ao término do período aquisitivo, não se aplicando essa disposição ao período aquisitivo encerrado nos primeiros 90 (noventa) dias do contrato;
 - 6.3) enviar à fiscalização do contrato, até o 5º (quinto) dia útil de cada mês, o relatório de programação das férias dos trabalhadores alocados à prestação do serviço, observados os prazos do **item 6.2**, a partir do segundo mês da execução contratual;
 - 6.3.1) o relatório de programação das férias conterá a relação dos colaboradores terceirizados alocados no contrato, cargo ou função, data de admissão e alocação no posto, e informações sobre as férias, conforme alínea a, item 10.1, do Anexo VIII-B da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017;
 - 6.3.2) as informações sobre as férias deverão incluir: as datas de início e fim do período aquisitivo, do período concessivo e da fruição das férias, caso já esteja programada; e o parcelamento dos períodos de férias, se houver;
 - 6.3.3) o planejamento e a programação deverão garantir que as férias sejam fruídas sempre que a vigência contratual permitir, dentro de doze meses, contados a partir da data do direito adquirido, de modo a mitigar as ocorrências de pagamento indenizado, de acordo com o art. 8º e seus §§ 1º e 2º IN SEGES/MGI nº 213/2025;
- 7) assegurar aos trabalhadores a possibilidade de compensação de jornada de trabalho, conforme disciplinado no Termo de Referência;
- 8) abonar as ausências justificadas dos trabalhadores previstas no inciso XII do artigo 473 da Consolidação das Lei do Trabalho (até três dias de ausência ao serviço, em cada doze meses de trabalho, em caso de realização de exames preventivos de câncer), as quais não deverão ser compensadas, mas precisarão ser devidamente comprovadas junto ao empregador.

b) atender às solicitações do Contratante nos prazos estabelecidos neste instrumento, devendo ainda:

- 1) apresentar, no prazo máximo de 20 (vinte) dias contados da assinatura do respectivo Contrato, ou da admissão de nova(o) empregada(o), a relação identificada das respectivas contas-salário;
- 2) providenciar, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados do início da prestação dos serviços ou da admissão de nova(o) empregada(o), a emissão do Cartão Cidadão, expedido pela CAIXA, para toda(o)s a(o)s empregada(o)s terceirizada(o)s envolvida(o)s na prestação dos serviços;

3) providenciar, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados do início da prestação dos serviços ou da admissão de nova(o) empregada(o), o acesso de toda(o)s a(o)s terceirizada(o)s envolvida(o)s na prestação dos serviços em tela, via Internet, com a utilização de senha pessoal, aos sistemas da Previdência Social e da Receita Federal do Brasil;

4) realizar o pagamento da remuneração mensal (salários, auxílio alimentação e todas as demais verbas trabalhistas previstas na legislação e em CCT) da(o)s trabalhadora(e)s em estrita observância a todos os valores, percentuais e prazos previstos na legislação e nas normas coletivas vigentes;

5) realizar o pagamento mensal do vale-transporte da(o)s trabalhadora(e)s rigorosamente até o último dia do mês anterior, em estrita observância a todos os valores e percentuais previstos na legislação e nas normas coletivas vigentes;

6) realizar o pagamento de 13º salário, das férias e das verbas rescisórias da(o)s trabalhadora(e)s rigorosamente até o prazo fixado na legislação e nas normas coletivas vigentes;

7) realizar o pagamento de 13º salário, das férias e das verbas rescisórias da(o)s trabalhadora(e)s em absoluta observância a todos os percentuais e valores previstos na legislação e nas normas coletivas vigentes;

8) recolher mensalmente as contribuições previdenciárias e o FGTS da(o)s trabalhadora(e)s nos prazos previstos na legislação e nas normas coletivas vigentes, e segundo os percentuais e valores fixados na legislação vigente;

9) fazer todos os pagamentos de remuneração, 13º salário, férias e verbas rescisórias por meio de depósito bancário na conta da(o) trabalhadora(trabalhador) beneficiária(o);

10) fornecer, sempre que solicitados pelo CONTRATANTE, os comprovantes do cumprimento das obrigações previdenciárias, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e do pagamento dos salários e demais benefícios trabalhistas da(o)s terceirizada(o)s colocada(o)s à disposição do CONTRATANTE;

11) orientar e exigir que toda(o)s a(o)s sua(eu)s empregada(o)s forneçam, sempre que solicitado pela Fiscalização, seus extratos de contas do FGTS, PIS e do INSS;

c) responder pelos encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e comerciais resultantes da execução deste Contrato;

d) responder por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus empregados à Administração e/ou a terceiros na execução deste Contrato;

e) manter, durante a execução do ajuste, todas as condições de habilitação exigidas para a contratação, devendo ainda:

1) cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

1.1) comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela Fiscalização do Contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas.

f) não subcontratar, ceder ou transferir, no todo ou em parte, o objeto deste contrato, salvo se houver autorização no Termo de Referência (Anexo I do Edital);

g) abster-se de contratar servidor pertencente ao quadro de pessoal do Contratante, ativo ou aposentado há menos de 5 (cinco) anos, ou ocupante de cargo em comissão, assim como seu cônjuge, companheiro, parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau, inclusive, bem como de membros ou juízes vinculados ao TRE-BA, durante a vigência do contrato, devendo ainda:

1) **firmar declaração** por escrito com os empregados responsáveis pela execução dos serviços atestando não serem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, inclusive, de servidor e membros ou juízes vinculados ao Tribunal;

2) **comunicar imediatamente** à Contratada qualquer ocorrência superveniente que configure hipótese de nepotismo (art. 2º da Resolução CNJ nº 7/2005), conforme **alínea “g” acima**.

h) abster-se, durante toda a vigência do contrato, de colocar à disposição deste Tribunal, para o exercício de funções de chefia, pessoas que:

1) Cometeram atos de improbidade administrativa;

2) Cometeram crimes:

I - contra a administração pública;

II - contra a incolumidade pública;

III - contra a fé pública;

IV - hediondos;

V - praticados por organização criminosa, quadrilha ou bando;

VI - de redução de pessoa à condição análoga à de escravo;

VII - eleitorais, para os quais a lei comine pena privativa de liberdade;

VIII - de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores;

- 3) Praticaram atos causadores de perda do cargo ou emprego público;
- 4) Foram excluídos do exercício da profissão, por decisão sancionatório judicial ou administrativa do órgão profissional competente;
- 5) Tiveram suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidade insanável que configure ato doloso de improbidade administrativa, por decisão irrecorrível do órgão competente;
- 6) Não se aplica a vedação prevista na alínea “h” quando o crime tenha sido culposo ou considerado de menor potencial ofensivo, ou ainda, depois de decorrido cinco anos da:

I - extinção da punibilidade do crime respectivo, salvo em caso de absolvição pela instância superior, que retroagirá para todos os efeitos;

II - decisão que tenha ocasionado a exclusão do exercício profissional, a perda do cargo ou emprego público;

III - rejeição das contas relativas ao exercício profissional, a perda do cargo ou emprego público;

IV - cessação dos efeitos da suspensão dos direitos políticos.

i) cuidar da disciplina e da apresentação pessoal dos seus empregados;

j) realizar os treinamentos que se fizerem necessários para o bom desempenho das atribuições de seus empregados, bem como instruí-los quanto à prevenção de acidentes e de incêndios;

k) treinar seus empregados quanto aos princípios básicos de postura no ambiente de trabalho, tratamento de informações recebidas e manutenção de sigilo, comportamento perante situações de risco e atitudes para evitar atritos com servidores, colaboradores e visitantes da Contratante;

l) manter os seus empregados devidamente identificados por crachá e uniforme;

m) registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências havidas, permitindo à Contratante o acesso ao controle de frequência;

n) responsabilizar-se pelo transporte do seu pessoal até as dependências da Contratante, por meio próprio ou mediante vale transporte, inclusive em casos de paralisação dos transportes coletivos, bem como nas situações em que se faça necessária a execução dos serviços em regime extraordinário, para assegurar a continuidade normal dos serviços;

o) adotar providências para que todos os empregados, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar do início da prestação dos serviços, possuam cartão cidadão ou outro cartão equivalente, que possibilite consulta e recebimento de benefícios sociais, expedido por órgão/entidade federal responsável;

p) efetuar o pagamento de salários e demais verbas em agência bancária localizada na mesma cidade ou região metropolitana em que o empregado presta serviços;

q) providenciar, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar do início da prestação dos serviços, junto ao INSS, senha para todos os empregados com o objetivo de acessar o Extrato de Informações Previdenciárias pela internet;

r) adotar, na execução do objeto contratual, práticas de sustentabilidade e de racionalização no uso de materiais e serviços, incluindo política de separação dos resíduos recicláveis descartados e sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, conforme Decreto nº 5.940/2006;

s) comprovar, sempre que determinado pela Contratante, o cumprimento das obrigações previstas na norma coletiva que rege a categoria, e a que esteja obrigada, ou na legislação pertinente, observado o disposto nas **condições 10.11 a 10.14 do Edital**,

t) cumprir e fazer cumprir por seus empregados e prepostos o Código de Ética do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia (Resolução Administrativa nº 3/2017).

u) Reservar no mínimo **50% (cinquenta por cento)** das vagas deste Contrato para as mulheres, com perspectiva interseccional de raça e etnia, atendida a qualificação profissional necessária, observando o disposto na Resolução CNJ nº 255/2018 e Resolução Administrativa TRE-BA nº 18, de 14 de julho de 2025.

v) apresentar à Fiscalização do Contrato, no prazo de 8 (oito) dias úteis, contados na notificação formal deste Tribunal, relação de seus empregados e empregadas alocados na prestação dos serviços com os dados pessoais exigidos nas disposições da **Resolução n. 587, de 04/10/2024, do Conselho Nacional de Justiça**, relativos à raça, cor, identidade de gênero, pessoa com deficiência e outros, conforme modelo a ser fornecido pela Contratante, observando as regras de **Proteção de Dados Pessoais e Segurança da Informação**, previstas na **Cláusula Décima Sexta** deste Contrato.

2. Para dar cumprimento ao disposto na alínea “h”, a Contratada deverá apresentar **declaração simplificada**, firmada pelos empregados que exercerão funções de chefia neste Tribunal;

3. A critério da Contratante, poder-se-á exigir, a qualquer tempo durante a vigência do contrato, que a Contratada apresente Certidões que corroborem o quanto declarado na forma do Item anterior.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA CONTA-DEPÓSITO VINCULADA

1. Nos termos da Resolução CNJ nº 651/2025 (**Anexo V**), os valores das rubricas de encargos trabalhistas, relativos a férias, 1/3 constitucional e 13º salário e multa do FGTS por dispensa sem justa causa, bem como a incidência dos encargos

previdenciário e tributos aplicáveis sobre férias, 13º salário e 1/3 constitucional, tais como INSS, SESI, SESC, SENAI, SENAC, INCRA, salário-educação, FGTS, RAT + FAP e SEBRAE, serão deduzidos do valor mensal do contrato e depositados em [conta-depósito vinculada](#), exclusivamente em banco público oficial, bloqueada para movimentação, aberta em nome da Contratada, observados os percentuais constantes da tabela a seguir:

RESERVA MENSAL PARA O PAGAMENTO DE ENCARGOS TRABALHISTAS			
PERCENTUAIS INCIDENTES SOBRE A REMUNERAÇÃO			
ITEM			
13º (décimo terceiro) salário		8,33%	
Férias e 1/3 Constitucional		12,10%	
Multa sobre FGTS, sobre o aviso prévio indenizado e sobre o aviso prévio trabalhado		4,00 %	
Subtotal		24,43%	
Incidência do Submódulo 2.2 sobre férias, um terço constitucional de férias e 13º (décimo terceiro) salário*	7,39%	7,60%	7,82%
Total	31,82%	32,03%	32,25%

* Considerando as alíquotas de contribuição de 1% (um por cento), 2% (dois por cento) ou 3% (três por cento) referentes ao grau de risco de acidente do trabalho, previstas no art. 22, inciso II, da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

2. Após a assinatura do contrato e sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), a Contratada deverá assinar os documentos de abertura da conta vinculada no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação, e firmar termo que permita ao Tribunal:

- a) acessar os saldos e extratos da conta vinculada; e
- b) condicionar a movimentação dos valores à sua autorização expressa.

2.1. O prazo para assinatura dos documentos poderá ser prorrogado pelo Tribunal, mediante justificativa formal da Contratada.

2.2. Enquanto pendente a abertura da conta-depósito vinculada, os valores referentes às rubricas discriminadas no item 1 desta cláusula serão retidos do pagamento mensal, de modo a possibilitar que o depósito seja realizado após a ativação da conta, sem prejuízo da penalidade prevista no Termo de Referência (Anexo deste Contrato).

3. A movimentação da [conta-depósito vinculada](#) será autorizada na seguintes hipótese:

- a) pagamento direto aos empregados, quando o Tribunal autorizar e solicitar ao banco público oficial a transferência dos valores diretamente para a conta dos empregados, para quitação de encargos trabalhistas vencidos;
- b) resgate pela Contratada, quando esta comprovar que já efetuou os pagamentos aos empregados e solicitar o reembolso correspondente.

4. Para resgatar os recursos da [conta-depósito vinculada](#), na hipótese da [alínea “b” do item 4 acima](#), a Contratada, após pagamento das verbas trabalhistas e previdenciárias, deverá apresentar à fiscalização do contrato os documentos comprobatórios de que efetivamente pagou a cada empregado o valor correspondente às rubricas em questão.

5. O Tribunal expedirá, após a conferência dos cálculos e a verificação da documentação apresentada pela Contratada, a autorização para movimentação dos recursos creditados na conta vinculada e encaminhará à intuição bancária oficial no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

6. Quando os valores a serem liberados da [conta-depósito vinculada](#) se referirem à rescisão do contrato de trabalho entre a Contratada e o empregado alocado na execução do contrato, com mais de um ano de serviço, o Tribunal deverá requerer a assistência do sindicato da categoria a que pertencer o empregado, quando exigível por norma coletiva, para verificar se os termos de rescisão do contrato de trabalho estão corretos.

6.1. Caso a convenção coletiva ou o sindicato exijam o pagamento antes da homologação, a empresa contratada poderá solicitar o resgate da conta vinculada para pagamento das verbas rescisórias, devendo apresentar ao Tribunal, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do dia da transferência dos valores liberados para a conta corrente do empregado, a documentação visada pelo sindicato e o comprovante de depósito feito na conta dos beneficiários.

6.2. A contratada poderá solicitar o resgate ou a movimentação da conta- depósito vinculada para quitação das verbas trabalhistas contingenciadas em relação aos empregados que comprovadamente atuaram na execução do ajuste e que serão desligados do quadro de pessoal da empresa contratada, em decorrência do encerramento da vigência do contrato.

6.3. Se após o(s) resgate(s) ou a(s) movimentação(ões) indicado(s) no **item 6.2 acima** houver saldo na conta- depósito vinculada, o valor deverá ser utilizado para pagamento aos empregados que permaneceram no quadro de pessoal da Contratada à medida que ocorrerem os fatos geradores das verbas trabalhistas contingenciadas, observada a proporcionalidade do tempo em que o empregado esteve alocado na prestação dos serviços por força contratual.

6.4. O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação –, será liberado à empresa no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado.

6.5. A homologação em sindicato diverso ao da categoria somente será aceita quando prevista em instrumento coletivo de trabalho.

7. Os saldos da conta-depósito serão remunerados diariamente pelo índice da poupança ou por outro definido no termo de cooperação técnica, sempre escolhido o de maior rentabilidade.

8. A implementação do disposto nesta Seção acarretará acréscimo de eventuais despesas para abertura e manutenção da **conta-depósito vinculada**, que deverão ser suportadas na taxa de administração (custos indiretos) constante na proposta comercial da empresa.

9. Será retido do pagamento mensal devido à Contratada o valor das despesas acima referidas (**item 8**), caso a instituição bancária promova o desconto direto na **conta-depósito vinculada**.

CLÁUSULA OITAVA - DA LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO

1. A liquidação da despesa e o pagamento serão efetuados na forma e prazo estabelecidos no Termo de Referência, Anexo deste Contrato.

CLÁUSULA NONA - DA REPACTUAÇÃO E DO REAJUSTE

1. Será admitida a repactuação de preços desde que seja observado o interregno mínimo de um ano, contado da data da apresentação da proposta ou da data da última repactuação.

2. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional, o interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

2.1. Para os custos decorrentes do mercado, o interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado a partir da apresentação da proposta.

2.2. Inexistindo acordo, convenção ou dissídio coletivo, a repactuação dos preços da mão de obra terá como base a pesquisa de preços realizada na mesma fonte utilizada para a fixação da remuneração inicial, devendo ser observados os mesmos critérios fixados quando da elaboração da estimativa de preços, contando-se o interregno mínimo da data de apresentação da proposta.

2.3. Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação.

2.4. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas-base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas quanto forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.

3. As repactuações serão precedidas de solicitação da Contratada, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação das planilhas de composição de custos e formação de preços, do novo dissídio, acordo ou convenção coletiva da categoria que fundamenta a repactuação, e, se for o caso, dos documentos indispensáveis à comprovação da alteração dos preços de mercado de cada um dos itens da planilha a serem alterados.

3.1. Os preços de insumos de mão de obra decorrentes de dissídio, convenção, acordo coletivo de trabalho ou definidos pelo poder público, tais como auxílio alimentação e vale transporte, serão reajustados com base nos respectivos instrumentos legais, no mesmo momento – e por meio do mesmo instrumento – em que ocorrer a repactuação da mão de obra, com efeitos financeiros das datas das efetivas alterações de custos de cada item, nos termos dos itens 1 e 2 desta cláusula.

3.2. Os custos não renováveis já pagos ou amortizados no primeiro ano da contratação serão amortizados e/ou eliminados após o primeiro ano de vigência do contrato.

3.2.1. O Módulo 3 – Provisão para Rescisão – será ajustado em conformidade com os parâmetros estabelecidos na Nota Técnica nº 652/2017-MP-2, emitida pela Coordenação-Geral de Normas do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

3.3. A alteração do Fator Acidentário de Prevenção (FAP) não será considerada para efeito de repactuação de preços,

seja para redução, seja para majoração da rubrica (SAT/RAT).

3.4. Sujeitando-se a Contratada ao regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a comprovação das alíquotas médias efetivas de recolhimento deverá ser feita no momento da repactuação de preços, a fim de que sejam promovidos os ajustes necessários decorrentes das oscilações dos custos efetivos dessas contribuições. Para tanto, poderá ser solicitado pela Administração documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou outro documento considerado igualmente hábil.

4. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo ou convenção coletiva, e sobre os quais não incidirá o percentual de lucro previsto na proposta da contratada e no contrato.

4.1. Benefícios concedidos pela licitante por mera liberalidade não vinculam a Administração, não sendo considerados para efeito de repactuação/reajuste de preços.

4.2. A Administração não se vincula a disposições previstas em Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho que estabeleçam obrigações ou direitos aplicáveis apenas aos contratos firmados com a Administração Pública.

4.3. A Administração não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade (art. 135, §§ 1º e 2º, da Lei nº 14.133/2021).

5. A solicitação de repactuação somente será deferida por meio de negociação entre as partes, considerando-se:

I - os preços praticados no mercado e em outros contratos da Administração;

II - as particularidades do contrato em vigência;

III - o novo acordo ou convenção coletiva das categorias profissionais;

IV - a nova planilha com a variação dos custos apresentada; e

V - indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes.

6. O prazo para resposta ao pedido de repactuação de preços será preferencialmente de 1 (um) mês, contado da data do fornecimento da documentação prevista no item 3 desta cláusula, em consonância com o disposto no § 6º do art. 135 da Lei nº 14.133/2021.

7. O Tribunal poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela contratada.

8. O prazo de 1 (um) mês acima referido ficará suspenso enquanto a Contratada não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Tribunal para a comprovação da variação dos custos.

9. Na superveniência de prorrogação da vigência ou extinção do contrato, em que não seja requerido o direito à repactuação por parte da Contratada, operará a preclusão desse direito, ressalvadas apenas as situações nas quais as negociações para a celebração do acordo ou da convenção de trabalho ou a solução do dissídio coletivo ultrapassem a data-base e, nesse ínterim, a Administração convoque o contratado para a prorrogação ou sobrevenha extinção do contrato.

10. É admitido, por ocasião da repactuação, o reajuste dos preços dos insumos e dos materiais, observado o interregno mínimo de um ano, contado da data de apresentação da proposta.

10.1 Se, no momento da repactuação, a Contratada ainda não fizer jus ao reajuste, nos termos deste item, ocorrerá somente a repactuação, podendo, ~~a Contratada~~, em momento oportuno, após o implemento da condição (interregno mínimo de um ano), ser solicitado o reajuste de direito.

10.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo ao último reajuste.

11. Para os reajustes de insumos e materiais será utilizada a variação do IPCA, mantido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, acumulado em 12 (doze) meses, contados da data da proposta da Contratada ou, nos reajustes subsequentes ao primeiro, da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, adotando-se a seguinte fórmula:

$$Pr = P + (P \times V)$$

Onde:

Pr = preço reajustado, ou preço novo;

P = preço atual (antes do reajuste);

V = variação percentual obtida na forma do item 11 desta cláusula, de modo que (P x V) significa o acréscimo ou decréscimo de preço decorrente do reajuste.

12. Caso a Contratada não requeira tempestivamente o reajuste e prorrogue o contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito.

13. A Administração deverá assegurar-se de que os preços contratados são compatíveis com aqueles praticados no mercado, de forma a garantir a continuidade da contratação mais vantajosa.

14. A repactuação será formalizada por meio de termo aditivo e o reajuste por meio apostilamento ao contrato e, quando ocorrerem simultaneamente, constarão do mesmo aditivo contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA MATRIZ DE ALOCAÇÃO DE RISCOS E DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

1. A matriz de alocação de riscos objetiva, preventivamente, definir os riscos e responsabilidades entre as partes, bem como caracterizar o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, em termos de ônus financeiro decorrente de **eventos supervenientes à data da proposta da Contratada.**

1.1. A data de apresentação da proposta consubstancia o marco legal-temporal para fins de verificação do caráter superveniente dos fatos/atos apontados como causadores de desequilíbrio econômico-financeiro contratual.

1.1.1. Para contratações precedidas de licitação, registre-se que a "data de apresentação da proposta", para fins de marco legal-temporal, corresponde à "data limite para apresentação da proposta".

1.2. O conteúdo e valor da proposta consubstancia o parâmetro inicial do equilíbrio econômico-financeiro contratual, servindo como base comparativa dos elementos referenciais, legais e obrigacionais existentes à época de sua apresentação, inclusive em relação ao orçamento estimado da Administração para a contratação.

2. São hipóteses que justificam o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial, os seguintes eventos supervenientes:

2.1. Força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado (álea extraordinária), respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato (art. 124, II, "d", da NLLC).

2.1.1. O restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, nesta hipótese, dependerá de comprovação robusta e conclusiva da ocorrência superveniente de álea econômica extraordinária, e será formalizada mediante termo aditivo.

2.1.2. O desequilíbrio econômico-financeiro não pode ser constatado a partir da variação de preços de apenas um ou alguns serviços ou insumos integrante do contrato, fazendo-se necessária a comprovação do impacto no equilíbrio global do contrato (Acórdão 1.466/2013-TCU-Plenário; Acórdão 2408/2009-TCU-Plenário; Acórdão TCU 1604/2015-Plenário).

2.1.3. A exclusão do regime tributário do Simples Nacional por ato voluntário da Contratada ou por superação dos limites de receita bruta anual de que cuida o art. 30 da LC nº 123/2006, não enseja o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato administrativo (ON AGU nº 61/2020).

2.1.4. O valor do contrato abaixo do de mercado não é causa suficiente para justificar seu reequilíbrio econômico-financeiro, uma vez que essa situação pode decorrer, por exemplo, de estratégia empresarial, de condições oferecidas na licitação ou de aumento de custos provocado pela variação normal de mercado, não se inserindo na álea econômica extraordinária e extracontratual (Acórdão TCU 2795/2013-Plenário; Acórdão TCU 7249/2016-Segunda Câmara; Acórdão TCU 3011/2014 - Plenário).

2.1.5. Nas contratações cujo equilíbrio global esteja diretamente atrelado ao valor do Dólar EUA, considera-se presente a álea extraordinária quando, no período de 1 (um) mês-calendário, o valor da referida moeda estrangeira para venda apurado pelo Banco Central do Brasil sofrer variação, positiva ou negativa, superior a 10% (dez por cento) (art. 1º do Decreto nº 8.451/2015).

2.2. Alterações unilaterais determinadas pela Administração, nas hipóteses do inciso I do *caput* do art. 124 da NLLC (art. 124, I, c/c art. 103, §5º, I, ambos da NLLC);

2.2.1. O equilíbrio econômico-financeiro inicial da contratação, nesta hipótese, será apurado e formalizado concomitantemente com a respectiva instrução processual e formalização da alteração unilateral determinada pela Administração, mediante termo aditivo (art. 130 da NLLC).

2.3. Criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratados (art. 134 c/c art. 103, §5º, II, ambos da NLLC).

2.3.1. Nas contratações de natureza continuada (fornecimentos ou serviços continuados), o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, nesta hipótese, poderá ser formalizado mediante apostilamento, concomitantemente com os ajustes financeiros cabíveis quando do reajuste em sentido estrito, ou mediante termo aditivo, quando da repactuação da contratação.

3. Não será admitido, para fins de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial da contratação:

3.1. Modificar a proporcionalidade do "desconto" ofertado pela proposta inicial em comparação com o orçamento estimado da contratação elaborado, à época, por este Tribunal.

3.2. Incluir elementos, encargos, entre outros custos, quando já existentes à época da apresentação da proposta inicial, mas nela não inseridos.

4. O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do art. 107 da NLLC.

4.1. A superveniência da extinção do contrato não configurará óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, tempestivamente requerido pela Contratada, hipótese em que será concedida a devida indenização.

5. Os requerimentos de reequilíbrio econômico-financeiro, concluída a instrução processual, serão respondidos/decididos pela Administração, preferencialmente, no mesmo prazo previsto no **item 6 da Cláusula Nona**.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES PELO DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

1. De acordo com o § 4º do artigo 156 da Lei nº 14.133/2021, ficará **IMPEDIDA DE LICITAR E CONTRATAR** com a União, **PELO PRAZO MÁXIMO DE 3 (TRÊS) ANOS**, sem prejuízo de eventual multa prevista no edital, contrato ou termo de referência, a **contratada** que incorrer nas condutas a seguir relacionadas, desde que não se justifique a imposição de penalidade mais grave prevista no **item 2 abaixo**, garantidos o contraditório e ampla defesa:

- a) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta
- b) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- c) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- d) dar causa à inexecução total do contrato.

2. De acordo com o § 5º do artigo 156 da Lei nº 14.133/2021, será **DECLARADA INIDÔNEA PARA LICITAR E CONTRATAR** com todos os órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, **PELO PRAZO MÍNIMO DE 3 (TRÊS) ANOS E MÁXIMO DE 6 (SEIS) ANOS**, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, bem como de eventual sanção de multa prevista no edital, contrato, termo de referência, a **contratada** que incorrer nas condutas a seguir relacionadas, garantidos o contraditório e ampla defesa:

- a) prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- b) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

2.1. Para os fins da **alínea “c”**, reputar-se-á como comportamento inidôneo ou cometimento de fraude de qualquer natureza, a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do contrato, tais como ação em conluio ou em desconformidade com a lei, prestação falsa de informações, apresentação de documentação com informações inverídicas ou que contenha emenda ou rasura, destinados a prejudicar a veracidade de seu teor original.

3. De acordo com o § 2º do artigo 156 da Lei nº 14.133/2021, será aplicada a sanção de **ADVERTÊNCIA exclusivamente aos casos de inexecução parcial, desde que não tenha causado grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo**.

4. *Pelo inadimplemento total ou parcial das obrigações assumidas, a licitante vencedora estará sujeita à multa prevista no Termo de Referência (Anexo a este Contrato), penalidade que poderá ser imputada cumulativamente às sanções estabelecidas nos itens 1, 2 e 3 acima.*

5. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades legalmente estabelecidas, ressalvada a hipótese de convocação de licitante remanescente na forma do inciso I do art. 4º do art. 90 da Lei 14.133/2021.

6. Qualquer penalidade somente poderá ser aplicada mediante processo administrativo, no qual se assegurem a prévia defesa e o contraditório, consoante rito estabelecido nos artigos. 156 a 163 da Lei 14.133/2021, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 9.784/99 e a Portaria nº 112/2023, da Presidência do TRE-BA.

7. A Contratante poderá reter dos pagamentos devidos à Contratada, como medida cautelar, independentemente de sua manifestação prévia, valor relativo a eventual multa a ser aplicada em razão de inadimplemento contratual, com base no artigo 45 da Lei nº 9.784/99 e no artigo 26, inciso I, da Portaria nº 112/2023, da Presidência do TRE/BA.

8. O valor da multa aplicada será descontado dos pagamentos eventualmente devidos à Contratada ou da garantia prestada, quando houver, ou ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente.

9. Aplicada a penalidade de multa, após regular processo administrativo, e observado o disposto nos **itens 7 e 8 acima**, será a Contratada, se for o caso, intimada para efetuar o recolhimento do seu valor, por meio de Guia de Recolhimento da União- GRU, no prazo de 30 dias, contados do recebimento da intimação.

10. *As situações mencionadas nos incisos I a IV e IX do art. 137 da Lei 14.133/2021, podem ensejar, a critério da Administração, a extinção do contrato.*

11. Os recursos contra a aplicação de sanções em decorrência de inadimplemento contratual serão dirigidos à

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

1. Este contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 124 da Lei 14.133/2021, com a apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

1. A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua extinção, conforme disposto nos artigos 137 a 139 da Lei 14.133/2021, sem prejuízo da aplicação das penalidades aqui estabelecidas.

2. Os casos de extinção contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA VIGÊNCIA

1. O contrato terá vigência de 2 (dois) anos, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado até o limite legal previsto no art. 107 da Lei nº 14.133/2021, a critério da Contratante, e desde que as condições e os preços permaneçam vantajosos para a Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA DIVULGAÇÃO

1. A divulgação do presente contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a sua eficácia e de seus aditamentos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

1. Em observância ao disposto na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), a Contratada compromete-se juntamente com este Tribunal a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, atuando da seguinte forma:

a) a coleta de dados pessoais indispensáveis à própria execução do objeto, se houver, será realizada mediante prévia e fundamentada aprovação do Contratante, responsabilizando-se a Contratada por obter o consentimento dos titulares (salvo nos casos em que opere outra hipótese legal de tratamento). Os dados assim coletados só poderão ser utilizados na execução do objeto especificado neste Termo de Referência, e em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins;

b) encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, a Contratada providenciará seu descarte de forma segura.

2. A Contratada, sempre que necessário, dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas neste item, inclusive no tocante à Política de Privacidade do TRE-BA, cujos princípios deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais de que trata o presente item.

3. O eventual acesso, pela Contratada, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos de negócio implicará para a mesma e para seus prepostos - devida e formalmente instruídos nesse sentido - o mais absoluto dever de sigilo, no curso da execução contratual e pelo prazo de até 10 anos contados de seu termo final.

4. Representante da Contratada manterá contato formal com representante do TRE-BA, no prazo de um dia útil da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

5. A critério do Contratante, a Contratada poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto, conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

6. Sem prejuízo de observância às demais disposições da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, a Lei de Acesso à Informação (LAI), as informações produzidas ou custodiadas por este Tribunal devem ser tratadas em função do seu grau de confidencialidade, criticidade e temporalidade, garantindo-se a sua integridade, autenticidade, disponibilidade e a cadeia de custódia dos documentos.

7. Serão protegidas quanto à confidencialidade as informações classificadas e as que possuem sigilo, observando-se o disposto na LAI e na LGPD, na Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, na Resolução CNJ nº 396, de 07 de junho de 2021, na Resolução TSE nº 23.644, de 1º de junho de 2021, na Portaria da Presidência do TRE-BA nº 405, de 17 de agosto de 2021 e, subsidiariamente, no Decreto nº 9.637, de 26 de dezembro de 2018, sem prejuízo da observância de outros normativos que regem a matéria.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FUNDAMENTO LEGAL

1. O presente Contrato é celebrado com fulcro nas normas insertas na Lei 14.133/2021, tendo por base as condições estabelecidas no Pregão n.º 90002/2026 e os termos da proposta apresentada pela Contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

1. Fica eleito o foro da Seção Judiciária da Justiça Federal de Salvador, capital do Estado da Bahia, para dirimir qualquer dúvida oriunda da execução deste contrato.

E, por estarem justas e contratadas, assinam as partes o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Salvador, xx de xxxxxxx de 20XX.

Diretor-Geral do TRE-BA CONTRATADA

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90002/2026
ANEXO V

RESOLUÇÃO Nº 651, DE 29 DE SETEMBRO DE 2025.

Dispõe sobre a retenção de provisões para encargos trabalhistas, previdenciários e demais garantias em contratações administrativas com dedicação exclusiva de mão de obra no âmbito do Poder Judiciário, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ),

no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO a necessidade de a Administração Pública manter rigoroso controle das despesas contratadas e assegurar o cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias nos contratos administrativos com dedicação exclusiva de mão de obra no âmbito do Poder Judiciário;

CONSIDERANDO o disposto no art. 121 da Lei nº 14.133/2021, que disciplina a responsabilidade do contratado pelos encargos decorrentes da execução do contrato, estabelece a possibilidade de a Administração adotar medidas para assegurar o cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias, dispõe sobre a impenhorabilidade dos valores depositados na conta vinculada e determina que o recolhimento das contribuições previdenciárias observe a legislação específica;

CONSIDERANDO a necessidade de aprimorar os procedimentos de retenção e movimentação dos valores vinculados, garantindo segurança jurídica e transparência nos contratos administrativos no âmbito do Poder Judiciário;

CONSIDERANDO que a utilização de contas vinculadas bloqueadas para movimentação é um mecanismo eficaz para mitigar riscos trabalhistas, prevenindo a responsabilidade subsidiária da Administração e assegurando o pagamento de férias, 13º salário, verbas rescisórias e demais encargos trabalhistas aos trabalhadores alocados nos contratos administrativos;

CONSIDERANDO que a prática administrativa de retenção de rubricas em contas vinculadas tem sido objeto de repetidas consultas ao CNJ, revelando necessidade contínua de revisão do conjunto regulamentar para adequação às dinâmicas contratuais e à realidade econômica enfrentada pelos agentes, especialmente em relação ao dimensionamento adequado dessas retenções e à liberação de saldos remanescentes que impactam significativamente a saúde financeira das empresas contratadas;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer critérios claros para a liberação dos valores retidos em contas vinculadas, especialmente nos casos de sucessão de contratos em que a mesma empresa é recontratada e os trabalhadores são mantidos nos serviços;

CONSIDERANDO a decisão plenária tomada no julgamento da Consulta nº 0001636- 88.2024.2.00.0000;

CONSIDERANDO a deliberação do Plenário do CNJ no julgamento do Ato Normativo nº 0005766-87.2025.2.00.0000 na 13ª Sessão Virtual, finalizada em 26 de setembro de 2025,

RESOLVE:

CAPÍTULO I **DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º Esta Resolução disciplina a retenção de valores destinados ao pagamento de encargos trabalhistas e previdenciários em contratos administrativos que envolvam dedicação exclusiva de mão de obra, visando garantir o cumprimento das obrigações trabalhistas e reduzir o risco de passivos para a Administração.

§ 1º As disposições desta Resolução aplicam-se a todos os contratos firmados por órgãos do Poder Judiciário que envolvam a prestação de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra.

§ 2º Consideram-se serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra aqueles cujo modelo de execução contratual exige, entre outros requisitos, que:

I - os empregados do contratado fiquem à disposição nas dependências do contratante para a prestação dos serviços;

II - o contratado não compartilhe os recursos humanos e materiais disponíveis de uma contratação para execução simultânea de outros contratos; e

III - o contratado possibilite a fiscalização pelo contratante quanto à distribuição, controle e supervisão dos recursos humanos alocados aos seus contratos.

§ 3º Os serviços de que trata o *caput* poderão ser prestados fora das dependências do órgão ou entidade, desde que não seja nas dependências da contratada e presentes os requisitos dos incisos II e III do parágrafo anterior.

Art. 2º Nos contratos administrativos regidos por esta Resolução, a responsabilidade pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais é exclusivamente do contratado, conforme o art. 121 da Lei nº 14.133/2021.

Parágrafo único: A inadimplência do contratado não transfere à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento, exceto se comprovada, pelo trabalhador ou pela Administração Pública contratante, falha na fiscalização do cumprimento das obrigações do contratado.

CAPÍTULO II **DA CONTA VINCULADA PARA RETENÇÃO DE ENCARGOS**

Seção I **Retenção dos valores**

Art. 3º Para garantir o cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias pelo contratado, a Administração deverá reter, mensalmente, o somatório dos valores correspondentes às seguintes rubricas, independentemente da unidade de medida contratada, tais como, posto de trabalho, homem/hora, produtividade, entrega de produto específico ou ordem de serviço:

I - férias;

II - 1/3 constitucional sobre férias;

III - 13º salário;

IV - multa do FGTS por dispensa sem justa causa; e

V - encargos previdenciários incidentes sobre férias, 13º salário e 1/3

constitucional.

§ 1º A conta vinculada será aberta em banco público oficial, no nome da contratada, e movimentada exclusivamente por ordem do tribunal ou conselho contratante.

§ 2º Os valores depositados na conta vinculada são absolutamente impenhoráveis, conforme o art. 121, § 4º, da Lei nº 14.133/2021.

§ 3º Além das verbas trabalhistas especificadas neste artigo, a retenção na conta vinculada incluirá os encargos previdenciários e tributos aplicáveis sobre férias, 13º salário e 1/3 constitucional, tais como INSS, SESI, SESC, SENAI, SENAC, INCRA, salário-educação, FGTS, RAT + FAP e SEBRAE, conforme previsto em regulamentos específicos, observado o disposto no art. 31 da Lei nº 8.212/1991.

§ 4º Os pagamentos efetuados à contratada estarão sujeitos à retenção na fonte dos tributos previstos na legislação aplicável, incluindo, quando cabível, o Imposto de Renda, a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (CONFINS), Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP) e demais encargos exigidos pela legislação tributária vigente.

§ 5º Os valores destinados a férias, a décimo terceiro salário, a ausências legais e a verbas rescisórias dos empregados do contratado que participarem da execução dos serviços contratados serão pagos pelo contratante ao contratado somente na ocorrência do fato

gerador, mediante comprovação documental, conforme disposto no § 3º, inciso V, do art. 121 da Lei nº 14.133/2021.

§ 6º No caso de pagamento direto aos empregados por inadimplemento da contratada, os valores pagos serão deduzidos do montante devido à contratada, consoante prevê o inciso IV do § 3º do art. 121 da Lei nº 14.133/2021.

Art. 4º Compete ao ordenador de despesas do tribunal ou conselho, ou a servidor por ele designado, adotar as providências necessárias para a abertura, manutenção e movimentação da conta vinculada, bem como fiscalizar sua correta operacionalização.

Seção II

Movimentação da Conta Vinculada

Art. 5º A movimentação da conta vinculada será autorizada nas seguintes hipóteses:

I - pagamento direto aos empregados: quando o tribunal ou conselho autorizar e solicitar ao banco público oficial a transferência dos valores diretamente para a conta dos empregados, para quitação de encargos trabalhistas vencidos.

II - resgate pela contratada: quando a empresa comprovar que já efetuou os pagamentos aos empregados e solicitar o reembolso correspondente.

§ 1º Para resgatar os recursos da conta vinculada na hipótese do inciso II, a empresa contratada deverá apresentar à unidade competente do tribunal ou conselho os documentos comprobatórios do pagamento efetivo das verbas trabalhistas e previdenciárias devidas aos empregados alocados na execução do contrato.

§ 2º O tribunal ou conselho, por meio de seus setores competentes, expedirá, após a conferência dos cálculos e a verificação da documentação, a autorização para movimentação dos recursos creditados na conta vinculada e encaminhará à instituição financeira no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

§ 3º O banco público oficial deverá apresentar ao órgão contratante, no prazo de 10 (dez) dias úteis, os comprovantes de depósito realizados nas contas dos beneficiários.

§ 4º Caso haja saldo na conta vinculada após a quitação das verbas rescisórias dos empregados desligados, os valores deverão ser utilizados para quitação proporcional das obrigações trabalhistas dos empregados remanescentes, de acordo com o tempo de alocação na execução do contrato.

§ 5º A liberação dos valores da conta vinculada será realizada mediante autorização formal do tribunal ou conselho, que encaminhará solicitação à instituição financeira, conforme procedimentos definidos no termo de cooperação.

§ 6º Após cada movimentação da conta vinculada, o banco público oficial deverá comunicar ao tribunal ou conselho por meio de sistema eletrônico integrado ou outro meio definido no termo de cooperação, permitindo acesso em tempo real aos saldos e extratos.

Art. 6º Nos casos de rescisão de contrato de trabalho de empregado com mais de 1 (um) ano de serviço, o tribunal ou conselho deverá requerer assistência do sindicato da categoria, quando exigível por norma coletiva, para verificar se os termos da rescisão do contrato de trabalho estão corretos.

§ 1º Caso a convenção coletiva ou o sindicato exijam o pagamento antes da homologação, a empresa poderá solicitar o resgate da conta vinculada para pagamento das verbas rescisórias, devendo apresentar ao tribunal ou ao conselho, na situação consignada no inciso II do referido artigo, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do dia da transferência dos valores liberados para a conta-corrente do empregado, a documentação visada pelo sindicato e o comprovante de depósito feito na conta dos beneficiários.

§ 2º A contratada poderá solicitar o resgate ou a movimentação da conta- depósito vinculada para quitação das verbas trabalhistas contingenciadas em relação aos empregados que comprovadamente atuaram na execução do ajuste e que serão desligados do quadro de pessoal da empresa contratada, em decorrência do encerramento da vigência do contrato.

§ 3º Se após o(s) resgate(s) ou a(s) movimentação(ões) indicado(s) no parágrafo anterior houver saldo na conta-depósito vinculada, o valor deverá ser utilizado pela contratada para pagamento aos empregados que permaneceram no quadro de pessoal da contratada à medida que ocorrerem os fatos geradores das verbas trabalhistas contingenciadas, observada a proporcionalidade do tempo em que o empregado esteve alocado na prestação dos serviços por força contratual.

§ 4º O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação -, será liberado à empresa no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado.

§ 5º Para os fins desta Resolução, a homologação em sindicato diverso ao da categoria somente será aceita quando prevista em instrumento coletivo de trabalho.

CAPÍTULO III

DA GESTÃO DA CONTA VINCULADA E DO TERMO DE COOPERAÇÃO

Seção I

Regulamentação da Conta Vinculada e do Termo de Cooperação

Art. 7º Os tribunais e conselhos deverão firmar termo de cooperação com banco público oficial para regulamentar a abertura, movimentação e encerramento da conta vinculada.

§ 1º O termo de cooperação deverá estabelecer regras sobre:

I - a abertura automática da conta vinculada para cada contrato firmado;

II - os procedimentos para movimentação dos valores depositados, observadas as disposições desta Resolução;

III - o acesso da Administração aos saldos e extratos da conta vinculada, garantindo transparência e fiscalização efetiva; e

IV - a possibilidade de isenção ou redução de tarifas bancárias associadas à conta vinculada, caso haja cobrança, mediante negociação com a instituição financeira.

§ 2º A celebração do termo de cooperação não isenta os tribunais e conselhos da obrigação de fiscalizar o correto cumprimento das disposições sobre retenção e movimentação da conta vinculada.

§ 3º Os valores depositados na conta vinculada serão remunerados diariamente pelo índice da caderneta de poupança ou outro índice de maior rentabilidade.

§ 4º Modelos de documentos para solicitação de abertura, movimentação, encerramento de contas vinculadas e comunicação entre as instituições deverão seguir os padrões definidos nos Anexos desta Resolução.

§ 5º O termo de cooperação técnica poderá ser ajustado às peculiaridades dos serviços, objeto do Instrumento, e/ou aos procedimentos internos da Instituição Financeira, nos termos do Anexo, desde que não contrariem esta Resolução.

§ 6º Os tribunais ou os conselhos poderão negociar, com banco público oficial, caso haja a cobrança de tarifas bancárias, a isenção ou redução das referidas tarifas para a abertura e a movimentação da conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação.

Art. 8º Após a assinatura do contrato, o tribunal ou conselho deverá formalizar junto ao banco público oficial a solicitação de abertura da conta vinculada em nome da empresa contratada, nos termos do art. 7º.

§ 1º A empresa contratada deverá assinar os documentos de abertura da conta vinculada no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação, e firmar termo que permita ao tribunal ou conselho:

I - acessar os saldos e extratos da conta vinculada; e

II - condicionar a movimentação dos valores à sua autorização expressa.

§ 2º O prazo para assinatura dos documentos poderá ser prorrogado pelo tribunal ou conselho, mediante justificativa formal da empresa contratada.

§ 3º O tribunal ou conselho poderá exigir, como condição para a assinatura do contrato, a apresentação de caução, fiança bancária ou seguro-garantia com cobertura específica para verbas rescisórias inadimplidas, conforme disposto no § 3º do inciso I do art. 121 da Lei nº 14.133/2021.

§ 4º A exigência de garantia, quando adotada, deverá estar prevista expressamente no edital e no contrato, conforme avaliação da Administração.

Seção II

Garantias Contratuais e Regras para Movimentação da Conta Vinculada

Art. 9º Os contratos administrativos firmados sob esta Resolução deverão conter cláusulas que estabeleçam:

I - a retenção de valores na conta vinculada para pagamento de encargos trabalhistas e previdenciários;

II - a obrigatoriedade de comprovação periódica da quitação das obrigações trabalhistas pela contratada;

III - penalidades aplicáveis em caso de descumprimento das normas sobre retenção e movimentação da conta vinculada; e

IV - as regras para movimentação dos recursos depositados, em conformidade com os dispositivos desta Resolução.

Art. 10. Durante a execução do contrato, poderá ocorrer liberação de valores da conta vinculada mediante autorização do tribunal ou do conselho, que deverá expedir ofício ao banco público oficial, conforme modelo constante no termo de cooperação.

Parágrafo único. Após a movimentação da conta vinculada, o banco público oficial deverá comunicar ao tribunal ou ao conselho, por meio de ofício ou outro meio formal previsto no termo de cooperação, os dados da operação realizada.

Art. 11. Os saldos da conta-depósito vinculada, bloqueada para movimentação, serão remunerados por instrumento financeiro de baixo risco e lastreado em títulos públicos definido no termo de cooperação técnica, escolhido com base em critérios de segurança, liquidez, economicidade e rentabilidade.

Parágrafo único. O instrumento financeiro escolhido deverá garantir a disponibilidade de resgate dos valores no prazo máximo de 30 (trinta) dias após solicitação formalizada pelo órgão gestor do contrato.

CAPÍTULO IV

DOS EDITAIS DE LICITAÇÃO

Art. 12. Os editais de licitação deverão prever a conta vinculada, os percentuais de retenção e a vedação ao uso dos recursos para fins diversos do pagamento de encargos trabalhistas.

§ 1º Os editais de licitação para a contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra deverão conter expressamente a exigência da retenção das parcelas trabalhistas e previdenciárias previstas no art. 3º desta Resolução, independentemente da forma de mensuração dos serviços contratados.

§ 2º O edital de licitação e o contrato deverão conter:

I - os percentuais das rubricas indicadas no art. 3º desta Resolução, para fins de retenção mensal;

II - a indicação de que haverá retenção mensal sobre o valor contratual devido à empresa, conforme os percentuais estabelecidos;

III - os valores das tarifas bancárias de abertura e manutenção da conta vinculada, caso haja cobrança, conforme negociação com o banco público oficial;

IV - a previsão de que eventuais despesas bancárias deverão ser suportadas na taxa de administração da empresa contratada, caso haja cobrança de tarifas e não seja possível a negociação de isenção ou redução;

V - a indicação de que, caso o banco público oficial realize descontos diretamente na conta vinculada, os valores correspondentes serão destacados do pagamento mensal à contratada;

VI - a forma e o índice de remuneração dos saldos da conta-depósito vinculada, conforme consta no § 3º do art. 7º desta Resolução; e

VII - a penalização aplicável à empresa contratada caso descumpra o prazo para a assinatura da documentação de abertura da conta vinculada.

Art. 13. A verificação dos percentuais das rubricas indicadas no edital de licitação e contrato, o acompanhamento, o controle e a conferência dos cálculos efetuados, bem como a autorização para movimentação da conta vinculada, serão de responsabilidade das áreas de administração ou orçamento e finanças, conforme definido pelo ordenador de despesas do tribunal ou conselho.

Parágrafo único. O ordenador de despesas estabelecerá a unidade administrativa do tribunal ou conselho responsável pela definição dos percentuais das rubricas indicadas no art. 3º desta Resolução.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 14. O saldo remanescente da conta vinculada deverá ser liberado à contratada após o encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, mediante comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado.

§ 1º A empresa contratada poderá solicitar o resgate ou a movimentação da conta vinculada para quitação das verbas rescisórias dos empregados que comprovadamente atuaram na execução do contrato e que serão desligados em decorrência do encerramento da vigência contratual.

§ 2º Caso haja saldo na conta vinculada após o resgate para pagamento das verbas rescisórias, os valores deverão ser utilizados para quitação das obrigações trabalhistas dos empregados que permanecerem na empresa, proporcionalmente ao tempo em que estiveram alocados na execução do contrato.

Art. 15. Na sucessão de contratos com dedicação exclusiva de mão de obra com a mesma empresa, os valores provisionados durante a execução do contrato, correspondentes ao excedente do saldo da conta vinculada após a quitação das obrigações de que trata o art. 3º desta Resolução, poderão ser liberados em relação aos terceirizados que permanecerão alocados na prestação dos serviços do novo contrato.

§ 1º O requerimento de liberação de valores formulado pela empresa requerente será instruído com cálculos individualizados por empregado que continuar vinculado ao novo contrato.

§ 2º O ordenador de despesas do tribunal ou do conselho instruirá o procedimento administrativo com planilhas analíticas dos valores depositados na conta vinculada e autorizará a liberação de valores desde que constatada a suficiência do saldo remanescente, nos termos do art. 13 desta Resolução, observando-se o art. 50 da Lei nº 14.133/2021, e, no que couber, o "Caderno de Logística" sobre "Conta Vinculada" elaborado pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão em 2018 e nas edições eventualmente atualizadas.

Art. 16. Os tribunais e conselhos poderão firmar acordos administrativos com entidades de fiscalização do trabalho para aprimorar o cumprimento desta Resolução.

Art. 17. Revoga-se a Resolução nº 169/2013.

Art. 18. Os contratos firmados antes da publicação desta Resolução devem observar a Resolução CNJ nº 169/2013.

Art. 19. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Ministro Luís Roberto Barroso

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90002/2026

ANEXO VI

ACORDO JUDICIAL

Acordo entre MPT e AGU impede União de contratar trabalhadores por meio de cooperativas de mão-de-obra

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, neste ato representado pelo Procurador-Geral do Trabalho, Dr. Guilherme Mastrichi Basso, pela Vice-Procuradora-Geral do Trabalho, Dra. Guiomar Rechia Gomes, pelo Procurador-Chefe da PRT da 10ª Região, Dr. Brasilino Santos Ramos e pelo Procurador do Trabalho Dr. Fábio Leal Cardoso, e a UNIÃO, neste ato representada pelo Procurador-Geral da União, Dr. Moacir Antonio da Silva Machado, pela Sub Procuradora Regional da União - 1ª Região, Dra. Helia Maria de Oliveira Bettero e pelo Advogado da União, Dr. Mário Luiz Guerreiro;

CONSIDERANDO que toda relação jurídica de trabalho cuja prestação laboral não eventual seja ofertada pessoalmente pelo obreiro, em estado de subordinação e mediante contraprestação pecuniária, será regida obrigatoriamente pela Consolidação das Leis do Trabalho ou por estatuto próprio, quando se tratar de relação de trabalho de natureza estatutária, com a Administração Pública;

CONSIDERANDO que a legislação consolidada em seu art. 9º, comina de nulidade absoluta todos os atos praticados com o intuito de desvirtuar, impedir ou fraudar a aplicação da lei trabalhista;

CONSIDERANDO que as sociedades cooperativas, segundo a Lei nº 5.764, de 16.12.1971, art. 4º, "(...) são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados".

CONSIDERANDO que as cooperativas podem prestar serviços a não associados somente em caráter excepcional e desde que tal faculdade atenda aos objetivos sociais previstos na sua norma estatutária, (art. 86, da Lei nº 5.764, de 16.12.1971), aspecto legal que revela a patente impossibilidade jurídica das cooperativas funcionarem como agências de locação de mão-de-obra terceirizada;

CONSIDERANDO que a administração pública está inexoravelmente jungida ao princípio da legalidade, e que a prática do merchandage é vedada pelo art. 3º, da CLT e repelida pela jurisprudência sumulada do C. TST (En. 331);

CONSIDERANDO que os trabalhadores aliciados por cooperativas de mão-de-obra, que prestam serviços de natureza subordinada à UNIÃO embora laborem em situação fática idêntica a dos empregados das empresas prestadoras de serviços terceirizáveis, encontram-se à margem de qualquer proteção jurídico-laboral, sendo-lhes sonegada a incidência de normas protetivas do trabalho, especialmente àquelas destinadas a tutelar a segurança e higidez do trabalho subordinado, o que afronta o princípio da isonomia, a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho (arts. 5º, caput e 1º, III e IV da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que num processo de terceirização o tomador dos serviços (no caso a administração pública) tem responsabilidade sucessiva por eventuais débitos trabalhistas do fornecedor de mão-de-obra, nos termos do Enunciado 331, do TST, o que poderia gerar graves prejuízos financeiros ao erário, na hipótese de se apurar a presença dos requisitos do art. 3º, da CLT na atividade de intermediação de mão-de-obra patrocinada por falsas cooperativas;

CONSIDERANDO o teor da Recomendação Para a Promoção das Cooperativas aprovada na 90ª sessão, da OIT - Organização Internacional do Trabalho, em junho de 2002, dispondo que os Estados devem implementar políticas nos sentido de:

"8.1.b Garantir que as cooperativas não sejam criadas para, ou direcionadas a, o não cumprimento das lei do trabalho ou usadas para estabelecer relações de emprego disfarçados, e combater pseudocooperativas que violam os direitos dos trabalhadores velando para que a lei trabalhista seja aplicada em todas as empresas."

RESOLVEM

Celebrar CONCILIAÇÃO nos autos do Processo 01082-2002-020-10-00-0, em tramitação perante a MM. Vigésima Vara do Trabalho de Brasília-DF, mediante os seguintes termos:

Cláusula Primeira - A UNIÃO abster-se-á de contratar trabalhadores, por meio de cooperativas de mão-de-obra, para a prestação de serviços ligados às suas atividades-fim ou meio, quando o labor, por sua própria natureza, demandar execução em estado de subordinação, quer em relação ao tomador, ou em relação ao fornecedor dos serviços, constituindo elemento essencial ao desenvolvimento e à prestação dos serviços terceirizados, sendo eles:

- a) - Serviços de limpeza;
- b) - Serviços de conservação;
- c) - Serviços de segurança, de vigilância e de portaria;
- d) - Serviços de recepção;
- e) - Serviços de copeiragem;
- f) - Serviços de reprografia;
- g) - Serviços de telefonia;
- h) - Serviços de manutenção de prédios, de equipamentos, de veículos e de instalações;

- i) – Serviços de secretariado e secretariado executivo;
- j) – Serviços de auxiliar de escritório;
- k) – Serviços de auxiliar administrativo;
- l) – Serviços de office boy (contínuo);
- m) – Serviços de digitação;
- n) – Serviços de assessoria de imprensa e de relações públicas;
- o) – Serviços de motorista, no caso de os veículos serem fornecidos pelo próprio órgão licitante;
- p) – Serviços de ascensorista;
- q) – Serviços de enfermagem; e
- r) – Serviços de agentes comunitários de saúde.

Parágrafo Primeiro – O disposto nesta Cláusula não autoriza outras formas de terceirização sem previsão legal.

Parágrafo Segundo – As partes podem, a qualquer momento, mediante comunicação e acordos prévios, ampliar o rol de serviços elencados no caput.

Cláusula Segunda - Considera-se cooperativa de mão-de-obra, aquela associação cuja atividade precípua seja a mera intermediação individual de trabalhadores de uma ou várias profissões (inexistindo assim vínculo de solidariedade entre seus associados), que não detenham qualquer meio de produção, e cujos serviços sejam prestados a terceiros, de forma individual (e não coletiva), pelos seus associados.

Cláusula Terceira - A UNIÃO obriga-se a estabelecer regras claras nos editais de licitação, a fim de esclarecer a natureza dos serviços licitados, determinando, por conseguinte, se os mesmos podem ser prestados por empresas prestadoras de serviços (trabalhadores subordinados), cooperativas de trabalho, trabalhadores autônomos, avulsos ou eventuais;

Parágrafo Primeiro - É lícita a contratação de genuínas sociedades cooperativas desde que os serviços licitados não estejam incluídos no rol inserido nas alíneas “a” a “r” da Cláusula Primeira e sejam prestados em caráter coletivo e com absoluta autonomia dos cooperados, seja em relação às cooperativas, seja em relação ao tomador dos serviços, devendo ser juntada, na fase de habilitação, listagem contendo o nome de todos os associados. Esclarecem as partes que somente os serviços podem ser terceirizados, restando absolutamente vedado o fornecimento (intermediação de mão-de-obra) de trabalhadores a órgãos públicos por cooperativas de qualquer natureza.

Parágrafo Segundo – Os editais de licitação que se destinem a contratar os serviços disciplinados pela Cláusula Primeira deverão fazer expressa menção ao presente termo de conciliação e sua homologação, se possível transcrevendo-os na íntegra ou fazendo parte integrante desses editais, como anexo.

Parágrafo Terceiro - Para a prestação de serviços em sua forma subordinada, a licitante vencedora do certame deverá comprovar a condição de empregadora dos prestadores de serviços para as quais se objetiva a contratação, constituindo-se esse requisito, condição obrigatória à assinatura do respectivo contrato.

DAS SANÇÕES PELO DESCUMPRIMENTO

Cláusula Quarta – A UNIÃO obriga-se ao pagamento de multa (astreinte) correspondente a R\$ 1.000,00 (um mil reais) por trabalhador que esteja em desacordo com as condições estabelecidas no presente Termo de Conciliação, sendo a mesma reversível ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Parágrafo Primeiro – O servidor público que, em nome da Administração, firmar o contrato de prestação de serviços nas atividades relacionadas nas alíneas “a” a “r” da Cláusula Primeira, será responsável solidário por qualquer contratação irregular, respondendo pela multa prevista no caput, sem prejuízo das demais cominações legais.

Parágrafo Segundo – Em caso de notícia de descumprimento dos termos firmados neste ajuste, a UNIÃO, depois de intimada, terá prazo de 20 (vinte) dias para apresentar sua justificativa perante o Ministério Público do Trabalho.

DA EXTENSÃO DO AJUSTE À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA

Cláusula Quinta – A UNIÃO se compromete a recomendar o estabelecimento das mesmas diretrizes ora pactuadas em relação às autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista, a fim de vincular todos os órgãos integrantes da administração pública indireta ao cumprimento do presente termo de conciliação, sendo que em relação às empresas públicas e sociedades de economia mista deverá ser dado conhecimento ao Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais – DEST, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ou órgão equivalente, para que discipline a matéria no âmbito de sua competência.

DA HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL DO AJUSTE

Cláusula Sexta – - As partes submetem os termos da presente conciliação à homologação do Juízo da MM. Vigésima Vara do Trabalho, para que o ajuste gere os seus efeitos jurídicos.

Cláusula Sétima - Os termos da presente avença gerarão seus efeitos jurídicos a partir da data de sua homologação judicial.

Parágrafo único - Os contratos em vigor entre a UNIÃO e as Cooperativas, que contrariem o presente acordo, não serão

renovados ou prorrogados.

Cláusula Oitava -A presente conciliação extingue o processo com exame do mérito apenas em relação à UNIÃO, prosseguindo o feito quanto aos demais réus.

Dito isto, por estarem as partes ajustadas e compromissadas, firmam a presente conciliação em cinco vias, a qual terá eficácia de título judicial, nos termos dos artigos 831, parágrafo único, e 876, caput, da CLT.
Brasília, 05 de junho de 2003.

GUILHERME MASTRICHI BASSO GUIOMAR RECHIA GOMES
Procurador-Geral do Trabalho Vice-Procuradora-Geral do Trabalho

BRASILINO SANTOS RAMOS FÁBIO LEAL CARDOSO
Procurador-Chefe/PRT 10ª Região Procurador do Trabalho

MOACIR ANTONIO DA SILVA MACHADO
Procurador-Geral da União

HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO MÁRIOLUIZ GUERREIRO
Sub-Procuradora-Regional da União-1ª Região Advogado da União

Testemunhas:

GRIJALBO FERNANDES COUTINHO
Presidente da Associação Nacional dos Magistrados
da Justiça do Trabalho – ANAMATRA

PAULO SÉRGIO DOMINGUES
Presidente da Associação dos Juízes Federais
do Brasil - AJUFE

REGINA BUTRUS
Presidente da Associação Nacional dos Procuradores
do Trabalho - ANPT

<http://www.pgt.mpt.gov.br/noticias/2003/06/n213>

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90002/2026

ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO SINDICAL

Processo SEI n.º: 0011292-20.2025.6.05.8000

Objeto: serviços auxiliares de apoio técnico nas áreas de Engenharia ou Arquitetura, mediante alocação de postos de trabalho com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento dos softwares necessários à execução das atividades, que envolvem serviços de natureza exclusivamente auxiliar e complementar às equipes técnicas permanentes do Tribunal, destinando-se a apoiar as atividades desenvolvidas pelas unidades da SGS, em especial pela Seção de Projetos e Obras (SEPROB) e pela Seção de Manutenção do Interior (SEMAI).

A empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, inscrita sob o CNPJ de n.º **XXXXXXXXXXXX**, por meio de seu Representante Legal, **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, DECLARA que sua atividade preponderante é **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX** *(informar **apenas** a atividade preponderante da empresa. Não deve ser preenchido com a lista de atividades da empresa).*

Dessa forma, nos termos da legislação aplicável acerca do enquadramento sindical esta empresa está vinculada ao Sindicato **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX** *(indicar o sindicato patronal).*

Declara, ainda, que o instrumento coletivo está registrado sob o nº **xxxxxxx** *(informar o número de registro do instrumento coletivo)* junto ao **xxxxxxx**.

Por fim, esta empresa declara-se integralmente responsável pela veracidade das informações prestadas quanto ao seu regular enquadramento sindical, por eventuais erros ou fraude pela utilização de instrumento coletivo incompatível com o enquadramento sindical declarado, e por qualquer ônus decorrente de reenquadramentos que ocorram durante a vigência contratual, aplicando-se às sanções previstas no art. 156, incisos III e IV, da Lei nº 14.133, 1º de abril de 2021

em caso de irregularidades.

XXXXXXXXXX, XX de XXXXXXXX de XXXX.

Nome (Responsável ou Representante Legal)

CPF nº: XXX.XXX.XXX-XX

RG nº: X.XXX.XXX.X



Documento assinado eletronicamente por **Gilson Soares da Conceição, Analista Judiciário**, em 15/01/2026, às 14:39, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **3677415** e o código CRC **DC88AB9D**.